

CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA  
RESPONSABILIDADE COMPROMISSO RESPEITO ATIVIDADES  
CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2  
0  
1  
3

TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA  
RESPONSABILIDADE COMPROMISSO RESPEITO ATIVIDADES  
CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA  
RESPONSABILIDADE COMPROMISSO RESPEITO ATIVIDADES  
CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO

# APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq, em cumprimento ao disposto no Artigo 30 do seu Estatuto e a Resolução CGPC nº 23 de 6 de dezembro de 2006, apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no exercício de 2013.

Os mercados, financeiro e de capitais, apresentaram comportamento volátil durante todo o período. A conjunção de vários fatores, como ambiente de inflação e juros altos em contexto de baixo crescimento do PIB, persistiram ao longo do ano, minando a confiança de investidores, empresários e consumidores. O Ibovespa encerrou o período com variação negativa de 15,5%, entretanto, mesmo diante desse cenário, a carteira da FIPECq encerrou o exercício com rentabilidade de -1,95%.

A carteira de investimentos da FIPECq deu prioridade a uma distribuição que privilegiou o segmento de renda fixa (títulos públicos indexados ao IPCA), encerrando o período com 55,47% da carteira indexada ao Índice IPCA, fator que propiciou maior aderência à meta atuarial, garantindo mais segurança no cumprimento das obrigações com os participantes.

No âmbito previdencial, é importante destacar a realização do recadastramento dos participantes ativos do Plano de Previdência Complementar – PPC; o cumprimento da Instrução Normativa 1.343 da Receita Federal; e a realização de auditoria sobre o Plano de Benefícios Saldados – PBS, atendendo à determinação da da PREVIC. Comparativamente com o ano anterior, em 2013 o PPC apresentou aumento de 5,67% no número de participantes ativos, já o FIPECqPREV teve decréscimo de 3,96% no total de participantes.

Na gestão da fundação, destacamos a posse dos novos diretores de Gestão e de Previdência, e de um novo membro no Conselho Deliberativo. Igualmente importante, a intensificação na comunicação com a patrocinadora Finep com o desenvolvimento de ações como a campanha FIPECq+.

**Não deixe de conferir todos os dados deste documento. O relatório anual reforça as práticas de governança corporativa e transparência da FIPECq e é um instrumento fundamental para a prestação de contas a todos os públicos de interesse da fundação sobre suas atividades e os resultados obtidos a cada ano.**

# SUMÁRIO

Ações Gerais .....	04
Previdência.....	09
Investimentos e Resultados.....	20
Patrimônio e Carteira de Investimentos.....	40
Demonstrações Contábeis .....	50
Notas Explicativas .....	56
Parecer Atuarial .....	82
Relatório dos Auditores Independentes .....	94
Parecer do Conselho Fiscal.....	99
Resolução do Conselho Deliberativo.....	100
Demonstrativos de Investimentos .....	101
Conclusão.....	104

## Aposentado homenageado do ano: Joaquim Ubirajara



A FIPECq participou de evento comemorativo promovido pela Abrapp e pelo Sindapp em São Paulo, dia 24 de janeiro, por ocasião do Dia do Aposentado. No evento, com a presença de cerca de duzentos participantes e representantes de sessenta entidades associadas, foram prestadas homenagens a 67 assistidos. Joaquim Ubirajara Teixeira Filho foi o aposentado homenageado de 2013 da FIPECq, representando todos os assistidos da fundação.

## FIPECq com novidades na Internet!

Em março foi lançado o novo site da FIPECq. Além de um novo layout, com as informações mais acessíveis aos participantes, o site disponibilizou acesso às redes sociais da fundação (facebook, twitter e youtube).

Durante o ano, outros serviços também foram implementados. O participante que tem empréstimo(s) junto à FIPECq, agora pode requerer amortização, quitação ou pagamento de prestações em atraso pelo site da fundação, na área do participante, possibilitando a impressão de boletos para pagamento. Nessa área restrita do site, o participante também pode consultar todo o seu processo de adesão.



## Fundação promove quatro edições da Mesa-Redonda

Funcionários, participantes de Fundos de Pensão e convidados participaram das quatro edições da Mesa-Redonda Regional Centro-Norte sobre Análise Macroeconômica, realizadas pela FIPECq. Os eventos aconteceram nos dias 26 de fevereiro, 23 de abril, 27 de agosto e 06 de novembro, em Brasília. Tendo como palestrantes técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as palestras concederam créditos para o Programa de Educação Continuada do ICSS aos participantes.

## FIPECq adquire Títulos Públicos

Com aprovação do seu Conselho Deliberativo, a FIPECq adquiriu – de maio a dezembro - 101.000 Notas do Tesouro Nacional do tipo B (NTN-B). Foram utilizados recursos da ordem de R\$258 milhões para compras de 80 mil NTN-B com vencimento para 15 de agosto de 2050 e 21 mil NTN-B com vencimento para 15 de agosto de 2022. Essas 101 mil notas de longo prazo proporcionam rendimento médio de 5,47% ao ano mais a variação da inflação no período (IPCA). Esse percentual supera a meta atuarial da FIPECq, fixada em 5% ao ano, mais a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os títulos pagam juros semestrais.

## Dirigentes e Gerentes são recertificados

Dirigentes e gerentes da FIPECq cumpriram as exigências do PEC – Programa de Educação Continuada do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e tiveram sua certificação renovada por 3 anos. A certificação do ICSS foi desenvolvida como instrumento de autorregulação do sistema de previdência complementar e ajuda no processo de reconhecimento da qualificação e valorização dos talentos.



De junho a setembro, a campanha FIPECq+ reforçou parceria entre a área de comunicação da patrocinadora Finep e o grupo de Educação Financeira e Previdenciária da FIPECq. Com o apoio dos Conselheiros representantes da Finep, a campanha foi construída com a proposta de diagnosticar as dúvidas dos empregados da patrocinadora sobre o Plano de Previdência Complementar - PPC. Com esse intuito, foi realizada uma pesquisa e, posteriormente, divulgados dez informativos com os assuntos mais questionados.



*No lançamento da campanha, participantes mostram seus brindes.*

A campanha também realizou o seminário “Conhecendo mais o universo da Previdência Complementar”, em agosto, com uma palestra do atuário Ivan Sant’Anna. Participaram cerca de 200 empregados da patrocinadora Finep. Novos eventos serão promovidos pela FIPECq na Finep.

## **Aprovada a Política de Investimentos (2014 a 2018)**

Foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da FIPECq, na 243ª Reunião, realizada no dia 04 de dezembro, a Política de Investimentos da fundação para o período de 2014 a 2018, incluindo os limites legais previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792/09. A Política define os percentuais de aplicação dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios administrados pela FIPECq: Plano de Previdência Complementar -PPC; FIPECqPREV e Plano Administrativo - PGA. O documento pode ser acessado, na íntegra, no site da FIPECq ([www.fipецq.org.br](http://www.fipецq.org.br)), no link “Investimentos”.

## **FIPECq participa da IV Semana de Qualidade de Vida do Ipea**

A FIPECq esteve presente na IV Semana de Qualidade de Vida da patrocinadora Ipea, realizada de 13 a 15 de agosto na sede do Instituto, em Brasília. Com o tema “Alimentação saudável”, o evento ofereceu palestras, oficinas e um espaço para o estande da fundação.

## **Grupo de Trabalho é formado para estudar melhorias no PPC**

Foi constituído, no mês de agosto, o Grupo de Trabalho - GT para discussão da revisão do Regulamento do Plano de Previdência Complementar – PPC, conforme Portaria nº 1539/2013, ampliando o fórum de estudos sobre o Plano e a avaliação de possíveis mudanças.

## **Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI**

Em 2013, o Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI analisou as necessidades dos participantes e colaboradores da fundação, aprimorando o parque tecnológico, com a aquisição de equipamentos, e o desenvolvimento de ferramentas.

Com o objetivo de alinhar as práticas e procedimentos na área de TI com as boas práticas do mercado, foi criado um Grupo de Trabalho (em agosto) para a elaboração de Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em auditoria em T.I. O grupo propôs que a auditoria fosse baseada no modelo de governança Cobit 4.1, com a aprovação da diretoria da FIPECq. A auditoria contratada apontou a necessidade de melhorias e adequações dos atuais processos e normativos, diminuindo o risco inerente aos processos de tecnologia da fundação.



## Assessoria Jurídica - AJU

A Assessoria Jurídica - AJU tem como principal atribuição assessorar a Diretoria Executiva nas diversas áreas da estrutura organizacional da fundação, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e fornecer a esses órgãos colegiados e à Gerência de Contabilidade e Infraestrutura, informações mensais detalhadas, por meio de relatório das ações judiciais da FIPECq.



A AJU fornece, ainda, o relatório semestral para a consultoria de assessoramento ao Conselho Fiscal e, anualmente, para a auditoria externa independente. Realiza, também, o acompanhamento em sistema informatizado próprio de todas as ações em andamento, nas diversas instâncias, tribunais e jurisdições, e dos contratos com escritórios de advogados e de prestadores de serviços.

### Acompanhamento das Ações Judiciais da FIPECq

Área	Quantidade Total	Situação	
		Em andamento	Encerrados
Juizado Especial	4	3	1
Justiça Comum Cível	336	300	36
Justiça Federal	23	22	1
Justiça do Trabalho	16	16	0
<b>Total Geral</b>	<b>379</b>	<b>341</b>	<b>38</b>

Dos 341 processos em andamento (fechamento em 31 de dezembro), a FIPECq figura como autora em 284. Desses, 226 referem-se à cobrança de inadimplência de empréstimos concedidos, cujos resultados estão sendo obtidos por meio de acordos judiciais celebrados com os mutuários e por decisões de sentenças na jurisdição contenciosa, com um bom retorno de recursos nos últimos anos. A FIPECq também tem conseguido decisões judiciais que permitem o desconto na folha de pagamento junto aos órgãos de lotação e na conta bancária do mutuário.

Além disso, a FIPECq busca em outras ações nos Juízos de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro,

# AÇÕES GERAIS

Goiânia, Curitiba e Cascavel-PR, a reparação de investimentos com insucesso em algumas instituições financeiras e empreendimentos, além de restituições e isenções tributárias, bem como a defesa de ações ajuizadas na circunscrição judiciária de Brasília e nas Comarcas do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, São José dos Campos-SP, Curitiba-PR, Toledo-PR, Cascavel-PR, Manaus-AM, Fortaleza-CE e Salvador-BA.

Estão, também, sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica da FIPECq, como representante judicial, 38 processos, o que corresponde a cerca de 11,14% do total. Nas demais ações em que a FIPECq é autora ou ré, a representação judicial é exercida por escritórios ou advogados terceirizados. Essas contratações decorrem da natureza da ação, do objeto da causa, do local onde se encontra tramitando o processo e do tempo que é disponibilizado em cada uma delas, além da especialização requerida no tema e da obrigatória atuação “in loco”, quase sempre, em todas as instâncias no curso da tramitação processual.

## Relação dos advogados e escritórios que prestam serviços para a FIPECq

Nome	Área de Atuação
Airton Rocha Nóbrega	Cível
Bichara Barata & Costa Advogados	Cível
F&N Advogados Associados	Cível
Jonas Modesto da Cruz	Cível
Lobo & Ibeas Advogados	Cível
LA Machado Advogados	Cível
Marcelo Lamego Carpenter Ferreira	Cível
Reis Advocacia (Pedidos e Respostas)	Cível
Ximenes Advogados Associados	Cível
Junqueira de Carvalho e Murgel	Cível/Tributária
Wilmon Alves de Oliveira (Assessor Jurídico) e Laércio Barbosa de Melo (Advogado)	Cível, Trabalhista, Empresarial e Consultoria e Assessoria Jurídica Interna



Durante o ano de 2013, as ações da Gerência de Previdência atenderam as suas atividades de controle contributivo, pagamento de benefícios, auditorias internas e externas. Nesse período, destacamos o recadastramento dos participantes ativos do Plano de Previdência Complementar – PPC, o cumprimento da Instrução Normativa 1.343 da Receita Federal e o atendimento a auditoria determinada pela PREVIC, sobre o Plano de Benefícios Saldados – PBS.

## **Recadastramento de Participantes Ativos**

Em outubro, foi lançada no site da FIPECq, na área restrita ao participante, a possibilidade de visualização dos documentos de adesão e recadastramentos realizados. Também foi disponibilizado o formulário de recadastramento (pré-preenchido) e o extrato do tempo de serviço (fornecido na época da adesão).

Para realizar o recadastramento, o participante deveria validar/atualizar as informações constantes no formulário, imprimir e assinar o documento e entregar na representação de sua patrocinadora. Esse procedimento foi divulgado nos meios de comunicação da FIPECq e na Intranet da patrocinadora Finep (Finep on Line).

O recadastramento deveria ser atendido por 701 participantes do PPC, compreendidos pelas classificações: ativos, ativos em autopatrocínio, em benefício proporcional diferido e em auxílio doença. Até dezembro de 2013, cerca de 60% desse público tinha realizado o recadastramento.

## **Recadastramento de Participantes Assistidos**

Em maio, foi encaminhado a todos os participantes assistidos, dos planos administrados pela FIPECq, o formulário de recadastramento em atendimento à Instrução Normativa da FIPECq nº 49. O recadastramento foi atendido em 100%.

## **Adiantamento de 50% do Abono Anual**

Em cumprimento a Resolução nº 015 do Conselho Deliberativo da FIPECq, foram concedidos em janeiro de 2013 (para os aposentados) e junho de 2013 (para os pensionistas), os adiantamentos de 50% do abono anual sendo garantindo aos mesmos o direito de requererem contrariamente a esse adiantamento. No universo de 295 assistidos, recebemos a opção de desinteresse pelo pagamento do adiantamento de 5 aposentados e 21 pensionistas.

## **Receita Federal: Efeitos da Instrução Normativa 1.343**

A Instrução Normativa - IN nº 1.343, divulgada em 08 de abril de 2013, pela Receita Federal, trata do reconhecimento financeiro das contribuições pagas a Plano de Previdência Complementar pelo participante aposentado a partir de 01 de janeiro de 2008, que se encontrava ativo entre janeiro de 1989 e dezembro de 1995. Foi determinado que todos os aposentados, com benefícios iniciados em 2008, poderiam, se assim desejassem, refazer suas declarações de imposto de renda levando em consideração o período contributivo entre 1989 a 1995, que não foi beneficiado pela Legislação para abatimento tributário.

Em julho, após disponibilização pela Receita de indexadores para a atualização das contribuições, foram identificados 36 participantes aposentados da FIPECq que poderiam se beneficiar com o efeito compensatório da IN 1.343. Assim, em agosto, foram encaminhados extratos individuais a 34 aposentados e providenciado o exaurimento, em folha de benefício, para duas novas concessões ocorridas em 2013.

Os Aposentados com direito ao exaurimento de contribuições receberam correspondência contendo: perguntas e respostas sobre a IN, o demonstrativo das contribuições efetuadas ao Plano de Previdência Complementar – PPC (período de 1989 a 1995), cópia da Instrução Normativa RFB nº 1.343 de abril de 2013 e Ofício nº 138/2012 RFB Suara/CODAC. No decorrer do recebimento da documentação pelos Aposentados, as dúvidas que surgiram foram respondidas pela Gerência de Previdência.

## **Receita Federal x Contribuições Extras**

Em fevereiro de 2013, a Receita Federal determinou um novo procedimento fiscal para as Entidades de Previdência Complementar no Brasil, que consistia em não mais disponibilizar as contribuições realizadas no ano em seus meios de comunicação para os participantes, mas tão somente aquelas realizadas pela condição - “Extra Folha de Pagamento”.

O entendimento é de que as contribuições realizadas em folha de pagamento, ou seja, pela fonte pagadora, já constam da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF pelo órgão que consigna. Além do novo procedimento, ainda para os Informes de 2013, a Receita Federal solicitou levantamento e envio, até março de 2013, de todas as contribuições – “Extra Folha de Pagamento” existentes na FIPECq compreendendo os exercícios de 2010, 2011 e 2012. Assim, foram encaminhadas pela FIPECq as informações contributivas recebidas na forma - “Extra Folha” dos participantes previdenciários nas condições de: autopatrocinados, contribuições extraordinárias, débito em conta corrente, boleto e depósito identificado.

## Planos Administrados pela FIPECq

### I. Plano PPC – Plano de Previdência Complementar

Em janeiro, os benefícios complementados pelo Plano de Previdência Complementar -PPC e o Piso Mínimo foram reajustados em 6,20%, em conformidade com a Portaria Interministerial MPS/MF nº. 15 de 10/01/2013, DOU de 11/01/2013.

Foram concedidos, em 2013, os seguintes benefícios pelo PPC:

	N <sup>os</sup>
Aposentadorias por tempo de contribuição	4
Aposentadoria por idade	1
Aposentadoria por invalidez	1
Pensões por morte	3
Pecúlios por morte	4
Auxílios-doença	15

Foram extintos, em 2013, os seguintes benefícios pelo PPC:

	N <sup>os</sup>
Aposentadoria por tempo de contribuição	1
Aposentadoria por idade	1
Aposentadoria por invalidez	2
Pensões por morte	3
Auxílios-doença	17

#### Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC (2012 - 2013)

	R\$		
Espécie	2012	2013	Varição (%)
Aposentadoria por Invalidez	1.170.119	1.372.701	17
Aposentadoria por Idade	825.548	893.171	8
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	8.577.424	9.893.613	15
Aposentadoria Especial	60.393	64.138	6
Pensão	3.131.188	3.264.388	4
Auxílio-Reclusão	-	-	-
Auxílio-Doença	924.457	622.359	-33
Pecúlio por Morte	326.414	245.256	-25
<b>Total</b>	<b>15.015.543</b>	<b>16.354.626</b>	<b>9</b>

# PREVIDÊNCIA

O quadro acima apresenta um crescimento das despesas no exercício com o pagamento de benefícios de invalidez, tempo de contribuição, idade e pensões, acima do percentual de reajuste aplicado em janeiro de 2013 (6,20%). Esse fato é justificado pelas novas concessões no ano de 2013. O crescimento de despesa com aposentadoria especial em 6,20% refere-se ao o reajuste oficial aplicado, uma vez que se manteve o mesmo número de participantes assistidos para essa espécie. A despesa com auxílio-doença e pecúlios por morte foram menores, tendo em vista a ocorrência em menor número quando comparado ao exercício de 2012.

## Evolução dos Institutos Previdenciários - PPC (2012 - 2013)

R\$

Institutos	2012	2013	Varição (%)
Portabilidade PPC Plano Originário	87.963	95.412	8
Portabilidade PPC Plano Receptor	0	119.456	-
Resgate de Reserva	405.494	306.109	-25
<b>Total</b>	<b>493.457</b>	<b>520.977</b>	<b>6</b>
Solicitação de BPD	3	2	-33

Em 2013, o Plano teve 1 processo de portabilidade, sendo originário, e 3 portabilidades, sendo o PPC o Plano receptor, ou seja, recebimento de congênere.

Quanto às devoluções de reservas individuais, o Plano teve 9 devoluções, das quais 8 foram motivadas por rescisão de contrato de trabalho sem interesse em manutenção do vínculo com o Plano e 1 devolução de reserva que se encontrava retida.

Os 3 participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido -BPD em 2012, solicitaram o resgate da reserva individual em 2013.



# PREVIDÊNCIA

## Evolução das Receitas Previdenciárias em 2012 e 2013 Planos de Benefício Definido

R\$

Patrocinadora	Plano PPC		
	2012	2013	Variação (%)
Finep	11.042.561	13.294.495	20
IPEA	-	-	-
CNPq	100.717	105.124	4
INPE	113.492	95.900	-16
INPA	-	-	-
FIPECq	473.602	474.065	0
Assistidos	680.887	812.514	19
Especiais	272.083	359.337	32
<b>Total</b>	<b>12.683.342</b>	<b>15.141.435</b>	<b>19</b>

Os acréscimos nas receitas previdenciárias são justificados pela elevação do teto máximo de participação, em janeiro de 2013, de R\$ 15.664,80 para R\$ 16.636,00. A elevação da folha salarial das patrocinadoras, por meio de dissídios, reclassificações e ajuste nas tabelas de gratificação, também são indicadores da elevação do salário-de-participação e, conseqüente, acréscimo nas contribuições para os Planos.

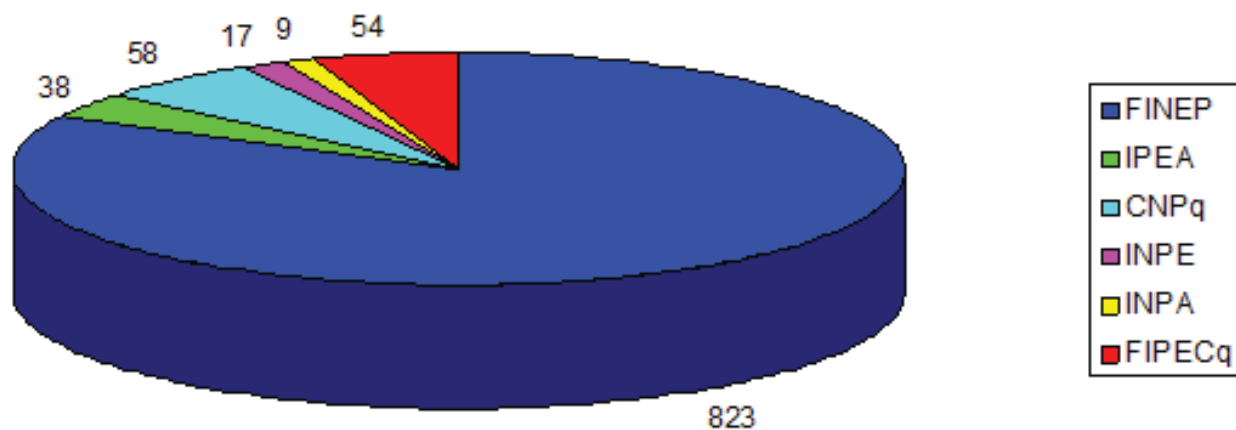
## Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados em 2013

N<sup>os</sup>

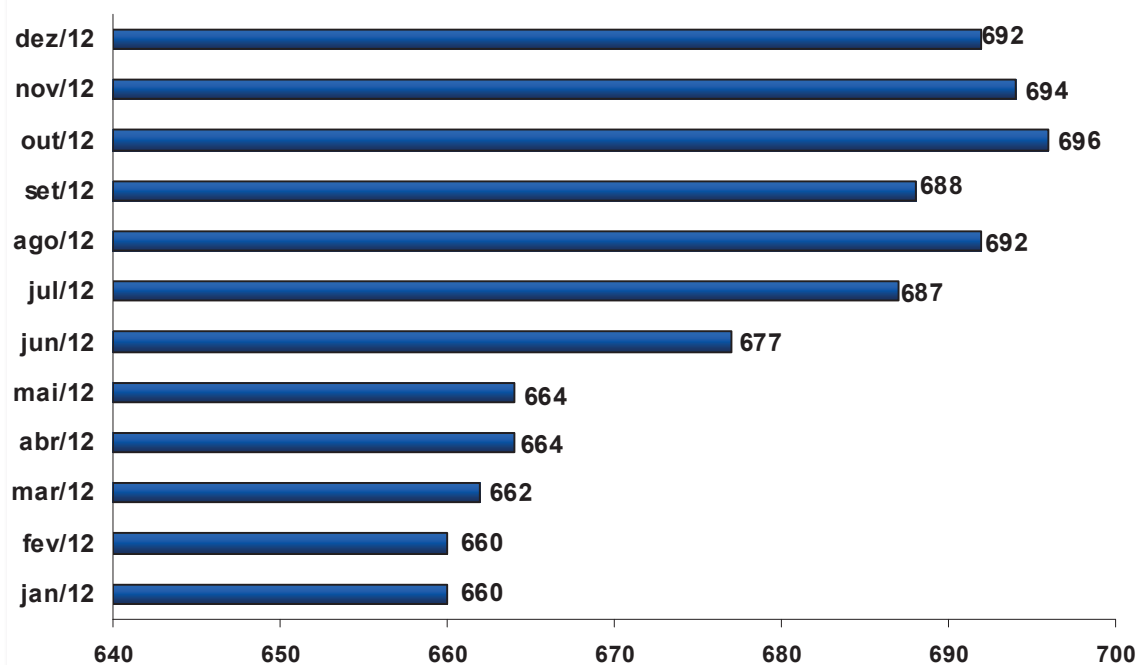
Benefícios	Plano PPC	
	Concedidos	Encerrados
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	4	1
Aposentadoria por Idade	1	1
Aposentadoria por Invalidez	1	2
Pensões	3	3
Auxílio Doença	15	17
Pecúlio - participante ativo	-	-
Pecúlio - participante assistido	4	-
Resgates	9	-
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>24</b>

# PREVIDÊNCIA

## População Total de Participantes Ativos e Assistidos do PPC



## Evolução da Estatística Participantes Ativos do PPC



Fonte: Boletim de Participantes de dezembro/2013

## 2. Plano FIPECqPREV – Plano de Benefícios Previdenciários dos Associados da FIPECqVida

Em 2013 foram mantidos os pagamentos de 6 aposentadorias por invalidez e 2 pensões por morte, oriundas do extinto Plano de Previdência Especial - PPE. O pagamento dos benefícios mantidos decorre do Fundo de Benefício Concedido do PPE, após opção exercida pelos assistidos, em 2011, pela continuidade ao recebimento do benefício complementar na modalidade Benefício Definido - BD.

Os benefícios em manutenção do PPE foram reajustados em janeiro de 2013 em conformidade aos efeitos da Lei 12.778, de 31 de dezembro de 2012. Um benefício por invalidez teve a sua complementação revista para atender os efeitos financeiros da Emenda Constitucional 70, cujo critério de cálculo para a apuração do benefício passou a ser pelos proventos proporcionais com base na remuneração do cargo efetivo, conforme comprovação fornecida pela patrocinadora. O efeito financeiro da revisão datou de 30 de março de 2012.

Quanto aos novos benefícios concedidos em 2013, tendo em sua origem recursos individualizados no Plano FIPECqPREV na modalidade Contribuição Definida – CD, registramos a concessão de 2 aposentadorias programadas por prazo determinado e 10 pensões por morte em parcela única.

### Evolução das Despesas Previdenciárias – FIPECqPREV originário do PPE (2012 –2013)

Espécie	R\$		
	2012	2013	Variação (%)
Invalidez - origem recurso PPE	173.402	222.370	28
Pensão por Morte - origem recurso PPE	36.914	39.931	8
Pecúlio - PPE - origem recurso PPE	187	22	-88
Abono Anual - origem recurso PPE	17.592	22.162	26
<b>Total</b>	<b>228.095</b>	<b>284.485</b>	<b>25</b>

A despesa com pecúlio decorre de atualizações para pagamento futuro de óbitos de participantes em data anterior ao Processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV. A maior variação percentual encontra-se na espécie de benefício por invalidez, promovida pela revisão do benefício atendendo à Emenda Constitucional 70.

# PREVIDÊNCIA

## Evolução das Despesas Previdenciárias - FIPECqPREV (2012 –2013)

Espécie	R\$		
	2012	2013	Variação (%)
Benefício Programado – Parcela Única	0	3.526	-
Benefício Programado – Prazo Certo	12.052	15.433	28
Pensão por Morte – Parcela Única	293.990	361.160	23
Total	306.042	380.119	24
Capital Segurado – Vertido em Pensão	256.587	305.108	19

O recurso adicional pela contratação de seguro por falecimento no valor de R\$ 305.108,00 corresponde ao capital recepcionado de Seguradora para majoração da conta individual do participante que o contratou. O capital segurado é adicionado à conta individual do participante falecido para os beneficiários indicados. A pensão por morte é composta pelas contribuições individuais vertidas, com a respectiva rentabilidade e o capital segurado. Em 2013, foram 10 ocorrências de falecimento de participantes ativos no FIPECqPREV, dos quais 4 processos de pagamento contaram com aporte recebido da Seguradora.

Opções pelo recebimento: Em 2013, foram concedidos 2 pedidos de aposentadoria programada, respectivamente em prazo único e por prazo determinado por 36 meses. Quanto aos 10 pagamentos de pensão por falecimento de participante ativo, todos os beneficiários desejaram receber o benefício em parcela única.

## Evolução Institutos Previdenciários – FIPECqPREV (2012 - 2013)

Institutos	R\$		
	2012	2013	Variação (%)
Portabilidade FIPECqPREV - Originário	-	-	-
Portabilidade FIPECqPREV - Receptor	41.329	95.412	131
Resgate de Reserva	1.008.755	865.867	-14
Total	1.050.084	961.279	-8

Em 2013, no FIPECqPREV, registramos a ocorrência de 1 recurso oriundo do Instituto da Portabilidade.

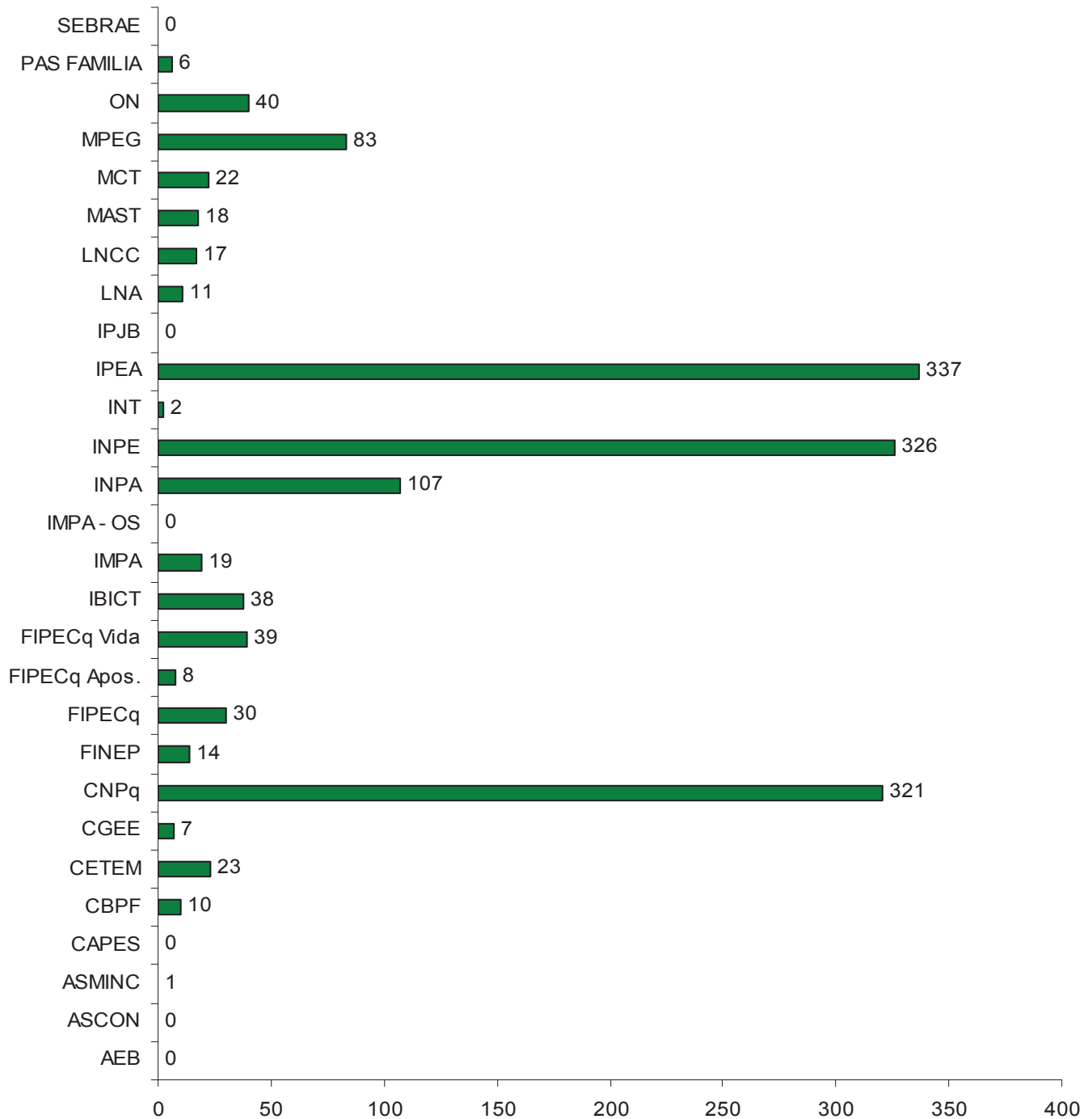
## Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos no FIPECqPREV

Benefícios	N <sup>os</sup>	
	Concedidos	
Aposentadoria Programada Prazo Único	1	
Aposentadoria Programada Prazo Determinado	1	
Aposentadoria por Invalidez	-	
Pensões Prazo Único	10	
Pensões Prazo Determinado	-	
Resgates	79	
Total	91	



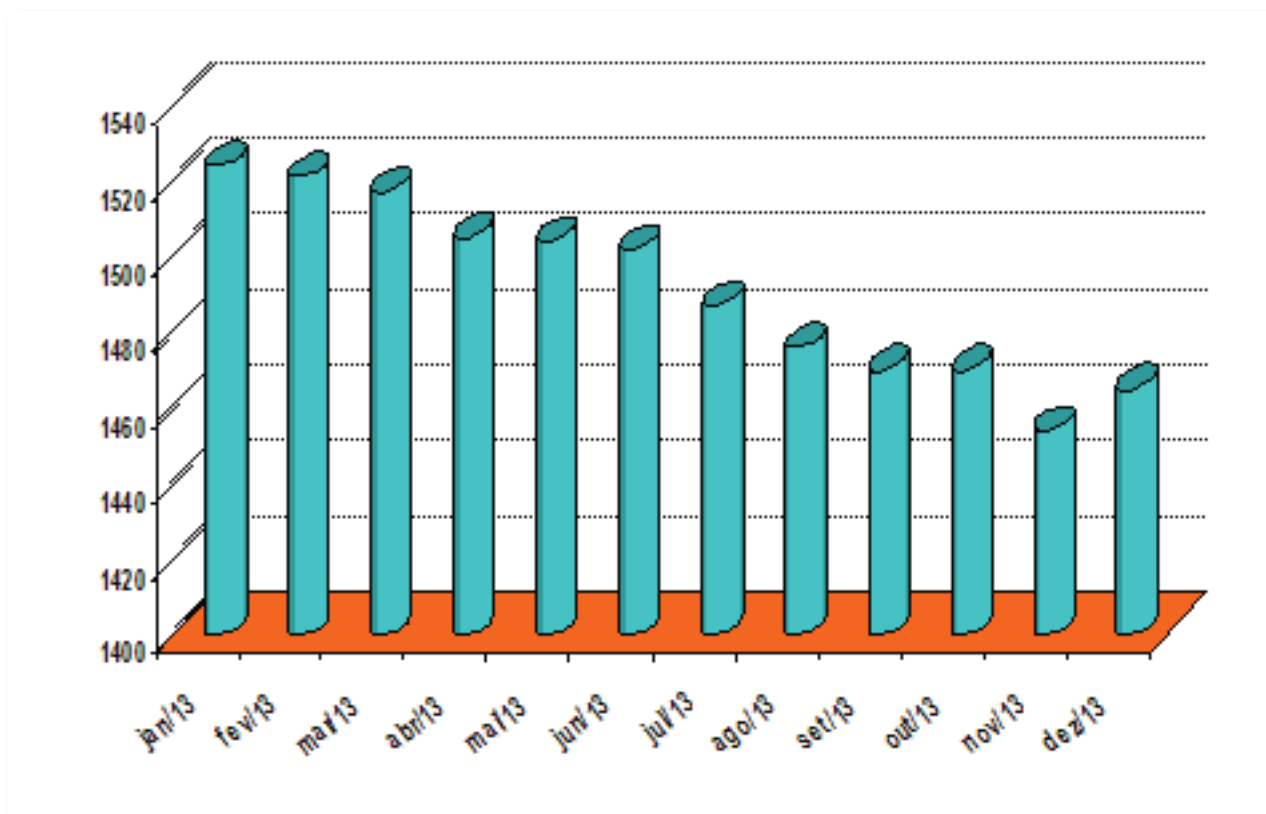
# PREVIDÊNCIA

**Distribuição de Participantes Ativos e Assistidos do FIPECqPREV  
Instituidoras da FIPECqVida**

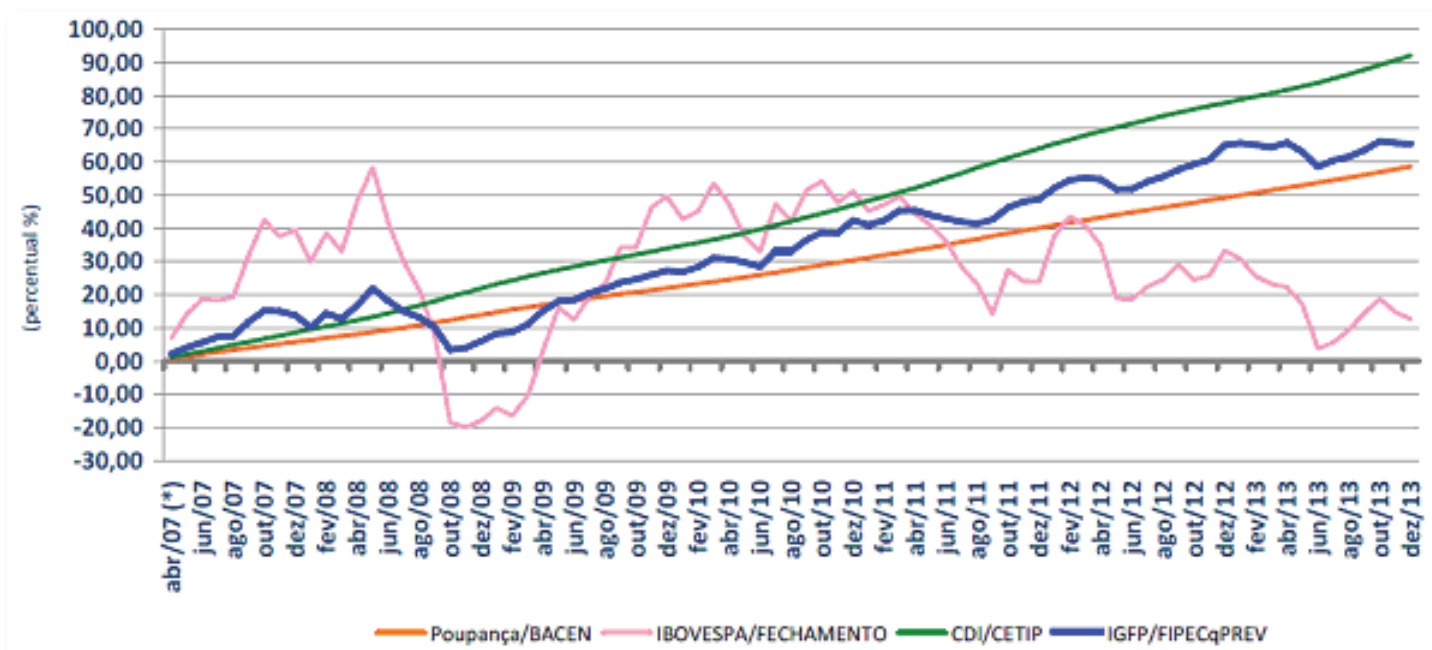


# PREVIDÊNCIA

Estadística de Participantes Ativos do FIPECqPREV



Evolução do Índice Geral do FIPECqPREV (IGFP) Comparado a Outros Indicadores – Período: Abr/2007 a Dez/2013



Em 2013, a variação do IGFP - Índice Geral do FIPECqPREV permaneceu estável, em relação a 2012. Os recursos garantidores do Plano FIPECqPREV obtiveram a rentabilidade de 0,3% ao ano.

## **Plano de Benefícios Saldados – PBS**

Em 2013, permaneceram suspensos os benefícios do Plano de Benefícios Saldados – PBS, atendendo a determinação da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Conforme determinação da PREVIC (contida em Ofício 4484/CGAT/DITEC/PREVIC datado de 06.12.2012, recebido na FIPECq em 17.12.2012), e considerando Parecer nº 191/2012/CGAT/DITEC/PREVIC foram dadas providências sobre certificação do PBS.

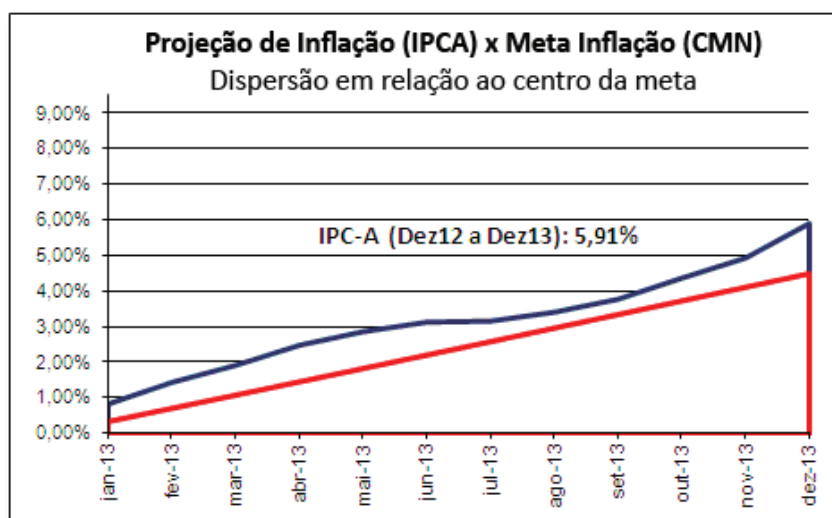
A FIPECq providenciou a contratação de auditoria externa qualificada para realizar verificação dos processos de adesão e controle financeiro dos participantes do PPC que optaram pelo Plano de Benefícios Saldado – PBS, por ocasião do Regime Jurídico Único – RJU.

Em 21 de agosto, a Diretoria de Análise Técnica da PREVIC recebeu o relatório final de auditoria com os esclarecimentos requisitados pelo órgão fiscalizador. O momento atual da FIPECq é o de aguardar o pronunciamento da PREVIC sobre o Processo de Regularização do Plano de Benefícios Saldados – PBS.

## Retrospectiva da Economia Brasileira em 2013

O período foi marcado pela deterioração da política fiscal, pela prática da “contabilidade criativa”, designação dada ao conjunto de ajustes necessários à apresentação de resultados que possibilitaram o cumprimento das metas estabelecidas pelo governo para o ano. Tal fenômeno afetou o nível de interesse do mercado externo em investimentos no país. Os prêmios para o risco soberano brasileiro subiram mais de 100 pontos ao longo período, fomentando a expectativa de “downgrade” no próximo exercício. A situação se agravou com a matéria publicada pela revista *The Economist* revelando preocupações sobre o Brasil e trazendo uma dura análise sobre a política econômica doméstica.

Verificou-se que a inflação ameaçou escapar dos limites de tolerância do regime de metas estabelecido. Houve certa impressão de que o governo não perseguiu o centro da meta, 4,5%, um número já esticado para padrões internacionais, mas seguiu uma regra não admitida, de evitar que os 6,5% sejam ultrapassados. Foi uma mudança de regra não escrita que ressoou como uma espécie de quebra de contrato no terreno da política monetária. Ademais, a compressão dos preços públicos introduziu um elemento inquietante de artificialismo no cálculo da inflação brasileira, sobretudo em vista do que vêm fazendo os países vizinhos. Em suma, o IPC-A, por mais um ano, acabou por ficar dentro da banda superior da meta inflacionária de 6,5% ao ano.



Fonte: GINV/FIPECq

Outro ponto, com destaque negativo, diz respeito à alta das taxas de juros, que transcenderam largamente o que se passou com a taxa Selic. O governo teve que admitir a volta dos juros aos dois dígitos depois de uma estadia em 7,25%, que parece um número insustentável - especialmente diante da política fiscal efetivamente praticada. A taxa Selic ficou em 10,0% ao ano, no entanto, a curva de juros futuros voltou a preocupar em função da alta da inflação de dezembro 2013.

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

	2012	2013											
	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Reuniões do Copom		172 <sup>a</sup>		173 <sup>a</sup>	174 <sup>a</sup>	175 <sup>a</sup>		176 <sup>a</sup>	177 <sup>a</sup>		178 <sup>a</sup>	179 <sup>a</sup>	
Data do Copom		15 e 16		5 e 6	16 e 17	28 e 29		9 e 10	27 e 28		8 e 9/10	26 e 27	
Taxa Selic	7,25%	7,25%	7,25%	7,25%	7,50%	8,00%	8,00%	8,50%	9,00%	9,00%	9,50%	10,00%	10,00%
Pontos Percentuais	0,00%	0,00%		0,00%	0,25%		0,50%	0,50%	0,50%		0,50%		0,00%
<b>IPC-A</b>	0,79%	0,86%	0,60%	0,47%	0,55%	0,37%	0,26%	0,03%	0,24%	0,35%	0,57%	0,39%	0,44%
<b>IPC-A Acumulado</b>	-	0,86%	1,47%	1,94%	2,50%	2,88%	3,15%	3,18%	3,43%	3,79%	4,38%	4,79%	5,24%

Mais importante foi o fenômeno de abertura dos juros de longo prazo, refletindo sérias dúvidas do mercado sobre os horizontes mais amplos da política macroeconômica. O aumento da Selic e dos cupons dos títulos indexados estendeu o mau humor a todos os participantes do mercado, e deixou uma impressão muito forte de dificuldades fiscais, já percebidas pelos números recordes para operações compromissadas, indicando dificuldades de rolagem da dívida pública. A combinação entre política monetária e fiscal enfrentou sérios problemas de credibilidade que não existiam nessa escala no início de 2013.

## Títulos Públicos Federais

31/dez/2013

Papel IPCA	NTN-B- Taxa (% a.a.) /252										
	Código SELIC	Data Base/ Emissão	Data de Vencimento	Tx. Máxima	Tx. Mínima	Tx. Indicativas	PU	Intervalo Indicativo			
Mínimo (D0)								Máximo (D0)	Mínimo (D+1)	Máximo (D+1)	
	760199	15/07/2000	15/08/2018	5,8925	5,7500	5,8300	2.404,606226	5,4833	6,1370	5,4932	6,1470
	760199	15/07/2000	15/08/2020	6,1172	--	6,0700	2.380,776318	5,7598	6,3870	5,7694	6,3967
	760199	15/07/2000	15/05/2022	6,2650	6,1300	6,2096	2.358,835481	5,9246	6,5147	5,9442	6,5344
	760199	15/07/2000	15/08/2035	6,4694	6,3633	6,4290	2.245,460832	6,1516	6,7532	6,1555	6,7572
	760199	15/07/2000	15/05/2040	6,4993	6,3866	6,4537	2.261,369286	6,1776	6,7824	6,1767	6,7817
	760199	15/07/2000	15/08/2045	6,5043	6,3925	6,4570	2.219,046620	6,1781	6,7845	6,1780	6,7847
	760199	15/07/2000	15/08/2050	6,5225	6,3900	6,4590	2.246,221610	6,1791	6,7861	6,1789	6,7862

Fonte: [http://www.anbima.com.br/merc\\_sec/merc-sec.asp](http://www.anbima.com.br/merc_sec/merc-sec.asp)

O ano marcou o recuo de uma suposta nova postura. A matriz macroeconômica enfatizava a administração de demanda agregada como a solução para todos os problemas, daí a multiplicação de desonerações e de grandes projetos financiados pelos bancos públicos, com vistas a incentivar o consumo, na crença de que esta seria uma condição suficiente para fazer crescer a economia. Tardiamente, o governo descobriu que era preciso olhar para o lado da oferta, que as empresas não estavam confortáveis.

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

O tardio reconhecimento de que era preciso expandir a oferta sobretudo na área de infraestrutura fez as autoridades voltarem suas atenções para o programa de concessões de serviços públicos, onde era preciso enfrentar a má vontade com a privatização. Em meio a engarrafamentos, problemas com aeroportos e a ansiedade ligada à aproximação da copa do mundo, muitas iniciativas foram disparadas e concentradas para o final do ano com o intuito de fazer com que esses eventos servissem como um sinal amistoso e empolgante para os investidores. Porém, a insistência em modelos centrados no conceito de modicidade tarifária tornou os leilões meio precários e repletos de negociações laterais, e trouxe desconfiança e desconforto aos investidores. A infraestrutura pode estar recebendo mais investimentos, mas foi pouco e tarde.

Também consolidou-se uma queda de braço entre a Petrobrás e o governo resultante da percepção de que o modelo de partilha foi um equívoco, pois impôs à companhia um programa de investimentos excessivo e para o qual o governo negou os recursos, sobretudo ao adotar uma política de preços que estrangulou a companhia. O endividamento vai de US\$ 46 bilhões ao final de 2006 para US\$ 115 bilhões em 2010 e US\$ 250 bilhões em 2013. Em consequência, o valor de mercado da empresa caiu de US\$ 200 bilhões no começo de 2010 para US\$ 90 bilhões ao final de 2013. São US\$ 110 bilhões de riqueza destruída. O debate sobre a suposta “indexação” dos preços dos derivados aos níveis internacionais revela uma extraordinária falta de entendimento do que significa a indexação e sua contribuição para a inflação.

Em geral, 2013 não foi um bom ano para os investidores da bolsa de valores, que acumulou perdas de 15,5% no período. Diferente dos últimos anos, os investidores começam a especular em torno de uma possível recuperação em função dos preços atrativos, ou seja, antecipar o movimento de alta aproveitando a sucessão de baixas nos preços de empresas sólidas.

Comportamento dos Índices da Bm&Bovespa (%) - 30/12/2013					
Nome	Código	Último	% Dia	% Mês	% Ano
Ibovespa	IBOV	51.507	0,5	-1,9	-15,5
Ibrx Índice Brasil	IBRX	21.294	0,6	-3,1	-3,1
Ibrx-50	IBRX50	8.695	0,6	-3,5	-4,4
Ifinanceiro	IFNC	4.132	0,4	-4,4	2,9
Ind. Des. Imobiliário	IMOB	675	0,9	-4,8	-26,4
Ind. Energia Eletrica	IEE	26.250	-0,2	-2,9	-8,8
Ind. Govern Corp Difer	IGC	7.788	0,7	-2,2	-2,0
Ind. Set Consumo	ICON	2.395	0,8	-1,7	0,8
Ind. Set Industrial	INDX	12.539	0,8	0,1	3,2
Ind Small Cap	SMLL	1.309	0,8	-1,7	-15,2
Ind Tag Along	ITAG	10.325	0,6	-2,8	-0,6
Índice Sust Empr	ISEE	2.479	0,6	-1,5	1,9
Fgv-100	FGV100	12.902	0,8	0,2	-8,6

Fonte: Economática e GINV - Gerência de Investimentos

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Em última análise, realizada em 30 de dezembro, observamos a formação de um “canal de baixa” como tendência principal. O Ibovespa (51.507 pts) vem trabalhando próximo à resistência de 51.800 pontos, no curto prazo, pode ocorrer um ajuste para baixo em direção ao suporte de 41.800 pontos. Perspectivas mais consistentes, no sentido de recuperação, dependem de melhora nos indicadores macroeconômicos e no campo político relacionado as eleições presidenciais.

A Medida Provisória nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, teve impactos muito controversos para o setor elétrico tendo em vista o seu “timing” e alguns dispositivos mais complexos associados à sua implementação. As perdas de valor das empresas do setor, especialmente distribuidoras, foram enormes, incluindo a própria Eletrobrás e outras empresas geradoras proprietárias de usinas amortizadas. Serão enormes também os custos para o Tesouro da implementação das novas medidas.

As manifestações ocorridas em maio de 2013 destruíram qualquer teoria simples sobre a relação entre os eventos esportivos e a popularidade do governo. Os níveis de aprovação governamental pareciam inamovíveis até que sofreram uma queda espetacular em razão dos protestos. Num segundo momento, quando degeneraram em violência e passaram a incluir muitas pautas e muitos profissionais de passeata, o governo teve a oportunidade de diluir os ataques e recuperar um tanto de sua aprovação.

Mas o susto diante do teor libertário dos protestos foi grande, e com ele a ansiedade sobre o que vai ocorrer durante a copa do mundo em 2014, evento muito próximo das eleições presidenciais. E assim, o ano de 2013 tornou muito difícil a vida dos responsáveis por investimentos e por proteção patrimonial. A percepção generalizada é de que o ano de 2014 tem todas as condições para ser outro ano difícil e, em boa medida, os mercados e os portfólios já estão adaptados a esta realidade. É um momento particularmente fértil para uma reflexão das autoridades sobre os rumos da macroeconomia.

O ano de 2013 foi marcado pela reversão de expectativas em relação aos fundamentos estruturais da economia brasileira. No período de vinte meses entre agosto de 2011 e abril de 2013, o País experimentou redução de 5,25% na sua meta de taxas de juros, que atingiu o patamar mínimo histórico de 7,25% ao ano.

Desde 2012, economistas mais ortodoxos alertavam para a velocidade desse movimento – média de 26 pontos-base por mês no período - e fragilidade dos fundamentos macroeconômicos que o sustentavam: um modelo de crescimento calcado em estímulos ao consumo, uma política fiscal em deterioração e o aparente afrouxamento das metas inflacionárias.

Tudo isso coroado com mais uma invenção tupiniquim: a contabilidade criativa nas contas

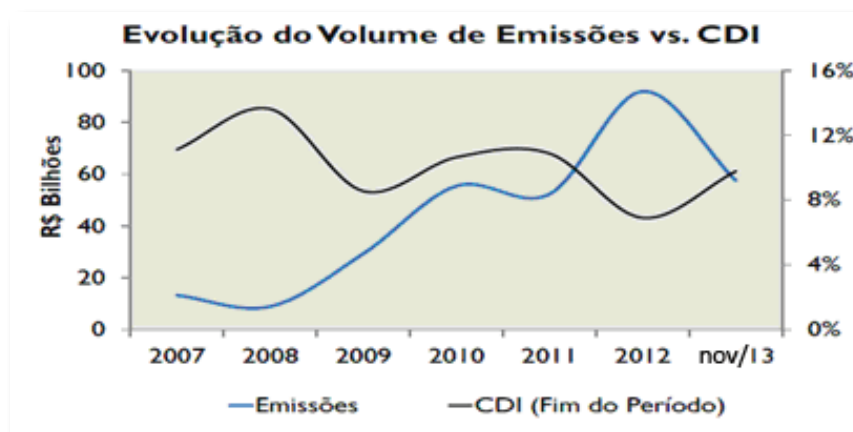
# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

nacionais. A conta veio rápido: por mais que o governo utilizasse subterfúgios para segurar a inflação, com desonerações pontuais e contenção dos preços administrados (ao custo de graves desequilíbrios para setores como o de energia), a inflação testa perigosamente o teto da banda. Com isso, de abril a dezembro de 2013, o Comitê de Política Monetária foi forçado a subir a meta da taxa de juros em 275 pontos-base, num movimento que provavelmente ainda não se encerrou. Isso significa uma elevação média mensal de 34 pontos-base até o encerramento de 2013. Quando comparado aos 26 pontos-base médios mensais do ciclo anterior, é possível se ter uma ideia da magnitude dessa guinada.

Além desses fatos, devem-se considerar ainda algumas outras importantes perspectivas: Agências de *rating* internacionais começam a avaliar a conveniência de revisão (para baixo) dos *rating* de crédito do país. A agência Moody's, em outubro de 2013, mudou a perspectiva do nosso *rating* soberano de "Positiva" para "Estável". A agência alega deterioração do perfil de endividamento do país, estagnação econômica e – sublinhe-se – deterioração da qualidade das informações sobre a economia (a tal da contabilidade criativa). Outra agência, a S&P, declarou recentemente que vai aguardar o desfecho das eleições de 2014 para rever o *rating* soberano do país. O *rating* do Brasil pelas escalas da Moody's (Baa2) ou S&P (BBB) é apenas um degrau acima do mínimo para a manutenção do status de Grau de Investimento (Investment Grade). Sem essa classificação, diversos investidores internacionais serão forçados, por questões regulamentares, a se desfazer de ativos no país.

Some-se a isso o cenário de nuvens carregadas ao norte, representado pelas incertezas sobre a amplitude do impacto da retirada dos estímulos monetários da economia norte-americana, processo que agora se inicia. Compõe ainda o quadro de 2014 as eleições presidenciais.

Diante desse quadro retrospectivo e prospectivo, o universo da renda fixa e do crédito passou - e continua a passar - por fortes oscilações de preços e taxas. Tal cenário instável também desestimulou a emissão de novos títulos de renda fixa ao longo do ano. A redução do volume de emissões de títulos de dívida corporativa doméstica (debêntures), verificada em 2013, deveu-se a uma conjunção de fatores tais como a dificuldade de precificação em meio a um ambiente de incertezas e a elevação do custo financeiro para os emissores.

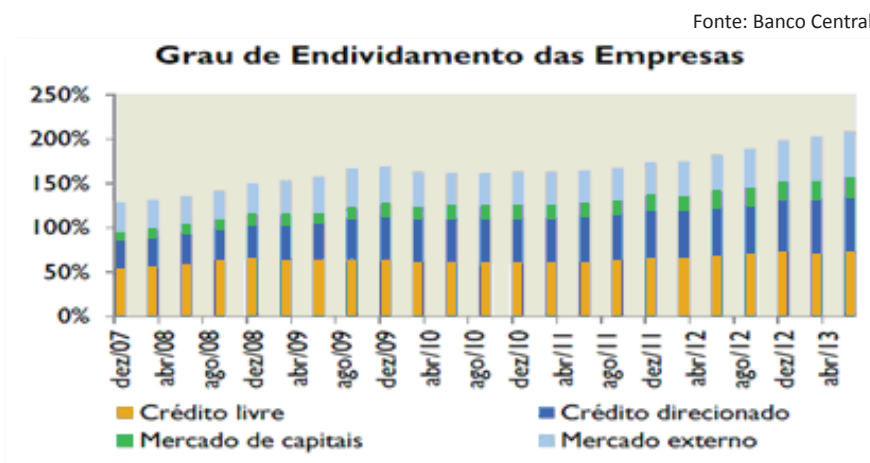


Fonte: Banco Central



# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Ainda no que tange aos emissores corporativos de títulos de dívida, além dos aspectos acima citados, o maior endividamento das companhias também pode ter desestimulado novas emissões em 2013. De acordo com o Banco Central, a razão entre a dívida total dessas empresas e o Excedente Operacional Bruto acumulado em doze meses passou de 128% no final de 2007 para mais de 200% na última medição, em junho deste ano.



Para as três maiores agências internacionais de *rating*, também há indícios de piora na estrutura de capital das companhias brasileiras, resultado do aumento de investimentos nos últimos anos, que não foi acompanhado em mesma proporção pela geração de caixa, enfraquecida pela desaceleração econômica. Conforme informado pela *Fitch Ratings*, desde o início de 2013, os rebaixamentos superaram as elevações de *ratings* em 1,2 vez, sendo que do universo de 108 empresas brasileiras analisadas, 16% apresentam “Perspectiva Negativa”, frente a 6% com “Perspectiva Positiva”. A agência aponta que o índice de alavancagem total ajustado das empresas avançou de 4,2 vezes ao final de 2012, contra 2,9 vezes ao final de 2008. Neste ano, 12 companhias tiveram sua nota rebaixada pela agência, enquanto somente 8 companhias tiveram elevação. Já a agência Moody’s efetuou 13 rebaixamentos de companhias brasileiras nos últimos dois anos e apenas cinco elevações. Atualmente, dos 73 ratings corporativos listados pela Moody’s, 13 possuem perspectiva negativa contra 9 com perspectiva positiva. Finalmente, a Standard & Poor’s mantém a América Latina em viés negativo principalmente em virtude do alto número de empresas argentinas e brasileiras que possuem perspectiva negativa em seus ratings. De um total de 85 ratings atribuídos a empresas do Brasil, 14 possuem perspectiva negativa contra 8 positivas.

Diante de todo esse quadro, no que tange a investimentos, 2014 é um ano a ser enfrentado com bastante prudência.

## Perspectiva Econômica para 2014

Os analistas de mercado indicam que o fortalecimento do dólar e a elevação dos juros devem ser a tônica do cenário em 2014. Nos EUA, a perspectiva de recuperação econômica segue

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

intacta apesar do *payroll* mais fraco. A geração de vagas de emprego recuou para 74 mil em dezembro, vindo de 241 mil no mês anterior e bem abaixo do esperado (197 mil). Essa surpresa foi explicada, principalmente, pela forte geadada que atinge o país e, desta maneira, não representa uma mudança estrutural no mercado de trabalho. Vale lembrar que os dados de encomendas industriais e comércio externo em novembro continuaram favoráveis à retomada econômica.

Na Zona do Euro, o resultado do PMI, em dezembro, mostra-se compatível com uma leve expansão econômica no último trimestre de 2013. O PMI aumentou de 51,7 para 52,1 pontos entre novembro e dezembro (confirmando a estimativa preliminar). Em termos de abertura, houve alta no indicador do setor industrial (de 51,6 para 52,7) e recuo no de serviços (de 51,2 para 51,0), sendo que ambos encontram-se em território de expansão econômica (acima de 50 pontos). Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) manteve inalterada a taxa básica de juros em 0,25% ao ano, conforme esperado, e a política monetária na região deve seguir expansionista por um período suficientemente prolongado.

Na China, o recuo do PMI, em dezembro, veio em linha com a expectativa de leve desaceleração econômica no período. O PMI oficial da manufatura passou de 51,4 para 51,0 pontos entre novembro e dezembro e o indicador calculado pelo banco HSBC para o mesmo setor foi de 50,8 para 50,5 pontos no mesmo período. O detalhamento do indicador oficial mostrou, na margem, recuo dos subíndices de produção, e novas encomendas para exportação. Para 2014, a projeção é de expansão de 7,2% para o PIB chinês. E a inflação chinesa continua bem comportada e tende a permanecer assim também em 2014.

No Brasil, a produção industrial trouxe surpresa positiva em novembro, mas compatível com a projeção de 2,3% para o crescimento do PIB em 2013. Para 2014, o mercado projeta uma expansão de 2,0% para o PIB.

A inflação doméstica, por sua vez, veio acima do esperado em dezembro, mostrando também núcleos (que expurgam efeitos temporários) em alta. A variação de 0,92% do IPCA em dezembro veio acima do esperado (0,82%) e também acelerou de forma relevante na comparação com o mês anterior (0,54%). Desta forma, o IPCA encerrou 2013 com variação de 5,91% (versus 5,84% em 2012). Esta surpresa altista na margem foi provocada, principalmente, pelas variações maiores do que o projetado em alimentação, transportes e artigos de residência. Para o encerramento de 2014, o mercado projeta que a SELIC será elevada para 11,50%.

## Desempenho da FIPECq

O ano de 2013 foi marcado pela acomodação de risco dos mercados internacionais, após a liberação de pacotes governamentais de ajuda e manutenção da liquidez dos sistemas financeiros. A economia europeia apresentou alguns sinais de recuperação, mas que ainda são frágeis. O quadro econômico na região, que apresentou picos de pessimismo em meados do ano, estabilizou-se, mas permanecem as preocupações com a fragilidade do sistema bancário europeu. A recessão se aprofundou nas economias mais frágeis do bloco durante o processo de ajustes macroeconômicos que estão em curso, levando o desemprego a níveis recordes nos países periféricos da UE. A economia Chinesa tornou evidente a mudança de modelo de crescimento, com um foco maior no crédito, fator que trouxe riscos adicionais ao sistema financeiro do país. A reforma financeira, inclusive, foi um dos principais desafios enfrentado pelo governo chinês.

A lenta, mas consistente, recuperação da economia norte-americana deu início ao processo de retirada dos estímulos monetários pelo Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos. Este processo fez com que o Dólar apresentasse forte apreciação em 2013 e a redução na liquidez internacional resultante representou um choque sistêmico de natureza contracionista, que reverteu os fluxos de capital e acarretou, particularmente nos países emergentes, pressões inflacionárias, fortes altas de juros e conseqüente desvalorização dos ativos de renda fixa e variável. Foi notória a tentativa dos governos dos países emergentes em pedir ao FED uma atuação cautelosa, sob pena de colocar em risco a estabilidade do sistema financeiro internacional.

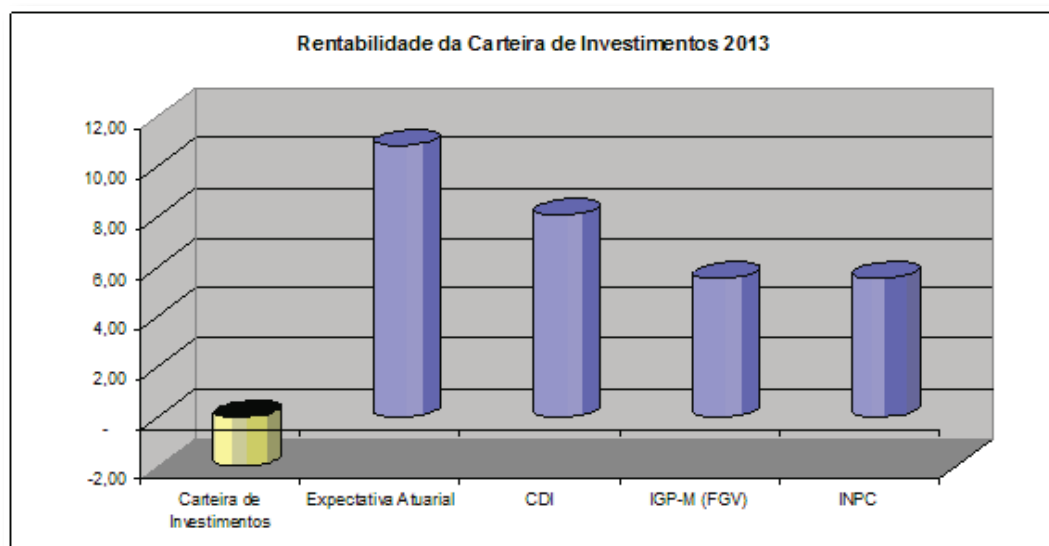
O ambiente econômico no Brasil em 2013 apresentou graves complicações devido aos impactos dos anúncios de reduções de estímulos monetários do FED. A expectativa de menor liquidez gerou uma fuga de recursos para o mercado norte-americano que impactou de forma importante a taxa de juros dos títulos de renda fixa e gerou perdas na Bovespa. Aliado a esse cenário, houve sérias preocupações com o desempenho fiscal do Governo, apesar dos comunicados das autoridades reiterando seu compromisso com a meta de superávit fiscal. Apesar disso, os números foram sistematicamente ruins, com excessos de gastos e receitas abaixo do esperado, que jogaram o superávit primário acumulado no ano para níveis abaixo da meta pretendida pelo Governo. Para evitar o fracasso no cumprimento da meta, o Governo lançou mão da contabilidade criativa, trazendo ainda mais desconfiança e volatilidade aos mercados. A conjunção destes fatores deflagrou um ambiente de inflação alta, juros altos e baixo crescimento, que persistiu durante todo o ano, e minou a confiança de investidores, empresários e consumidores.

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Principais Indexadores da Carteira de Investimentos em 31/12/2013		
	R\$	%
IPCA/IBGE	522.511.090,54	55,47
IBOVESPA/Fech	229.252.313,12	24,33
Fundos de Investimentos	146.645.935,80	15,56
DI-CETIP	31.089.059,39	3,30
Imobiliário	8.901.000,00	0,94
IGPM	3.742.510,23	0,40
Outros	2.110,42	
<b>Total</b>	<b>942.139.798,66</b>	<b>100,00</b>

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	R\$	%
SEGMENTO DE RENDA FIXA	651.015.812,19	69,10
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	229.252.313,12	24,33
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	31.006.608,61	3,29
SEGMENTO DE IMÓVEIS	8.901.000,00	0,94
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	21.966.175,16	2,34
OUTROS	2.110,42	
<b>TOTAL</b>	<b>942.139.798,66</b>	<b>100,00</b>

A carteira de investimentos da FIPECq encerrou o ano de 2013 com uma distribuição que privilegiou o segmento de renda fixa, em virtude das oportunidades encontradas em títulos públicos indexados ao IPCA. Dessa forma, 55,47% da carteira de investimentos tem sua rentabilidade atrelada ao índice, fator que cria uma maior aderência à meta atuarial, garantindo mais segurança no cumprimento das obrigações com os participantes.



A carteira da FIPECq encerrou 2013 com a rentabilidade de -1,95%, resultado 11,54% inferior à expectativa atuarial, que foi de 10,84%, considerada a marcação a mercado. Os segmentos

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

da carteira de investimentos da FIPECq obtiveram os seguintes resultados: o de renda fixa obteve uma rentabilidade nominal de 1,03%, mercado a mercado, 8,85% abaixo da meta atuarial, e de 12,89%, observadas as rentabilidades na curva dos papéis o segmento de renda variável obteve -2,53%, desempenho 15,35% acima do Ibovespa; o de investimentos estruturados obteve a rentabilidade de 2,96% e o segmento de empréstimos encerrou o ano com rentabilidade de 15,08% no ano, 3,83% acima da meta atuarial.

Em 2013, a gestão de investimentos da FIPECq esteve empenhada no aprimoramento das normas e condutas no sentido de minimizar o risco das carteiras de investimentos e aumentar o grau de transparência e responsabilidade social na gestão do patrimônio da fundação, que apresentou os seguintes desempenhos:

## Renda Variável

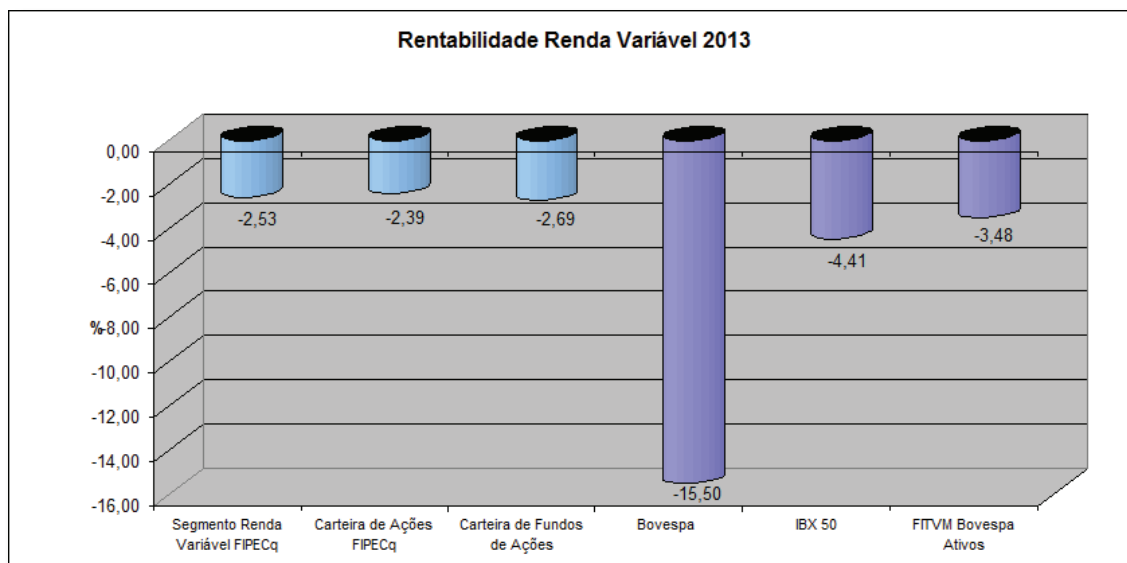
O segmento de renda variável da FIPECq alcançou a rentabilidade de -2,53% em 2013, desempenho 15,35% superior ao Ibovespa, que encerrou o ano em -15,50%.

A Bovespa iniciou o ano de 2013 pressionada pela realização de lucros, após a recuperação dos preços dos títulos ocorrida nos 2 últimos meses de 2012. O desempenho do índice dependeria basicamente do controle das contas públicas, fato que garantiria a consistência de risco necessária à manutenção do investimento externo. Com o ciclo de crescimento econômico baseado no consumo das famílias praticamente encerrado, os olhos dos investidores focaram-se nas oportunidades do setor de infraestrutura, cujas carências são históricas e cujos leilões de concessões mobilizaram grandes grupos nacionais e internacionais.

No entanto, o ambiente macroeconômico internacional desfavorável foi preponderante para o desempenho negativo do Ibovespa, com destaque para o anúncio do fim dos estímulos monetários injetados no mercado pelo *Federal Reserve*. Esse processo fez com que o dólar apresentasse forte apreciação em 2013 devido à saída de recursos para o exterior e a confluência desta liquidez para o mercado norte-americano resultou numa alta de 25,95% do índice *Dow Jones* no ano. A expectativa de redução desses estímulos monetários causou um choque contracionista, acarretando pressões inflacionárias, fortes altas de juros e conseqüente reavaliação de ativos de renda fixa e variável, com efeitos particularmente danosos nos países emergentes.

Outro fator de impacto para o desempenho da Bovespa foi o recrudescimento do risco Brasil, cujas contas públicas apresentaram rápida deterioração no ano de 2013, com gastos excessivos e baixo crescimento da arrecadação, tendo em vista que esta é ligada ao crescimento econômico. As agências internacionais classificadoras advertiram quanto à piora da percepção do risco Brasil, inclusive com a possibilidade de reavaliação negativa da nota brasileira.

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS



A FIPECq detém em sua carteira própria ações de primeira linha, com participação preponderante dos setores financeiro, mineração, petróleo, alimentos, transportes e comércio, onde estão alocados aproximadamente 80% do valor financeiro da carteira. Complementam essa carteira, títulos de empresas dos setores de construção, energia elétrica, veículos e peças e têxtil. Essa composição apresenta aderência ao índice Bovespa e alta liquidez no mercado, tendo alcançado a rentabilidade de -2,39% em 2013, desempenho superior ao Ibovespa, que foi de -15,50%.

CARTEIRA DE AÇÕES EM MERCADO - SETORIAL		
SETOR	R\$	% Carteira
Finanças e Seguros	40.546.332,50	36,94
Mineração	20.115.858,00	18,32
Petróleo e Gás	11.551.084,44	10,52
Alimentos e Bebidas	11.327.500,00	10,32
Transportes e Serviços	6.559.550,00	5,98
Comércio	6.207.954,71	5,66
Construção	6.099.575,00	5,56
Energia Elétrica	4.335.250,00	3,95
Veículos e Peças	2.999.405,00	2,73
Têxtil	33.453,00	0,03
	<b>109.775.962,65</b>	<b>100,00</b>

Diante de um cenário desfavorável, a gestão de investimentos da FIPECq atuou no sentido de proteger a carteira de ações através de operações de derivativos conhecidas como *Zero Cost Fence*, com vencimento para 16 de dezembro de 2013 e cujas principais características foram a proteção de até 10%, no caso de quedas, e possibilidade de captação de rentabilidade média de até 20%, no caso de altas do mercado. As operações de proteção cobriram cerca de

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

90% do valor médio da carteira de ações, e ofereceram também a possibilidade de reversões e correções estratégicas durante o seu período de vigência. Dessa forma, a carteira própria de ações da FIPECq ofereceu um desempenho consistentemente superior ao Ibovespa no ano de 2013, com um componente de risco sensivelmente inferior.

OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO REALIZADAS EM 2013 - Vencimento em 16/12/2013										
Data Execução	Papel	Qtidade	Preço Execução Edge	Valor em Garantia	Strike Put	Limite Proteção Total	Strike Put	Limite Retorno	Strike Call	Limite de Valorização
07/02/2013	VALE5	690.000	38,39	26.082.000,00	34,00	-10,05%	37,80	17,46%	44,40	30.636.000,00
21/01/2013	PETR4	670.000	19,32	12.730.000,00	17,00	-10,53%	19,00	20,00%	22,80	15.276.000,00
18/02/2013	ITUB4	500.000	35,15	17.300.000,00	31,00	-10,40%	34,60	17,05%	40,50	20.250.000,00
20/05/2013	BRFS3	230.000	31,89	10.810.000,00	42,00	-10,64%	47,00	15,96%	54,50	12.535.000,00
30/04/2013	BBD C4	470.000	31,81	14.570.000,00	27,80	-10,32%	31,00	12,90%	35,00	16.450.000,00
20/05/2013	PCAR4	28.000	111,57	2.940.000,00	94,00	-10,48%	105,00	16,19%	122,00	3.416.000,00
21/01/2013	BBAS3	190.000	25,75	4.826.000,00	22,80	-10,24%	25,40	20,08%	30,50	5.795.000,00
21/01/2013	BVMF3	330.000	13,93	4.455.000,00	12,00	-11,11%	13,50	20,00%	16,20	5.346.000,00
18/01/2013	GFS3	500.000	5,24	2.650.000,00	4,70	-11,32%	5,30	22,64%	6,50	3.250.000,00
				<b>96.363.000,00</b>						<b>112.954.000,00</b>

O vencimento das operações de proteção ensejou um movimento de diminuição da participação das ações da Vale S/A na carteira, de forma a aperfeiçoar a pulverização dos ativos. Ainda assim, a participação da companhia permaneceu relevante devido à sua sólida posição global no mercado de minério e aos ganhos adicionais provenientes da apreciação do dólar. Os investimentos em ações da Petrobras permanecem à espera de uma mudança de rumos na condução da companhia, não sendo razoável a venda dos ativos no valor de mercado atual. São esperadas melhorias em termos de preço dos combustíveis e na escala de produção para breve, fatores que podem impactar positivamente os preços das ações.

Os investimentos no Setor Finanças e Seguros permanecem com a maior parcela da carteira, tendo em vista o cenário de alta dos juros básicos da economia, cujas perspectivas de lucro são fortalecidas neste ambiente econômico. A participação do segmento de alimentos permanece concentrada em BR Foods, que além de manter uma importante fatia do mercado nacional, destaca-se como exportadora de nível global. A apreciação cambial consiste num importante fator de atratividade para os setores exportadores de alta competitividade, sendo o diferencial positivo para a inclusão de ações da Lochpe Maxion na carteira. O setor de transportes/infraestrutura recebeu aportes adicionais através de CCR Rodovias, tendo em vista que os investimentos em infra-estrutura emergem como o grande destaque para os próximos anos. No setor Imobiliário foi adicionada a participação da construtora João Fortes, que foi recebida como parte do resgate total do Fundo de Ações Yukon Fia, que não apresentava uma rentabilidade adequada à proposta do fundo.

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Carteira Própria de Ações - Dezembro 2013				
Nome	Classe	Quantidade	R\$	% Carteira
Vale	PNA	614.600	20.115.858,00	18,32
ItauUnibanco	PN	554.840	17.394.234,00	15,85
Bradesco	PN	510.242	14.842.939,78	13,52
Petrobras	PN	676.293	11.551.084,44	10,52
BRF Foods	ON	230.000	11.327.500,00	10,32
CCRO	ON	275.000	4.886.750,00	4,45
Banco do Brasil	ON	190.000	4.636.000,00	4,22
Joao Fortes	ON	728.500	4.334.575,00	3,95
BMF Bovespa	ON	332,112	3.673.158,72	3,35
Pão Açucar - Cbd	PN	28.781	3.019.414,71	2,75
Iochpe-Maxion	ON	114.700	2.999.405,00	2,73
Light	ON	120.000	2.654.400,00	2,42
Lojas Renner	ON	30.500	1.860.500,00	1,69
Gafisa	ON	500.000	1.765.000,00	1,61
Log-In	ON	204.000	1.672.800,00	1,52
Lojas Marisa	ON	71.400	1.328.040,00	1,21
AES Tiete	PN	45.000	859.050,00	0,78
Eletrobras	ON	140.000	821.800,00	0,75
Karsten	PN	41.300	33.453,00	0,03
<b>TOTAL</b>			<b>109.775.962,65</b>	

Em 2013, a gestão de investimentos da FIPECq manteve a estratégia de diversificação de portfólio no segmento de renda variável, mantendo as aplicações em fundos de investimentos em ações de perfil ativista. Tais fundos têm como objetivo maximizar a rentabilidade da carteira no longo prazo, através de um trabalho de análise fundamentalista em empresas cujos preços em bolsa estão significativamente abaixo de seu valor econômico intrínseco e adotam uma postura ativa em governança corporativa, cujo objetivo é criar valor aos ativos através da adoção de mudanças estratégicas e operacionais.

A estratégia de investimento dos fundos de ações da carteira de investimentos foi utilizada como contraponto ao perfil da carteira de ações no mercado à vista, tendo em vista que as carteiras de ações desses fundos de investimento possuem baixo índice de correlação ao Ibovespa, servindo como fator moderador da volatilidade do segmento.

Aplicação	Fundo	R\$	% Patr. Fundo	% Carteira	Rentabilidade 2013 %	Rentabilidade Histórica %
01/07/2010	Guepardo Institucional FIA	60.347.648,72	7,88	55,45	0,76	27,13
28/03/2012	Bozano FIA	21.639.433,67	23,06	19,88	1,10	-7,74
18/10/2012	BNP Small Caps FIA	11.649.609,99	23,58	10,70	-15,06	-13,32
02/05/2008	RB Fundamental FIA	11.063.108,25	10,04	10,17	-3,13	51,78
01/07/2010	FIA Sulamérica Tarpon	4.139.425,41	6,52	3,80	2,96	38,53
		<b>108.839.226,04</b>		<b>100</b>		<b>18,81</b>



# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

A carteira de fundos de ações é composta de fundos previamente classificados e cujas estratégias de investimentos se encaixam nos limites e características exigidos pela FIPECq, através da análise qualitativa e quantitativa. A carteira de fundos foi distribuída entre diversos gestores como forma a alcançar um melhor resultado, incorrendo em menor risco de concentração. Os resultados obtidos pelos fundos de ações do portfólio da FIPECq apresentam rentabilidade sistematicamente superior ao Ibovespa.

No ano de 2013, a carteira de fundos de ações apresentou uma rentabilidade de -2,69%, superior ao Ibovespa, que foi de -15,50%. Quando analisamos o desempenho histórico dos fundos desde a aplicação inicial, temos uma rentabilidade média da carteira de 18,81%, contra um Ibovespa de -25,74% no período. Desta forma, a composição desta carteira possibilitou a obtenção de resultados acima do Ibovespa de maneira consistente ao longo do tempo, sendo este o objetivo primordial dessas aplicações.

## **Segmento Renda Fixa**

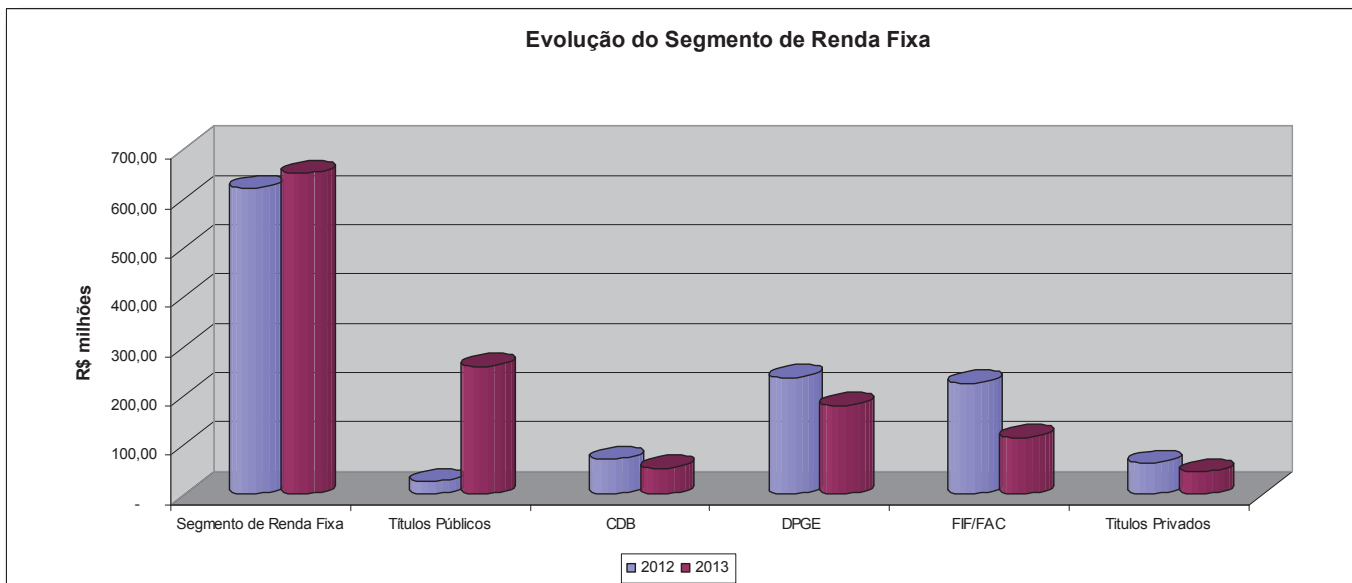
A carteira de títulos de renda fixa obteve uma rentabilidade de 1,03% acumulada no ano de 2013, contra a meta atuarial de 10,84%. Se comparado à taxa de juros de mercado, a rentabilidade auferida pelo segmento representa 12,77% do CDI. O segmento de renda fixa encerrou o ano de 2013 com participação de 69,11% da carteira de investimentos, concentrando dessa forma a maior parcela dos recursos das reservas técnicas.

Em 2013, a FIPECq manteve a rígida política de risco para aplicações em títulos privados de renda fixa dos últimos 3 anos, aperfeiçoando a disciplina de análise e acompanhamento das propostas de investimentos de forma a remunerar os recursos das carteiras de investimentos dentro dos limites da meta atuarial incorrendo no risco mínimo necessário para tal.

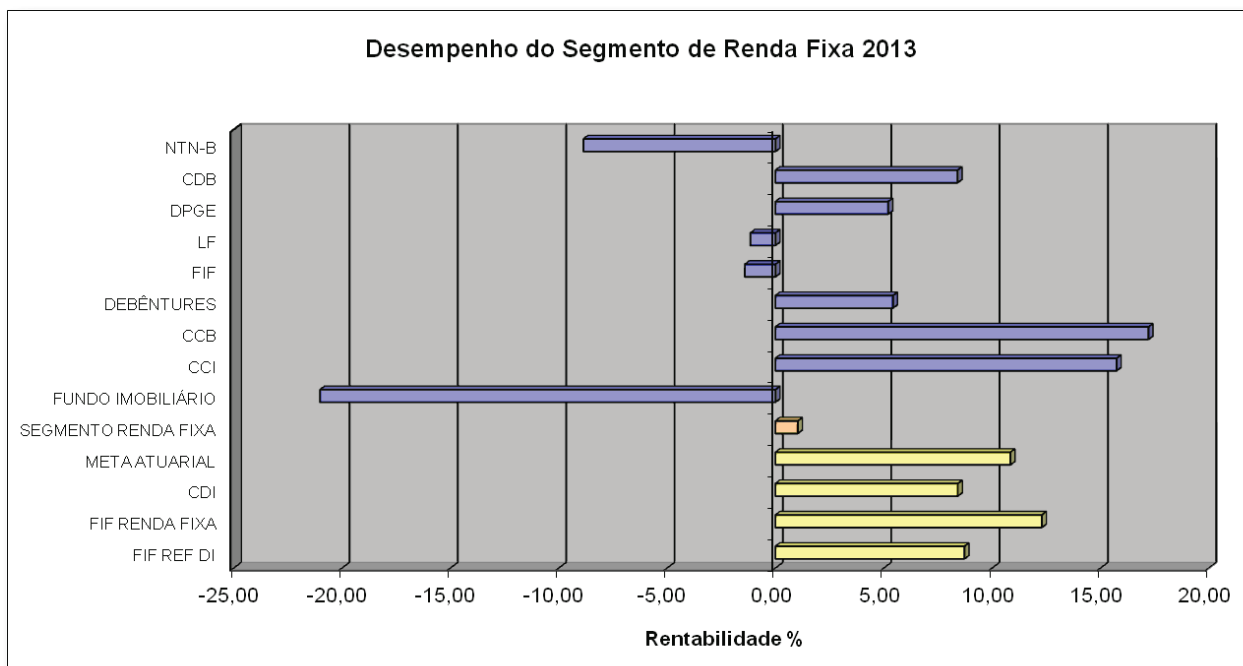
Devido ao alto grau de exigência nas análises de risco de crédito, não foram realizadas aquisições de títulos privados durante o ano. Dessa forma, houve uma queda do valor nominal dos títulos da carteira devido aos resgates e amortizações ocorridos no período. Tal fato se repetiu nos itens CDB e DPGE, onde não foram encontradas oportunidades de investimento com a relação de remuneração e risco adequada à Política de Investimentos da FIPECq.

As maiores variações em valores nominais ocorreram nos itens Fundos de Investimentos e Títulos Públicos, que apresentaram variação oposta. Durante os primeiros cinco meses de 2013, os recursos advindos de vencimentos e amortizações de títulos foram alocados em fundos de gestão de caixa, à espera de oportunidades adequadas de investimento de longo prazo. Assim, com a alta das taxas de juros ocorrida em meados do mês de maio, a FIPECq realizou aquisições de Notas do Tesouro Nacional – NTN-B, com taxas médias acima do mínimo atuarial, fazendo com que a participação dos Fundos de Investimento caíssem de 36% em 2012, para 18% em 2013 e a de Títulos Públicos subisse de 4% para 40% dentro do segmento de renda fixa.

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS



A rentabilidade foi fortemente impactada pela alta de juros provocada pela saída de recursos do Brasil. Com menor liquidez, os tomadores de recursos passaram a oferecer uma taxa de juros com maior prêmio de juros para contratação de operações. A NTN-B com vencimento para 15 de agosto de 2050 oferecia uma taxa média de mercado de IPCA+3,90% ao ano em meados de abril de 2013, impossibilitando sua aquisição, já que a taxa ofertada situava-se abaixo do mínimo atuarial. Com o advento da alta de juros, os mesmos títulos públicos ofereceram taxas próximas de IPCA+7% ao ano em dezembro de 2013.



# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

A análise da rentabilidade do segmento de renda fixa deve ser realizada sob a égide da postura conservadora da Gestão de Investimentos da FIPECq, que optou por marcar todos os títulos privados conforme preços de mercado. Essa medida tem como fundamento a necessidade de conhecimento do valor dos ativos numa hipotética situação de necessidade de liquidação antes do vencimento. No entanto, o ambiente de alta volatilidade das taxas de juros criou uma situação em que a rentabilidade de ativos que pagam uma remuneração fixa tornou-se negativa. No entanto, cumpre esclarecer que a demonstração da rentabilidade negativa não implica em perda real.

Tal opção de marcação foi escolhida como forma de prover maior transparência na prestação de resultados; trata-se apenas da demonstração do valor de mercado do título em conformidade com a taxa de juros do momento. Essa marcação não afeta a rentabilidade contratada, que será aferida no final do ciclo de investimento do título. O efeito negativo da marcação dos valores dos títulos a preços de mercado afetou a rentabilidade de NTN-B, CDB, DPGE, Letra Financeira, Fundos de Investimentos (FI) e Debêntures. Como forma de minimizar os efeitos da alta volatilidade das taxas de mercado, as compras de títulos públicos que foram realizadas a partir de julho de 2013 passaram a ser marcadas com apreçamento na curva de remuneração contratada.



# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

R\$				
Título	Emitente	Vencimento	Valor Bruto	Taxa Nominal %
CDB	BANCO ITAU	22/05/2014	19.368.371,17	8,44
CCI	RSEB	25/09/2017	13.845.382,60	16,55
CCB	CASAN	25/11/2016	15.542.926,39	16,71
CCB	CANGURU	09/01/2015	1.377.620,40	14,40
DEBENTURES	CEMIG	02/06/2014	3.742.510,23	16,61
DEBENTURES	CTBC TELECOM	15/09/2019	10.476.795,37	12,29
DPGE	BANCO INDUSVAL	02/06/2014	7.408.985,89	14,40
DPGE	BANC SOFISA	02/02/2014	7.518.126,33	14,66
DPGE	BANCO INDUSVAL	17/06/2014	9.161.563,40	14,30
DPGE	BANCO MODAL	17/06/2014	9.374.040,04	14,83
DPGE	BANCO BMG	27/06/2014	9.163.350,36	14,55
DPGE	BANCO PINE	27/06/2014	8.873.735,03	13,80
DPGE	BANCO BONSUCESSO	24/07/2014	17.487.568,03	13,56
DPGE	BANCO PINE	18/08/2014	8.826.811,26	13,87
DPGE	BANCO BMG	18/08/2014	8.828.154,58	13,89
DPGE	OMNI CFI	19/06/2015	19.694.123,48	14,62
DPGE	BANCO MÁXIMA	29/12/2015	14.645.812,92	14,16
DPGE	BICBANCO	03/05/2016	14.770.649,72	14,72
DPGE	BANCO SEMEAR	16/05/2016	14.712.200,20	14,62
DPGE	BANCO FIBRA	22/12/2016	12.562.231,71	12,76
DPGE	BANCO BANIF	25/05/2017	8.129.804,40	11,33
DPGE	BANCO MERCANTIL BRASIL	25/05/2017	8.211.955,66	11,39
LF	BANCO ITAU	01/08/2022	9.851.274,91	11,76
LF	BANCO DE BRASILIA	31/07/2019	11.126.256,39	13,03
LF	BANCO BMG	19/03/2015	11.720.688,22	9,67
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/05/2017	23.895.803,51	17,27
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	22.442.401,55	11,28
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	22.442.401,55	11,23
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	22.442.401,55	11,36
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	22.442.401,55	11,45
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	22.442.401,55	12,18
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	22.442.401,55	11,44
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	11.221.200,78	11,60
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	26.307.384,51	11,65
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2050	12.583.482,57	11,97
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2022	14.833.720,62	11,84
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2022	11.929.038,84	12,43
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2022	11.871.486,80	12,52
NTN-B	TESOURO NACIONAL	15/08/2022	11.659.019,38	12,82
<b>RENTABILIDADE MÉDIA DOS TÍTULOS %</b>			<b>535.376.485,00</b>	<b>12,89</b>
<b>META ATUARIAL 2013 %</b>				<b>10,84</b>

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Com base na composição da carteira de renda fixa, podemos verificar que a remuneração média dos títulos do segmento foi 12,89% no ano de 2013, portanto, acima da Meta Atuarial.

A carteira de títulos da FIPECq está segregada em títulos livres de risco e títulos de emissão privada. Os Títulos Livres de Risco são representados por ativos emitidos pelo Tesouro Nacional – NTN-B e títulos que são segurados pelo Fundo Garantidor de Crédito, DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial. Estes ativos somam 46,52% da carteira de investimentos da FIPECq.

ATIVOS LIVRES DE RISCO	R\$	% Patrimônio
NTN-B	258.955.546,31	27,48
DPGE	179.369.113,01	19,04
	<b>438.324.659,32</b>	<b>46,52</b>

A carteira de títulos privados da FIPECq representa 10,30% da carteira de investimentos e é composta por ativos de alta qualidade de crédito. Os emissores dos títulos são, em sua maioria, grandes empresas, bancos de grande porte ou bancos públicos e todos os ativos possuem conceito de risco acima do grau de investimento.

R\$

TÍTULOS DE CRÉDITO PRIVADO			
	Valor	% PATRIMÔNIO	Rating
<b>DEBÊNTURES</b>	<b>14.219.305,60</b>	<b>1,51</b>	
Cemig S/A	3.742.510,23	0,40	AA- (Fitch Ratings)
CTBC Telecom S/A	10.476.795,37	1,11	AA- (Fitch Ratings)
<b>CDB</b>	<b>19.368.371,17</b>	<b>2,06</b>	
Banco Itaú Unibanco S/A	19.368.371,17	2,06	AAA (Fitch Ratings)
<b>LF</b>	<b>32.698.219,52</b>	<b>3,47</b>	
BMG S/A	11.720.688,22	1,24	BBB (Fitch Ratings)
Banco de Brasília S/A	11.126.256,39	1,18	A- (LF Ratings)
Banco Itaú Unibanco S/A	9.851.274,91	1,05	AAA (Fitch Ratings)
<b>CCB/CCI</b>	<b>30.765.929,39</b>	<b>3,27</b>	A (LF Ratings)
<b>TOTAL</b>	<b>97.051.825,68</b>	<b>10,30</b>	

## Segmento de Investimentos Estruturados

O segmento encerrou o ano de 2013 representando 3,29% da carteira de investimentos e com rentabilidade de 2,96%. Esse desempenho deve-se às características dos FIP's – Fundos de Investimentos em Participações, adquiridos pela FIPECq, que se encontram no período de realização dos investimentos programados e sem reavaliação dos ativos de carteira, a chamada curva “J”.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES 2013		
Fundo	R\$	Rent % 2013
FIP TAG	3.710.230,19	*
FIP Patriarca	176.780,02	3,49
BR Educacional	6.357.659,07	1,11
Triscorp Ativos Florestais	7.805.122,71	-1,86
FIP Biotec	8.964.016,57	18,46
<b>Total</b>	<b>27.013.808,56</b>	<b>5,42</b>

\* em período de desinvestimento.

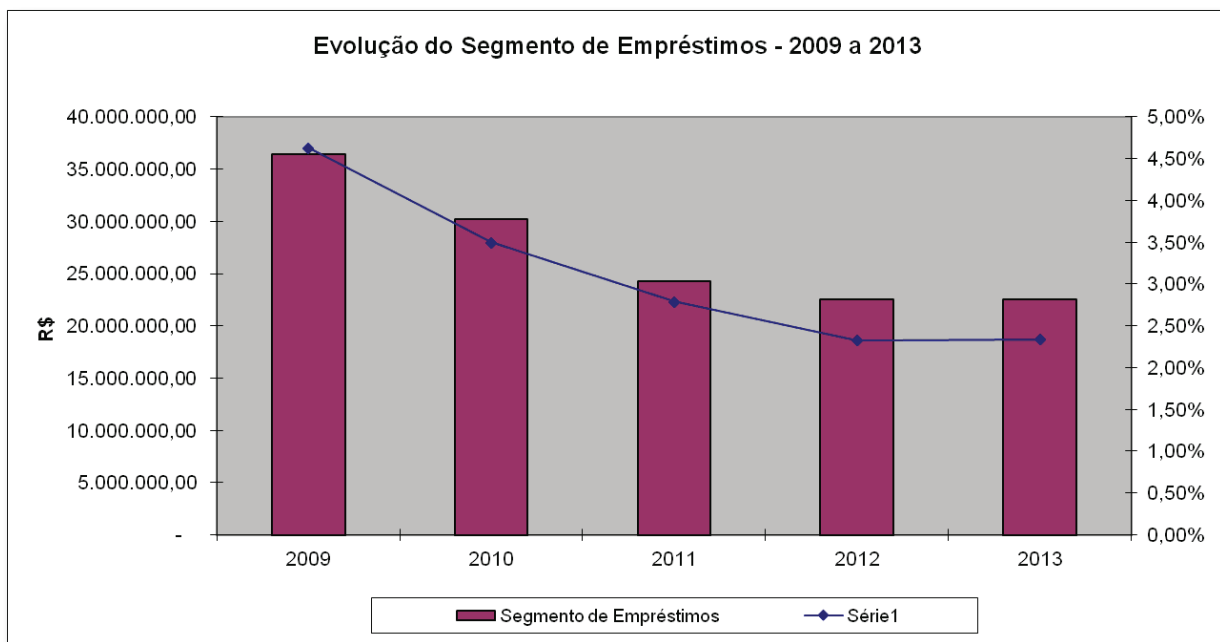
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO 2013		
Fundo	R\$	Rent % 2013
Memorial Office Building	3.992.800,05	-21,64
Segmento	31.006.608,61	2,96

O Fundo Imobiliário apresentou um comportamento volátil no ano de 2013. Embora seja um empreendimento valorizado e que continua pagando mensalmente os dividendos, a abertura da negociação das cotas do Fundo na Bovespa, gerou uma situação em que o seu valor de mercado sofre fortes variações com negociações de baixo valor financeiro.

## Segmento de Empréstimos e Financiamentos

A carteira de empréstimos e financiamentos aos participantes encerrou o ano de 2013 com um valor total de operações contratadas que representam 2,33% do patrimônio da FIPECq, estável em relação a 2012, que foi 2,33%. A rentabilidade acumulada foi 15,08%, ante a expectativa atuarial de 10,84%, o que representa 3,83% acima da meta atuarial. Tal desempenho deve-se à metodologia de cálculo da taxa de juros para empréstimos previdenciais que leva em consideração a média geométrica do INPC de doze meses acrescida da taxa de 9% ao ano, aliada à recuperação de créditos vencidos.

# INVESTIMENTOS E RESULTADOS



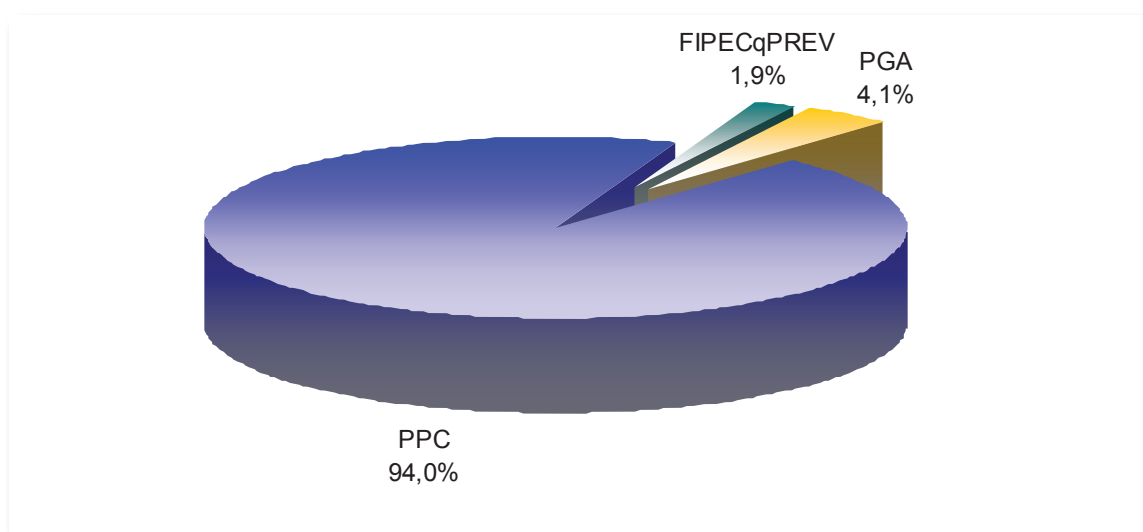
## Patrimônio

O patrimônio social dos planos, administrados pela FIPECq, atingiram em dezembro de 2013, o valor de R\$ 938.275.718,00, advindos das reservas do Plano de Previdência Complementar - PPC, Plano de Previdência FIPECqPREV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA. A seguir, apresentamos a composição:

### Posição do Patrimônio 2012-2013

R\$1,00

PLANOS	2012		2013		(%)
	Valor (A)	(%)	Valor (B)	(%)	(B)/(A)
Plano de Previdência Complementar - PPC	905.140.456	94,2	881.703.744	94,0	(2,6)
Plano de Previdência - FIPECqPREV	17.449.740	1,8	18.205.140	1,9	4,3
Plano de Gestão Administrativa - PGA	38.569.400	4,0	38.366.834	4,1	(0,5)
	961.159.596	100,00	938.275.718	100,00	(2,4)



## Mutação do Patrimônio

No quadro a seguir, é apresentada a mutação do Patrimônio dos Planos de Benefícios, do PGA e do Patrimônio Consolidado no exercício de 2013.

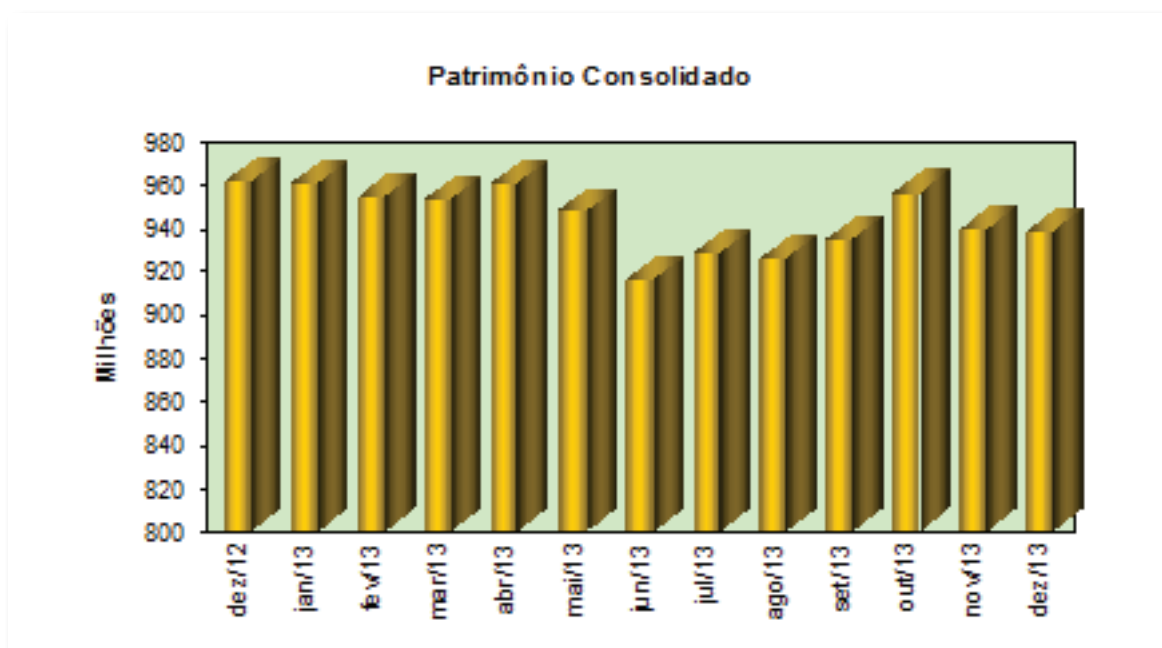


# PATRIMÔNIO E CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

## Mutação do Patrimônio dos Planos de Benefícios, PGA e Consolidado

R\$1,00

Meses	PPC			FIPECqPREV			PGA			Consolidado		
	Valor	mês (%)	ano (%)	Valor	mês (%)	ano (%)	Valor	mês (%)	ano (%)	Valor	mês (%)	ano (%)
dez/12	905.140.456	-	-	17.449.740	-	-	38.569.400	-	-	961.159.596	-	-
jan/13	904.319.434	(0,1)	(0,1)	17.585.178	0,8	0,8	38.373.932	(0,5)	(0,5)	960.278.544	(0,1)	(0,1)
fev/13	898.758.835	(0,6)	(0,7)	17.541.600	(0,2)	0,5	38.202.449	(0,4)	(1,0)	954.502.884	(0,6)	(0,7)
mar/13	896.109.199	(0,3)	(1,0)	17.482.897	(0,3)	0,2	39.565.377	3,6	2,6	953.157.473	(0,1)	(0,8)
abr/13	902.881.442	0,8	(0,2)	17.672.428	1,1	1,3	39.791.019	0,6	3,2	960.344.889	0,8	(0,1)
mai/13	890.933.680	(1,3)	(1,6)	17.398.452	(1,6)	(0,3)	39.186.112	(1,5)	1,6	947.518.244	(1,3)	(1,4)
jun/13	861.486.638	(3,3)	(4,8)	16.904.160	(2,8)	(3,1)	37.957.856	(3,1)	(1,6)	916.348.654	(3,3)	(4,7)
jul/13	872.788.147	1,3	(3,6)	17.211.999	1,8	(1,4)	38.075.966	0,3	(1,3)	928.076.112	1,3	(3,4)
ago/13	870.231.429	(0,3)	(3,9)	17.345.251	0,8	(0,6)	38.270.462	0,5	(0,8)	925.847.143	(0,2)	(3,7)
set/13	878.458.384	0,9	(2,9)	17.658.012	1,8	1,2	38.590.825	0,8	0,1	934.707.221	1,0	(2,8)
out/13	898.944.538	2,3	(0,7)	18.076.347	2,4	3,6	39.078.891	1,3	1,3	956.099.776	2,3	(0,5)
nov/13	882.402.855	(1,8)	(2,5)	18.184.216	0,6	4,2	38.632.867	(1,1)	0,2	939.219.938	(1,8)	(2,3)
dez/13	881.703.743	(0,1)	(2,6)	18.205.140	0,1	4,3	38.366.834	(0,7)	(0,5)	938.275.717	(0,1)	(2,4)



Fonte: Controladoria/FIPECq

## Rentabilidade Financeira

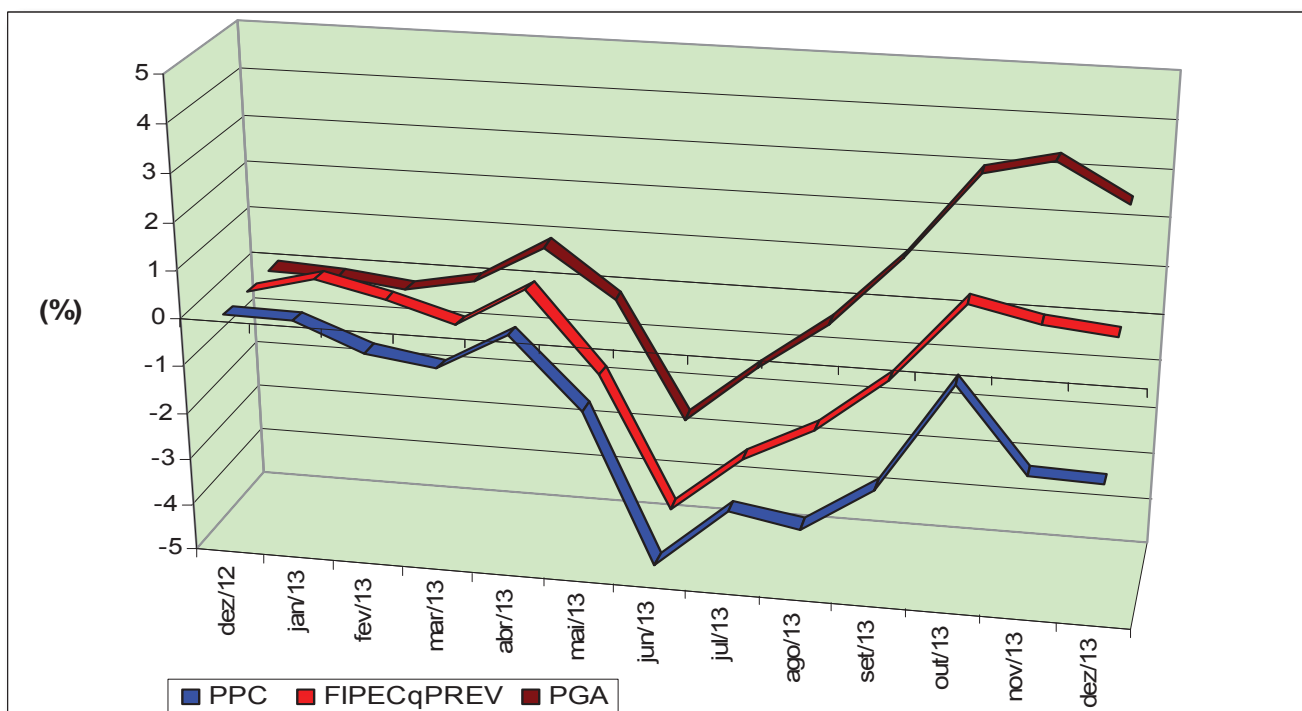
A Rentabilidade financeira dos recursos administrados pela FIPECq, no exercício de 2013, foi de menos 2,0% calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno - TIR a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, que comparada a Meta Atuarial (INPC/IBGE + 5% a.a.) de 10,8%, obteve menos 11,5% da referida meta.

# PATRIMÔNIO E CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir apresenta as rentabilidades dos ativos líquidos dos planos de benefícios, PGA e do total de recursos:

Meses	Plano PPC		Plano FIPECqPREV		Plano PGA		Patrimônio Total	
	mês	ano	mês	ano	mês	ano	mês	ano
jan/13	0,0	0,0	0,4	0,4	(0,1)	(0,1)	0,0	0,0
fev/13	(0,6)	(0,6)	(0,4)	0,0	(0,2)	(0,2)	(0,5)	(0,6)
mar/13	(0,2)	(0,8)	(0,4)	(0,4)	0,3	0,0	(0,2)	(0,8)
abr/13	0,8	0,0	0,9	0,5	0,8	0,9	0,8	0,0
mai/13	(1,5)	(1,5)	(1,7)	(1,3)	(1,0)	(0,1)	(1,5)	(1,4)
jun/13	(3,2)	(4,7)	(2,8)	(4,1)	(2,5)	(2,7)	(3,2)	(4,6)
jul/13	1,3	(3,4)	1,3	(2,8)	1,3	(1,4)	1,3	(3,3)
ago/13	(0,3)	(3,6)	0,7	(2,1)	1,1	(0,4)	(0,2)	(3,5)
set/13	1,0	(2,7)	1,2	(0,9)	1,5	1,1	1,0	(2,5)
out/13	2,4	(0,4)	1,7	0,8	1,8	3,0	2,3	(0,2)
nov/13	(1,8)	(2,2)	(0,3)	0,4	0,3	3,3	(1,7)	(1,9)
dez/13	0,0	(2,2)	(0,1)	0,3	(0,8)	2,5	(0,1)	(2,0)

**Rentabilidade dos Planos**



## Rentabilidade do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar – PPC

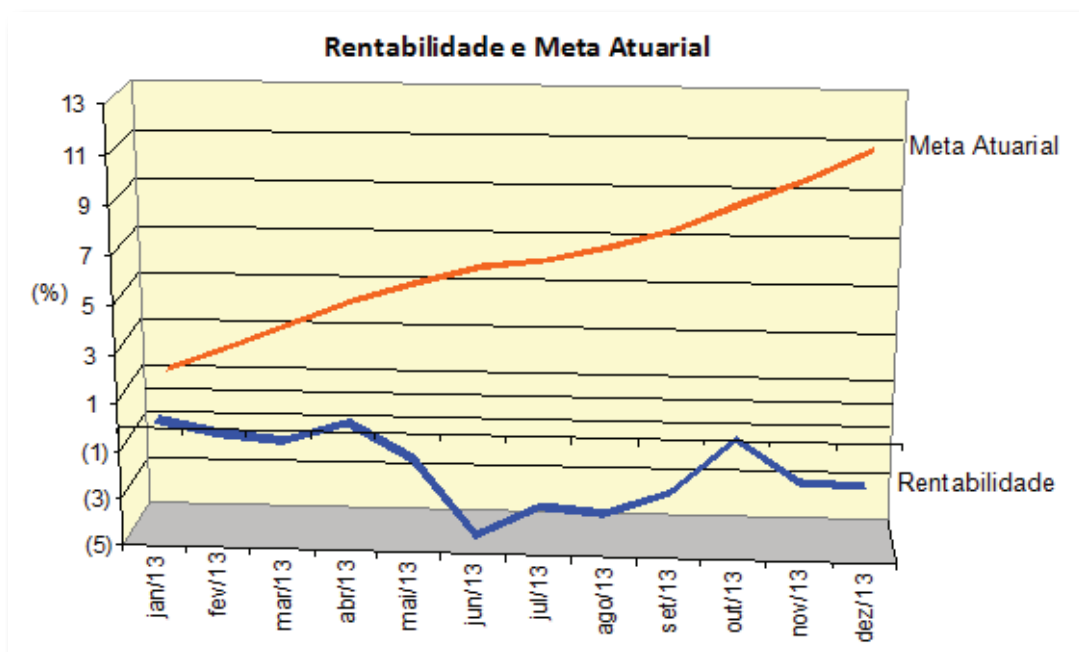
O ativo líquido do Plano PPC obteve a rentabilidade de menos 2,2%, para uma Meta Atuarial estabelecida para o mesmo período de 10,8% (INPC + 5% juros a.a.), o que representou 11,5% abaixo da meta.

Neste quadro encontra-se a evolução dos recursos do Plano PPC, a Rentabilidade Líquida e a Meta Atuarial de Rentabilidade:

### Ativo Líquido, Rentabilidade e Meta Atuarial do Plano PPC em 2013

Mês	Recursos Garantidores (R\$)	Rentabilidade (%)		Meta Atuarial (%)		(A)/(B)* (%)
		No mês	No ano (A)	No mês	No ano (B)	
jan/13	905.140.456	(0,0)	(0,0)	1,3	1,3	(1,3)
fev/13	904.319.434	(0,6)	(0,6)	0,9	2,3	(2,8)
mar/13	898.758.835	(0,2)	(0,8)	1,0	3,3	(4,0)
abr/13	896.109.199	0,8	(0,0)	1,0	4,3	(4,1)
mai/13	902.881.442	(1,5)	(1,5)	0,8	5,1	(6,2)
jun/13	890.933.680	(3,2)	(4,7)	0,7	5,9	(9,9)
jul/13	861.486.638	1,3	(3,4)	0,3	6,1	(8,9)
ago/13	872.788.147	(0,3)	(3,6)	0,6	6,8	(9,6)
set/13	870.231.429	1,0	(2,7)	0,7	7,5	(9,3)
out/13	878.458.384	2,4	(0,4)	1,0	8,6	(8,1)
nov/13	898.944.538	(1,8)	(2,2)	1,0	9,6	(10,5)
dez/13	881.703.743	(0,0)	(2,2)	1,1	10,8	(11,5)

\* Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 5,6%a.a.+juros de 5%a.a.=10,8%a.a.)



# PATRIMÔNIO E CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

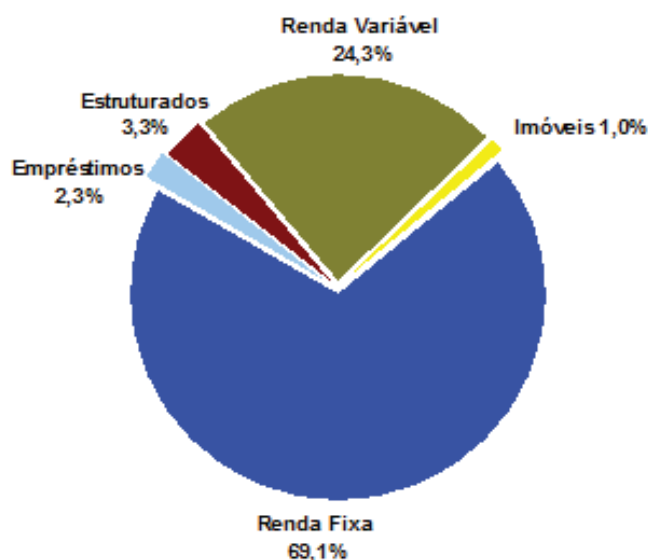
## Composição dos Investimentos

A composição dos investimentos dos Planos de Benefícios: PPC, FIPECqPREV, PGA e Consolidado é apresentada por segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável; investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes, tipo de ativo e com o percentual de aplicação em cada segmento e modalidade.

R\$

SEGMENTOS	PLANOS DE BENEFÍCIOS									TOTAL		
	PPC	(%)	Rent. (%)	FIPECqPREV	(%)	Rent. (%)	PGA	(%)	Rent. (%)			
<b>RENDA FIXA</b>	<b>607.721.186</b>	<b>68,56</b>	<b>(1,63)</b>	<b>14.620.276</b>	<b>78,79</b>	<b>2,03</b>	<b>28.674.351</b>	<b>75,31</b>	<b>4,86</b>	<b>651.015.812</b>	<b>69,10</b>	<b>1,03</b>
NTN	257.493.123	29,05	(8,90)	420.566	2,27	(0,99)	1.041.857	2,74	(0,99)	258.955.546	27,46	(8,86)
LF	32.698.220	3,69	(1,15)	-	-	-	-	-	-	32.698.220	3,47	(1,20)
CDB	19.368.371	2,19	8,40	-	-	0,90	-	-	0,20	19.368.371	2,00	8,40
DPGE	164.442.001	18,55	4,88	-	-	0,91	14.927.112	39,20	7,30	179.369.113	19,02	5,20
DEBENTURES	13.976.042	3,00	5,20	74.850	3,00	8,04	168.413	0,44	8,04	14.219.306	1,51	5,42
CCI	13.845.383	1,56	17,21	-	-	-	-	-	-	13.845.383	1,47	17,20
CCB	16.920.547	1,91	15,74	-	-	-	-	-	-	16.920.547	1,79	15,70
FUNDOS	88.977.499	10,04	(1,59)	14.124.859	76,12	1,84	12.536.969	32,93	2,17	115.639.327	12,26	(1,41)
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>216.285.083</b>	<b>24,40</b>	<b>(3,01)</b>	<b>3.873.370</b>	<b>20,87</b>	<b>(1,60)</b>	<b>9.093.860</b>	<b>23,88</b>	<b>(1,50)</b>	<b>229.252.313</b>	<b>24,31</b>	<b>(2,53)</b>
AÇÕES	112.694.138	12,71	(2,75)	2.180.890	11,75	(0,90)	5.538.059	14,55	(0,88)	120.413.087	12,77	(2,40)
FIA	103.590.945	11,69	(3,30)	1.692.480	9,12	(2,62)	3.555.801	9,34	(2,41)	108.839.226	11,54	(2,70)
<b>ESTRUTURADOS</b>	<b>31.006.609</b>	<b>3,50</b>	<b>3,00</b>	-	-	-	-	-	-	<b>31.006.609</b>	<b>3,29</b>	<b>3,00</b>
Fundos - FIM	-	-	15,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos- FIP	27.013.809	3,05	5,42	-	-	-	-	-	-	27.013.809	2,87	5,42
Fundos- FII	3.992.800	0,45	(21,01)	-	-	-	-	-	-	3.992.800	0,42	(21,01)
<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>21.966.175</b>	<b>2,48</b>	<b>15,08</b>	-	-	-	-	-	-	<b>21.966.175</b>	<b>2,33</b>	<b>15,08</b>
<b>IMÓVEIS</b>	<b>8.901.000</b>	<b>1,00</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>8.901.000</b>	<b>0,95</b>	-
<b>OUTROS</b>	<b>249.773</b>	-	<b>0,05</b>	<b>11.764</b>	-	-	<b>(252)</b>	-	-	<b>261.285</b>	<b>0,03</b>	-
<b>Subtotal</b>	<b>886.129.825</b>	<b>99,97</b>	<b>(2,20)</b>	<b>18.505.410</b>	<b>99,72</b>	<b>0,30</b>	<b>37.767.959</b>	<b>99,19</b>	<b>2,64</b>	<b>942.403.194</b>	<b>99,98</b>	<b>(2,00)</b>
<b>Disponível</b>	<b>279.276</b>	<b>0,03</b>	-	<b>51.749</b>	<b>0,28</b>	-	<b>307.039</b>	<b>0,81</b>	-	<b>638.064</b>	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>886.409.101</b>	<b>100</b>	<b>(2,20)</b>	<b>18.557.159</b>	<b>100</b>	<b>0,30</b>	<b>38.074.998</b>	<b>100</b>	<b>2,60</b>	<b>943.041.258</b>	<b>100</b>	<b>(2,00)</b>

A aplicação em CDB do plano PGA foi resgatada em janeiro/2013 e as aplicações em CDB e DPGE do plano FIPECqPREV foram resgatadas em fevereiro/2013.



## Rentabilidade dos Segmentos de Aplicação dos Planos de Benefícios e do PGA

O quadro a seguir contém a rentabilidade bruta e líquida dos segmentos de aplicação dos Planos de Benefícios e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada e aos índices estabelecidos na política de investimentos.

Plano/Segmento	Rent. Bruta	Rent. Líquida	Meta Atuarial	Índice Ref.	Real 1	Real 2
<b>PLANO PPC</b>	<b>(2,20)</b>	<b>(2,81)</b>	<b>10,84</b>	-	<b>(11,76)</b>	-
Renda Fixa	(1,63)	(2,24)	10,84	8,50	(11,25)	(9,34)
Renda Variável	(3,01)	(3,61)	10,84	15,50	(12,50)	(16,03)
Estruturados	3,00	2,36	10,84	8,50	(7,07)	(5,07)
Empréstimos	15,10	14,39	10,84	-	3,84	15,10
<b>PLANO FIPECqPREV</b>	<b>0,30</b>	<b>(0,32)</b>	<b>10,84</b>	-	<b>(9,51)</b>	<b>0,30</b>
Renda Fixa	2,03	1,40	10,84	8,50	(7,95)	(5,96)
Renda Variável	(1,60)	(2,21)	10,84	15,50	(11,22)	(14,81)
<b>PLANO PGA</b>	<b>2,60</b>	<b>1,96</b>	<b>10,84</b>	-	<b>(7,43)</b>	<b>2,60</b>
Renda Fixa	4,90	4,25	10,84	8,50	(5,36)	(3,32)
Renda Variável	(1,50)	(2,11)	10,84	15,50	(11,13)	(14,72)
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>(1,95)</b>	<b>(2,56)</b>	<b>10,84</b>	-	<b>(11,54)</b>	<b>(1,95)</b>
Renda Fixa	1,03	0,40	10,84	8,50	(8,85)	(6,88)
Renda Variável	(2,53)	(3,13)	10,84	15,50	(12,06)	(15,61)
Estruturados	2,96	2,32	10,84	8,50	(7,11)	(5,11)
Empréstimos	15,08	14,37	10,84	-	3,83	-

Meta Atuarial: INPC/IBGE + 5% ao ano.

- Índice de Referência: renda fixa CDI; renda variável Ibovespa fechamento
- Real 1: Rentabilidade Bruta descontada a Meta Atuarial
- Real 2: Rentabilidade Bruta descontado o Índice de Referência (CDI e Ibovespa)

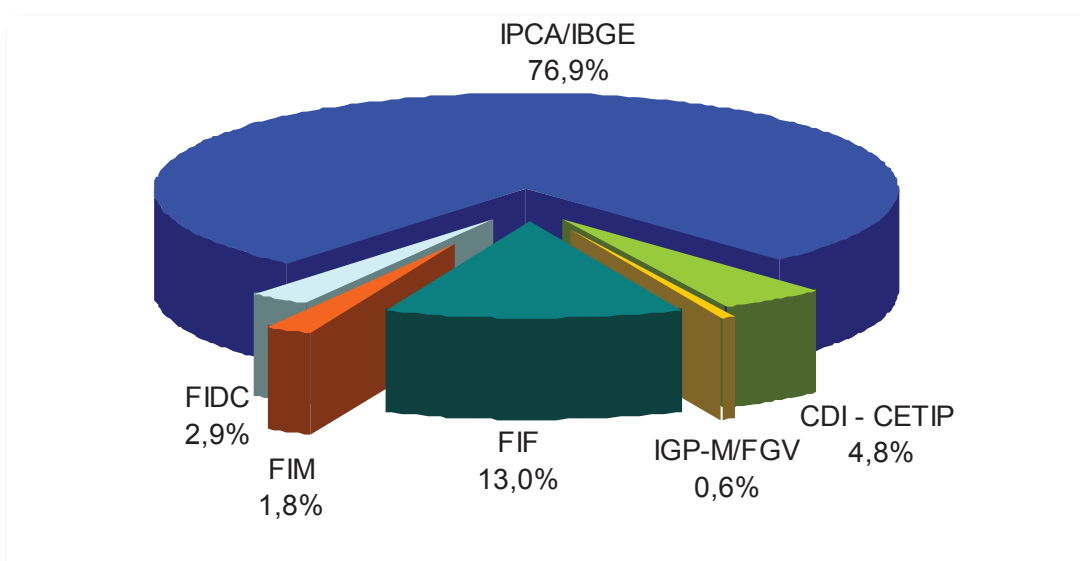
## Segmento de Renda Fixa

O segmento de aplicação em renda fixa atingiu R\$ 651 milhões em dezembro de 2013, correspondendo a 69,1% da carteira de investimentos. As aplicações em Notas de Tesouro Nacional – NTN's e nos Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE's, títulos indexados ao IPCA/IBGE, com as participações de 39,8% e 27,6% na carteira de renda fixa, obtiveram no ano as rentabilidades sendo menos 8,9% e 5,2 %, respectivamente, que se prejudicaram dos resultados proporcionados pela marcação a mercado e taxa de juros crescentes, não atingindo a meta atuarial (INPC+ 5% aa) de 10,8% a.a.

### Composição da Carteira de Renda Fixa por Indexadores

ESPÉCIE	INDEXADOR	VALOR	(%)
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	IPCA/IBGE	258.955.546	39,8
Certificado de Depósito Bancário - CDB	CDI - CETIP	19.368.371	3,0
DPGE / FGC	IPCA/IBGE	179.369.113	27,6
Letras Financeiras - LF	IPCA/IBGE	20.977.531	3,2
Letras Financeiras - LF	CDI - CETIP	11.720.688	1,8
Debêntures não Conversíveis - D/NC	IGP-M/FGV	3.742.510	0,6
Debêntures não Conversíveis - D/NC	IPCA/IBGE	10.476.796	1,6
Certificado de Crédito Bancário - CCB	IPCA/IBGE	16.920.547	2,6
Certificado de Crédito Imobiliário - CCI	IPCA/IBGE	13.845.383	2,1
FI Referenciado e Renda Fixa	-	84.811.285	13,0
Fundo de Invest. Multimercado - FIM	-	12.001.643	1,8
Fundo de Invest. Direitos Creditórios - FIDC	-	18.826.399	2,9
<b>TOTAL</b>		<b>651.015.812</b>	<b>100,0</b>

### Indexadores da Carteira de Renda Fixa

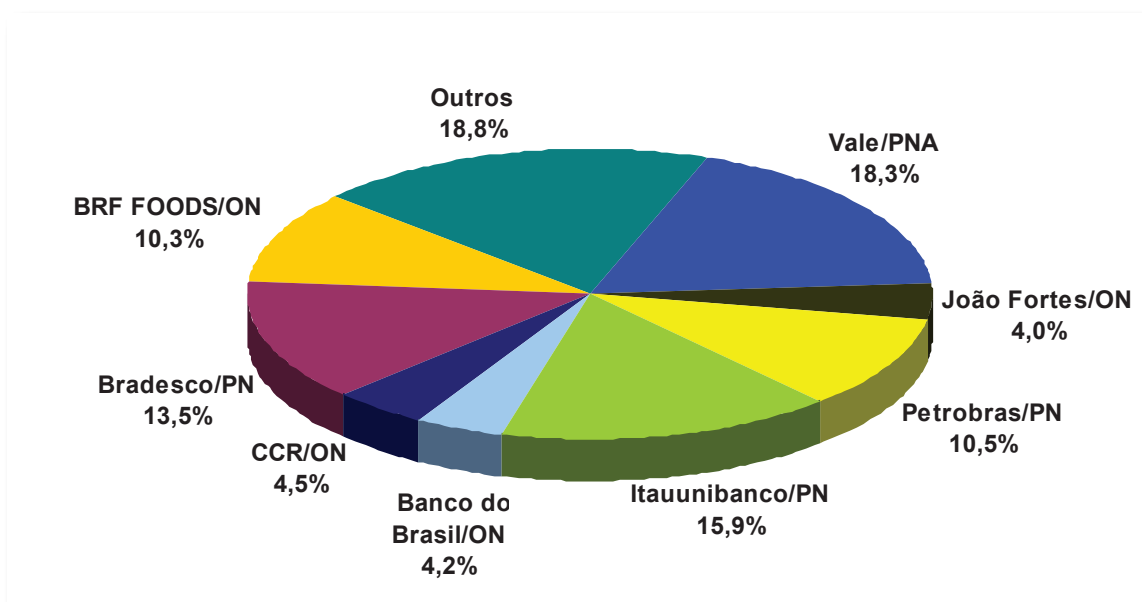


## Segmento de Renda Variável

O segmento atingiu R\$ 229 milhões em dezembro de 2013, correspondendo a 24,3% dos investimentos. O segmento é constituído pelas aplicações no mercado à vista, R\$ 120 milhões, e em fundos de ações, R\$109 milhões, correspondendo a 52,5% e 47,5% das aplicações em renda variável, respectivamente.

A seguir, é apresentada a composição da carteira de ações, que representa 12,8% dos investimentos, por tipo de papel e participação.

Composição da carteira de ações em dezembro de 2013



AÇÃO	VALOR (R\$)	(%)
Vale / PNA	20.115.858	18,3
João Fortes / ON	4.334.575	4,0
Petrobras / PN	11.551.084	10,5
Itauunibanco / PN	17.394.235	15,9
Banco do Brasil / ON	4.636.000	4,2
CCR / ON	4.886.750	4,5
Bradesco / PN	14.842.940	13,5
BRF FOODS / ON	11.327.500	10,3
Outros	20.687.021	18,8
<b>Subtotal</b>	<b>109.775.963</b>	<b>100,0</b>
Valores a Receber	10.637.124	-
Valores a Pagar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>120.413.087</b>	<b>-</b>

## Segmento de Investimentos Estruturados

O segmento de aplicação em investimentos estruturados atingiu R\$ 31 milhões em dezembro de 2013, correspondendo a 3,3% dos investimentos. O segmento é constituído pelas aplicações em fundos de investimento em participações - FIP, R\$ 27 milhões, e em fundos de investimento imobiliário - FII, R\$ 4 milhões, correspondendo a 87,1% e 12,9%, respectivamente, do segmento de estruturados.

## Segmento de Imóveis

O segmento é constituído do imóvel: 01(uma) sala e 15 (quinze) vagas de garagens, localizado no Centro Empresarial Varig, Brasília/DF, no valor de R\$8.901 mil, correspondendo a 1,0% dos recursos do Plano PPC e encontra-se classificado para aluguel e renda. O imóvel foi adquirido por meio de leilão público Judicial, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2013.

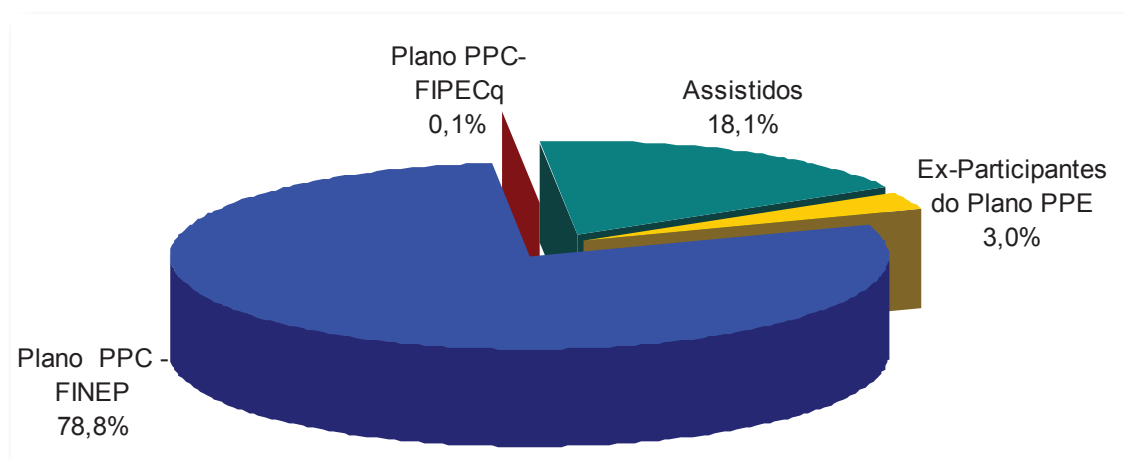
## Segmento de Operações com Participantes: Empréstimos

No ano de 2013, foram concedidos 275 empréstimos que somaram R\$12.366 mil e realizadas 18 negociações de empréstimos inadimplentes no valor de R\$ 397 mil. Em 31 de dezembro, a carteira de empréstimo atingiu R\$ 21.966 mil, constituída de 794 contratos de mútuos, com a participação de 2,5% dos investimentos do Plano PPC.

Concessões e Negociações de Empréstimos -2013

R\$

Participantes	Concessões		Negociações		Total		
	Qtidade	Valor	Qtidade	Valor	Qtidade	Valor	%
Plano PPC-Finep	202	10.059.727	-	-	202	10.059.727	78,8
Plano PPC - FIPECq	2	1.656	1	9.030	3	10.686	0,1
Assistidos	71	2.304.759	-	-	71	2.304.759	18,1
Ex-participantes do Plano PPE	-	-	17	387.607	17	387.607	3,0
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>12.366.142</b>	<b>18</b>	<b>396.637</b>	<b>293</b>	<b>12.762.779</b>	<b>100</b>





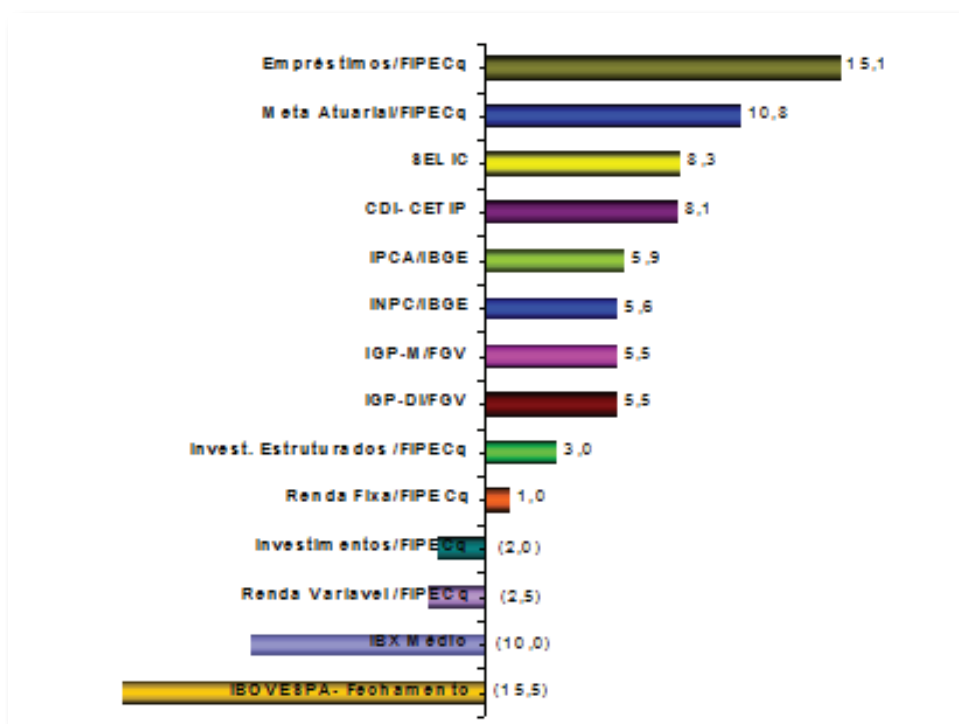
## Avaliação Final

Em 2013, a rentabilidade obtida pela FIPECq na aplicação dos Recursos Garantidores das Provisões, Reservas e Fundos foi negativa 2,0%. A seguir, destacamos os principais Benchmark's de mercado e indicadores econômicos:

Benchmark's/Indicadores	Acumulado no Ano (%)
IBOVESPA- Fechamento	(15,5)
IBX Médio	(10,0)
IPCA/IBGE	5,9
INPC/IBGE	5,6
CDI- CETIP	8,1
SELIC	8,3
IGP-DI/FGV	5,5
IGP-M/FGV	5,5

Os ativos financeiros, ao final de 2013, encontravam-se alocados no segmento de renda fixa no valor de R\$ 651 milhões, que correspondia a 69,1% dos investimentos, seguidos do segmento de renda variável com R\$ 229 milhões, que representava 24,3% das aplicações, do segmento de investimentos estruturados em R\$ 31 milhões, participação de 3,3%, e a carteira de empréstimos em R\$ 22 milhões, com 2,3% do total dos recursos investidos.

Os investimentos obtiveram no ano uma perda financeira de R\$ 19 milhões. O segmento de renda fixa apresentou uma rentabilidade de 1,0% a.a., os investimentos estruturados 3,0% a.a., o segmento de renda variável – mercado de ações, fundos de Investimentos em ação e derivativos menos 2,5% a.a. e as operações com participantes (empréstimos) de 15,1% a.a.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Quadro I Balanço Patrimonial Consolidado

ATIVO		NE	Exercício 2013	Exercício 2012	PASSIVO		NE	Exercício 2013	Exercício 2012
Disponível			638	332	Exigível Operacional			1.551	1.552
Realizável			953.503	978.645	Gestão Previdencial	6a	707	578	
Gestão Previdencial	3		2.320	1.988	Gestão Administrativa	6b	829	961	
Gestão Administrativa	4		8.765	8.353	Investimentos		15	13	
Investimentos			942.418	968.304	Exigível Contingencial		14.635	16.616	
Títulos Públicos	5a		258.956	25.526	Gestão Previdencial	7a	6.149	7.112	
Créditos Privados e Depósitos	5b		276.421	369.963	Gestão Administrativa	7b	8.216	9.235	
Ações	5d		120.413	115.729	Investimentos		270	269	
Fundos de Investimentos	5e		255.485	434.247	Patrimônio Social		938.276	961.159	
Investimentos Imobiliários	5f		8.901	-	Patrimônio de Cobertura do Plano		620.005	643.429	
Empréstimos	5g		21.975	22.572	Provisões Matemáticas	8	694.870	632.564	
Depósitos Judiciais/Recursais			263	263	Benefícios Concedidos		207.161	195.474	
Outros Realizáveis			4	4	Benefícios a Conceder		487.709	437.090	
Permanente			321	350	Equilíbrio Técnico	9	(74.865)	10.865	
Imobilizado			263	298	Resultados Realizados		(74.865)	10.865	
Intangível			58	52	Superávit Técnico Acumulado		-	10.865	
					(-) Déficit Técnico Acumulado		(74.865)	-	
					Fundos		318.271	317.730	
					Fundos Previdenciais	10a	277.010	276.703	
					Fundos Administrativos	10b	38.367	38.569	
					Fundos dos Investimentos	10c	2.894	2.458	
<b>Total do Ativo</b>			<b>954.462</b>	<b>979.327</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>954.462</b>	<b>979.327</b>	

## Quadro II Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>		<b>961.159</b>	<b>863.863</b>	<b>11,26%</b>
<b>1. Adições</b>		<b>26.641</b>	<b>126.667</b>	<b>-78,97%</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	16.049	13.007	23,39%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	102.617	-100,00%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	199	-	100,00%
(+)	Receitas Administrativas	7.961	5.757	38,28%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	977	4.997	-80,45%
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	1.019	-	100,00%
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	436	289	50,87%
<b>2. Destinações</b>		<b>(49.524)</b>	<b>(29.371)</b>	<b>68,62%</b>
(-)	Benefícios	(19.658)	(18.300)	7,42%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(19.707)	-	100,00%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1.072)	-100,00%
(-)	Despesas Administrativas	(10.159)	(9.265)	9,65%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	-	(734)	-100,00%
<b>3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>(22.883)</b>	<b>97.296</b>	<b>-123,52%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	62.306	25.936	140,23%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(85.730)	41.988	-304,18%
(+/-)	Fundos Previdenciais	307	28.328	-98,92%
(+/-)	Fundos Administrativos	(202)	755	-126,75%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	436	289	50,87%
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>		<b>938.276</b>	<b>961.159</b>	<b>-2,38%</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Quadro III

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do PPC - Plano de Previdência Complementar

R\$ mil				
	DESCRI�O	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>902.683</b>	<b>808.583</b>	<b>11,64%</b>
	<b>1. Adi�es</b>	<b>16.287</b>	<b>113.638</b>	<b>-85,67%</b>
(+)	Contribui�es	16.058	12.763	25,82%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	100.875	-100,00%
(+)	Reversão de Conting�ncias - Gestão Previdencial	229	-	100,00%
	<b>2. Destina�es</b>	<b>(40.161)</b>	<b>(19.538)</b>	<b>105,55%</b>
(-)	Benefícios	(18.128)	(16.756)	8,19%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(19.762)	-	100,00%
(-)	Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-	(880)	-100,00%
(-)	Custeio Administrativo	(2.271)	(1.902)	19,40%
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>(23.874)</b>	<b>94.100</b>	<b>-125,37%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	61.333	23.767	158,06%
(+/-)	Fundos Previdenciais	524	28.320	-98,15%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(85.731)	42.013	-304,06%
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>878.809</b>	<b>902.683</b>	<b>-2,64%</b>
	<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>41.144</b>	<b>40.929</b>	<b>0,53%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	38.250	38.471	-0,57%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.894	2.458	17,74%

As notas explicativas anexas s o parte integrante das demonstra es contábeis.

## Quadro IV

### Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido do FIPECqPREV

R\$ mil				
	DESCRI�O	Exercício 2013	Exercício 2012	Variac�o (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>17.449</b>	<b>15.296</b>	<b>14,08%</b>
	<b>1. Adi�es</b>	<b>2.352</b>	<b>3.925</b>	<b>-40,08%</b>
(+)	Contribui�es	2.297	2.183	5,22%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	55	1.742	-96,84%
	<b>2. Destina�es</b>	<b>(1.596)</b>	<b>(1.772)</b>	<b>-9,93%</b>
(-)	Benefícios	(1.530)	(1.543)	-0,84%
(-)	Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(30)	(193)	-84,46%
(-)	Custeio Administrativo	(36)	(36)	0,00%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo do Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>756</b>	<b>2.153</b>	<b>-64,89%</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	973	2.169	-55,14%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(217)	9	-2511,11%
(+/-)	Superávit T�cnico do Exercício	-	(25)	-100,00%
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>18.205</b>	<b>17.449</b>	<b>4,33%</b>
	<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>117</b>	<b>99</b>	<b>18,18%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	117	99	18,18%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstra es contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Quadro V - Demonstração do Ativo Líquido do PPC – Plano de Previdência Complementar

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>926.993</b>	<b>951.652</b>	<b>-2,59%</b>
Disponível	279	262	6,49%
Recebível	40.570	40.458	0,28%
Investimento	886.144	910.932	-2,72%
Títulos Públicos	257.493	23.964	974,50%
Créditos Privados e Depósitos	261.251	349.603	-25,27%
Ações	112.694	108.588	3,78%
Fundos de Investimento	223.575	405.950	-44,93%
Investimentos Imobiliários	8.901	-	100,00%
Empréstimos	21.975	22.572	-2,64%
Depósito Judiciais/Recurais	251	251	0,00%
Outros Realizáveis	4	4	0,00%
<b>2. Obrigações</b>	<b>7.040</b>	<b>8.040</b>	<b>-12,44%</b>
Operacional	857	864	-0,81%
Contingencial	6.183	7.176	-13,84%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>41.144</b>	<b>40.929</b>	<b>0,53%</b>
Fundos Administrativos	38.250	38.471	-0,57%
Fundos dos Investimentos	2.894	2.458	17,74%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>878.809</b>	<b>902.683</b>	<b>-2,64%</b>
Provisões Matemáticas	678.741	617.408	9,93%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(74.865)	10.865	-789,05%
Fundos Previdenciais	274.933	274.410	0,19%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Quadro VI Demonstração do Ativo Líquido - FIPECqPREV

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>18.675</b>	<b>17.796</b>	<b>4,94%</b>
Disponível	52	40	30,00%
Recebível	117	118	-0,85%
Investimentos	18.506	17.638	4,92%
Títulos Públicos	421	449	-6,24%
Créditos Privados e Depósitos	75	4.613	-98,37%
Ações	2.181	1.993	9,43%
Fundos de Investimentos	15.817	10.571	49,63%
Depósitos Judiciais/Recurais	12	12	0,00%
<b>2. Obrigações</b>	<b>353</b>	<b>248</b>	<b>42,34%</b>
Operacional	117	43	172,09%
Contingencial	236	205	15,12%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>117</b>	<b>99</b>	<b>18,18%</b>
Fundos Administrativos	117	99	18,18%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>18.205</b>	<b>17.449</b>	<b>4,33%</b>
Provisões Matemáticas	16.129	15.156	6,42%
Fundos Previdenciais	2.076	2.293	-9,46%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Quadro VII

### Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada)

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>38.569</b>	<b>37.814</b>	<b>2,00%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>9.957</b>	<b>10.754</b>	<b>-7,41%</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>9.957</b>	<b>10.754</b>	<b>-7,41%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.307	1.938	19,04%
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.582	3.730	49,65%
Taxa de Administração de Empréstimos	26	32	-18,75%
Resultado Positivo dos Investimentos	977	4.997	-80,45%
Reversão de Contingências	1.018	-	100,00%
Outras Receitas	47	57	-17,54%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>10.159</b>	<b>9.999</b>	<b>1,60%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>5.008</b>	<b>5.241</b>	<b>-4,45%</b>
Pessoal e Encargos	3.676	3.228	13,88%
Treinamento/Congressos e Seminários	27	26	3,85%
Viagens e Estadias	132	105	25,71%
Serviços de Terceiros	256	336	-23,81%
Despesas Gerais	760	747	1,74%
Depreciação e Amortizações	73	62	17,74%
Contingências	-	734	-100,00%
Outras Despesas	84	3	2700,00%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>5.151</b>	<b>4.758</b>	<b>8,26%</b>
Pessoal e Encargos	3.768	3.485	8,12%
Treinamento/Congressos e Seminários	31	31	0,00%
Viagens e Estadias	123	106	16,04%
Serviços de Terceiros	326	351	-7,12%
Despesas Gerais	760	723	5,12%
Depreciação e Amortizações	73	62	17,74%
Outras Despesas	70	-	100,00%
<b>4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>(202)</b>	<b>755</b>	<b>-126,75%</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(202)</b>	<b>755</b>	<b>-126,75%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>38.367</b>	<b>38.569</b>	<b>-0,52%</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Quadro VIII

### Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício PPC – Plano de Previdência Complementar

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2+3+4+5)</b>	<b>888.745</b>	<b>913.181</b>	<b>-2,68%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>678.741</b>	<b>617.408</b>	<b>9,93%</b>
1.1 Benefícios Concedidos	200.889	189.128	6,22%
Benefício Definido	200.889	189.128	6,22%
1.2 Benefício a Conceder	477.852	428.280	11,57%
Benefício Definido	477.852	428.280	11,57%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(74.865)</b>	<b>10.865</b>	<b>-789,05%</b>
2.1 Resultados Realizados	(74.865)	10.865	-789,05%
Superávit Técnico Acumulado	-	10.865	-100,00%
Reservas de Contingencias	-	10.865	-100,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(74.865)	-	100,00%
<b>3. Fundos</b>	<b>277.828</b>	<b>276.867</b>	<b>0,35%</b>
3.1 Fundos Previdenciais	274.934	274.410	0,19%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.894	2.457	17,79%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>857</b>	<b>865</b>	<b>-0,92%</b>
4.1 Gestao Previdencial	842	853	-1,29%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	15	12	25,00%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>6.184</b>	<b>7.176</b>	<b>-13,82%</b>
5.1 Gestão Previdencial	5.926	6.919	-14,35%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	258	257	0,39%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Quadro IX

### Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício FIPECqPREV

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2+3+4+5)</b>	<b>18.558</b>	<b>15.156</b>	<b>22,45%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>16.129</b>	<b>15.156</b>	<b>6,42%</b>
1.1 Benefícios Concedidos	6.272	6.346	-1,17%
Contribuição Definida	-	3	-100,00%
Benefício Definido	6.272	6.343	-1,12%
1.2 Benefício a Conceder	9.857	8.810	11,88%
Contribuição Definida	9.857	8.810	11,88%
Saldo de Contas - parcela participantes	9.857	8.810	11,88%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>-100,00%</b>
1.3 Resultados Realizados	-	25	-100,00%
Superávit Técnico Acumulado	-	25	-100,00%
Reservas de Contingencias	-	25	-100,00%
<b>3. Fundos</b>	<b>2.076</b>	<b>2.293</b>	<b>-9,46%</b>
3.1 Fundos Previdenciais	2.076	2.293	-9,46%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>117</b>	<b>43</b>	<b>172,09%</b>
4.1 Gestão Previdencial	117	43	172,09%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>236</b>	<b>205</b>	<b>15,12%</b>
5.1 Gestão Previdencial	224	193	16,06%
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	12	12	0,00%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

### I. Contexto Operacional

A FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação, conforme Portaria MPAS nº 1566 de 18 de maio de 1977, publicada no Diário Oficial da União em 31/05/1979, iniciou suas atividade em agosto de 1979, e tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários, acessíveis aos servidores e/ou empregados das Patrocinadoras e aos do seu próprio quadro de empregados. É regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29.05.2001, Decretos e Normas regulamentadores aplicáveis.

A FIPECq administra dois planos de benefícios, sendo:

- **PPC – Plano de Previdência Complementar**, multipatrocinado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1979001618, que tem como Patrocinadoras:
  - o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
  - o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
  - o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
  - o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
  - o INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
  - o FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA.
- **FIPECqPREV** - instituído pela Caixa de Assistência Social da FIPECq – FIPECq Vida, na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 2006002929.

Os recursos administrados pela FIPECq são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, dos Participantes, dos Autopatrocinados e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme estabelece a legislação vigente.

A FIPECq possuía em 31 de dezembro as seguintes quantidades de participantes:

	31/12/2013			31/12/2012		
	PPC	FIPECqPREV	TOTAL	PPC	FIPECqPREV	TOTAL
Ativos	670	1.457	2.127	630	1.517	2.147
Autopatrocinados	22	8	30	25	8	33
Assistidos	307	14	321	308	13	321
<b>TOTAL</b>	<b>999</b>	<b>1.479</b>	<b>2.478</b>	<b>963</b>	<b>1.538</b>	<b>2.501</b>



## **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis**

As demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

I - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis;

II - Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas; e

III – Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.

IV – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NTB 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As normas contábeis aplicáveis às EFPC prevêm a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

I - Balanço Patrimonial (consolidado);

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);

IV - Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);

VI - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial);

VII - Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis (consolidadas).

A DPT substituiu a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP)

apresentada em 2012, conforme Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013.

As demonstrações contábeis estão expressas em moeda corrente (Reais) mil e de forma comparativa com o exercício anterior, na data de 31 de dezembro de cada exercício.

A estrutura contábil das EFPC's segrega os registros contábeis em: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, de modo a identificá-los, separadamente, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com o que determinam a Resolução do CNPC nº 8, de 31.10.2011, a Instrução SPC de 24 de setembro de 2009 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

O exercício social coincide com o ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro. Os registros contábeis seguem o Princípio da Competência para registro das Receitas e Despesas, excetuando-se as Receitas decorrentes de recebimento de contribuições de autopatrocinados e de participantes do plano de benefícios de instituídos – FIPECqPREV, que se encontram registradas pelo regime de caixa, conforme permitido pela Resolução CNPC 8/2011.

As principais práticas contábeis são:

## **2.1 - Realizável**

Os ativos previdenciais, administrativos e de investimentos, são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

### **2.1.1 – Investimentos**

As Carteiras de Investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativas administrados pela FIPECq são constituídas das aplicações em: Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimentos, Imóveis, Empréstimos e Outros Realizáveis. A gestão dos investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por planos de benefícios e PGA.

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas estão em conformidade com a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009.

O registro contábil dos investimentos é efetuado por tipo de ativo, como segue:

# NOTAS EXPLICATIVAS

- **Títulos Públicos** – São classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e “títulos para negociação”, sendo que os “títulos mantidos até o vencimento” são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata die até a data de encerramento do balanço. Para os “títulos para negociação”, além disto, são ajustados ao valor provável de realização, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital.
- **Créditos Privados e Depósitos** – São classificados na categoria de “títulos para negociação”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata die até a data de encerramento do balanço e ajustados ao valor provável de realização, conforme precificação do título a mercado, sendo deduzidas, quando aplicável, das provisões para perdas. Os títulos em que não há metodologia de precificação a mercado na data de elaboração das Demonstrações Contábeis, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma pro rata die até a data de encerramento do balanço, sendo deduzidas, quando aplicável das provisões para perdas.
- **Ações** - No mercado à vista, as ações são registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado no último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.
- **Fundos de Investimentos** - Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas existentes em 31 de dezembro de cada ano.
- **Empréstimos** - São contabilizados pelos valores concedidos, acrescidos dos juros contratuais, deduzidos das parcelas já pagas até o encerramento do balanço e também das parcelas em inadimplências, que são absorvidas pelo Fundo dos Investimentos, assim, não sendo requerida constituição de provisão para perda. A remuneração é calculada em bases mensais e apropriada às contas de resultado.

## 2.2 - Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda de investimentos são consideradas as avaliações da Administração quanto a riscos e incertezas e, para Direitos creditórios de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios estabelecidos no Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 2009:

# NOTAS EXPLICATIVAS

- I - 25% (vinte e cinco por cento), para atrasos entre 61 e 120 dias;
- II - 50% (cinquenta por cento), para atrasos entre 121 e 240 dias;
- III - 75% (setenta e cinco por cento), para atrasos entre 241 e 360 dias;
- IV - 100% (cem por cento), para atrasos superiores a 360 dias.

## 2.3 - Ativo Permanente

Os valores são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados ou amortizados pelo método linear, calculado de acordo com o prazo estimado de vida útil.

## 2.4 - Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os participantes assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos.

## 2.5 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009 e com base na avaliação dos assessores jurídicos.

A administração da FIPECq entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

## 2.6 - Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento de cada exercício, englobando os benefícios concedidos e a conceder aos participantes ativos e assistidos. Os registros são efetuados levando em consideração as hipóteses atuariais do Plano de Benefício.

## 2.7 - Equilíbrio Técnico

Existindo superávit acumulado, o valor é contabilizado na conta Reserva de Contingência, até que o saldo atinja o valor correspondente a 25% das Provisões Matemáticas do Plano. Posteriormente, existindo saldo excedente a este limite, deverá ser contabilizada como Reserva Especial para Revisão de Planos, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 2001.

Existindo déficit acumulado superior a 15% das Provisões Matemáticas, deverá ser elaborado plano de equacionamento do déficit conforme legislação em vigor, o que não foi requerido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, uma vez que o déficit acumulado (R\$ 74.865 mil) representou 10,77% das Provisões Matemáticas (R\$ 694.870 mil).

## 2.8 - Constituição de Fundos

- **Fundos Previdenciais** - Constituídos com base em avaliação atuarial e com destinação específica, de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- **Fundo Administrativo** - O Fundo administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas da EFPC na administração dos seus planos de benefícios.
- **Fundos dos Investimentos** (Fundo de Seguro de Empréstimo/Financiamento) - A constituição do Fundo de empréstimos/financiamentos destina-se à cobertura de risco de não recebimento temporário de parte dos créditos de empréstimos a participantes e quitação do saldo remanescente no caso de óbito do participante mutuário.

## 2.9 - Custeio da Gestão Administrativa

A Resolução CGPC nº 29/2009 dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

São fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Fundação, segundo o regulamento do PGA, a dotação inicial oriunda do fundo administrativo, as contribuições dos participantes e assistidos, as contribuições dos patrocinadores e instituidores, caso ocorram, e o resultado dos investimentos e doações.

O limite de custeio administrativo, respeitado os estabelecidos pela regulamentação em vigor e pelo orçamento anual aprovado para o exercício de 2013, é de 0,88% (0,62% - 2012) do montante dos recursos garantidores (Investimentos + Disponível – exigível operacional dos investimentos - exigível contingencial dos investimentos).

## 2.10 - Apuração do Superávit ou Déficit do Exercício

O superávit ou déficit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

## 2.11 - Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem i) provisão para perda dos Investimentos, ii) provisões contingenciais, iii) reservas matemáticas, iv) fundos previdencial e v) fundo dos investimentos.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## 3. Realizável da Gestão Previdencial

	R\$ (mil)	
	2013	2012
Recursos a Receber – PPC	2.126	1.726
Recursos a Receber – FIPECqPREV	-	1
Depósitos Judiciais/Recursais	194	261
Custo Suplementar Não Amortizado – PPC	36.963	32.618
(-) Provisão para perdas (a)	(36.963)	(32.618)
	<b>2.320</b>	<b>1.988</b>

Os recursos a receber decorrem das contribuições normais devidas pelas patrocinadoras e participantes com vencimento previsto para recebimento no início do mês seguinte.

(a) A fundação tem a receber de suas patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA valores referentes ao custo suplementar às Reservas não Amortizadas dos Benefícios Concedidos (por tempo de contribuição, especial e idade) que deixaram de ser pagos quando da implementação do RJU – Regime Jurídico Único. Este valor a receber foi apurado consoante parecer atuarial JM/1602/94 – emitido por Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. Em exercícios anteriores, foi constituído provisão para fazer face ao eventual não recebimento desse valor, que em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é apresentado atualizado pela meta atuarial. Em 10/08/2005 a fundação ingressou com Ação de Cobrança Judicial dos valores na Justiça Federal. A composição do saldo por patrocinadora é como segue:

	R\$ (mil)	
	2013	2012
Custo Suplementar Não Amortizado - PPC		
IPEA	17.992	15.877
CNPq	15.077	13.304
INPE	3.222	2.844
INPA	672	593
	<b>36.963</b>	<b>32.618</b>

## 4. Realizável da Gestão Administrativa

O saldo, em 31 de dezembro de 2013, é assim demonstrado:

	R\$ (mil)	
	2013	2012
Contribuições para custeio	368	291
Responsabilidade de empregados	29	43
Responsabilidade de terceiros	7	8
Despesas Antecipadas	72	159
Outros realizáveis	68	103
Depósitos Judiciais/Recursais (a)	8.221	7.749
	<b>8.765</b>	<b>8.353</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS

(a) O saldo refere-se substancialmente aos valores depositados mensalmente em função da apuração do PIS e COFINS estar em discussão judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa 7b.

O registro do saldo de Depósitos Judiciais/Recursais no ativo ocorreu para atender a IN nº 5/2011 da PREVIC, que alterou a forma de sua contabilização. Até o ano de 2010 os saldos eram registrados em contas redutoras no Exigível Contingencial, todavia, a partir da entrada em vigor da referida norma passaram a ser classificados no ativo.

A partir do exercício de 2010, em atendimento à Resolução CGPC nº 28/2009 e Instrução SPC nº 34/2009, a fundação passou a reconhecer no Realizável de cada plano a sua participação no Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo apresentado nos planos de benefícios previdenciais não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos dos planos. Os saldos da participação no PGA de cada plano de benefício é anulado para fins de consolidação das demonstrações contábeis e estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12.

## 5. Realizável dos Investimentos

As carteiras de investimentos dos Planos de Benefícios: PPC, FIPECqPREV e PGA são constituídas das aplicações em: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos, imóveis, empréstimos e outros realizáveis, conforme demonstrado a seguir:

INVESTIMENTOS	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV				PLANO PGA				CONSOLIDADO			
	2013		2012		2013		2012		2013		2012		2013		2012	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>257.493</b>	<b>29,06</b>	<b>23.964</b>	<b>2,63</b>	<b>421</b>	<b>2,27</b>	<b>449</b>	<b>2,55</b>	<b>1.042</b>	<b>2,76</b>	<b>1.113</b>	<b>2,80</b>	<b>258.956</b>	<b>27,48</b>	<b>25.526</b>	<b>2,64</b>
Títulos Públicos Federais	257.493	29,06	23.964	2,63	421	2,27	449	2,55	1.042	2,76	1.113	2,80	258.956	27,48	25.526	2,64
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>261.251</b>	<b>29,48</b>	<b>349.603</b>	<b>38,38</b>	<b>75</b>	<b>0,41</b>	<b>4.613</b>	<b>26,15</b>	<b>15.095</b>	<b>39,97</b>	<b>15.747</b>	<b>39,63</b>	<b>276.421</b>	<b>29,34</b>	<b>369.963</b>	<b>38,21</b>
Instituições Financeiras	216.509	24,43	287.718	31,58	-	-	4.305	24,41	14.927	39,52	15.001	37,75	231.436	24,56	307.025	31,71
Companhias Abertas	29.519	3,33	44.585	4,900	75	0,41	308	1,74	168	0,44	746	1,88	29.762	3,16	45.639	4,71
Companhias Fechadas	1.378	0,16	2.619	0,29	-	-	-	-	-	-	-	-	1.378	0,15	2.619	0,27
Outros Emissores	13.845	1,56	14.681	1,61	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	1,47	14.681	1,52
<b>AÇÕES</b>	<b>112.694</b>	<b>12,72</b>	<b>108.588</b>	<b>11,92</b>	<b>2.181</b>	<b>11,79</b>	<b>1.993</b>	<b>11,30</b>	<b>5.538</b>	<b>14,66</b>	<b>5.148</b>	<b>12,96</b>	<b>120.413</b>	<b>12,78</b>	<b>115.729</b>	<b>11,95</b>
Instituições Financeiras	34.913	3,94	36.274	3,98	653	3,53	679	3,85	1.620	4,29	1.684	4,24	37.186	3,95	38.638	3,99
Companhias Abertas	77.781	8,78	72.314	7,94	1.528	8,26	1.314	7,45	3.918	10,37	3.464	8,72	83.227	8,83	77.091	7,96
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>223.575</b>	<b>25,23</b>	<b>405.950</b>	<b>44,56</b>	<b>15.817</b>	<b>85,47</b>	<b>10.571</b>	<b>59,93</b>	<b>16.093</b>	<b>42,60</b>	<b>17.726</b>	<b>44,61</b>	<b>255.485</b>	<b>27,10</b>	<b>434.247</b>	<b>44,84</b>
Referenciado	46.200	5,21	15.887	1,74	11.580	62,58	1.040	5,90	5.496	14,55	42	0,10	63.276	6,71	16.970	1,75
Renda Fixa	13.710	1,55	157.219	17,26	2.451	13,24	6.364	36,08	5.374	14,23	9.192	23,13	21.535	2,29	172.775	17,84
Ações	103.590	11,69	154.946	17,01	1.693	9,15	2.718	15,41	3.556	9,41	6.014	15,14	108.839	11,54	163.677	16,90
Multimercado	11.852	1,34	9.764	1,07	93	0,50	449	2,54	56	0,15	356	0,90	12.001	1,27	10.569	1,09
Direitos Creditórios	17.216	1,94	25.298	2,78	-	-	-	-	1.611	4,27	2.122	5,34	18.827	2,00	27.421	2,83
Participações	27.014	3,05	37.358	4,10	-	-	-	-	-	-	-	-	27.014	2,87	37.358	3,86
Imobiliário	3.993	0,45	5.478	0,60	-	-	-	-	-	-	-	-	3.993	0,42	5.477	0,57
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>8.901</b>	<b>1,00</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>8.901</b>	<b>0,94</b>	-	<b>0,00</b>
<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>21.975</b>	<b>2,48</b>	<b>22.572</b>	<b>2,48</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>21.975</b>	<b>2,33</b>	<b>22.572</b>	<b>2,33</b>
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>251</b>	<b>0,03</b>	<b>251</b>	<b>0,03</b>	<b>12</b>	<b>0,06</b>	<b>12</b>	<b>0,07</b>	-	-	-	-	<b>263</b>	<b>0,03</b>	<b>263</b>	<b>0,03</b>
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>4</b>	-	<b>4</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>4</b>	-	<b>4</b>	-
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>886.144</b>	<b>100</b>	<b>910.932</b>	<b>100</b>	<b>18.506</b>	<b>100</b>	<b>17.638</b>	<b>100</b>	<b>37.768</b>	<b>100</b>	<b>39.734</b>	<b>100</b>	<b>942.418</b>	<b>100</b>	<b>968.304</b>	<b>100</b>

### a) Títulos Públicos

As aplicações em títulos públicos da carteira própria da FIPECq são compostos exclusivamente por Notas do Tesouro Nacional, sendo 111.000 NTN-B, no valor de R\$258.956 mil em dezembro

# NOTAS EXPLICATIVAS

de 2013 (R\$ 25.526 mil – 31/12/2012), correspondendo a 27,48% da carteira total, cabendo R\$ 257.493 mil ao plano PPC, R\$ 421 mil ao plano FIPECqPREV e R\$ 1.042 mil ao PGA. No exercício de 2013, foram compradas 101.000 NTN-B no valor de R\$ 257.723 mil, em função do aumento da taxa de juros no Brasil. Os títulos adquiridos no segundo semestre de 2013, no valor de R\$ 87.292 mil, foram classificados na carteira na categoria títulos mantidos até o vencimento e os demais registrados na categoria títulos para negociação.

Para as NTN com vencimentos em 2017 nos meses de maio e novembro e as NTN com vencimentos em 2022 e 2050 em fevereiro e agosto o recebimento de juros é semestral. No exercício de 2013 foram recebidos juros de R\$5.188 mil.

## b) Créditos Privados e Depósitos

Os investimentos em Créditos Privados e Depósitos foram alocados em títulos de emissão de Instituições Financeiras, Companhias Abertas, Companhias Fechadas e outros emissores totalizando R\$ 276.421 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 369.963 mil – 31/12/2012). O plano PPC detêm a maior participação na carteira de R\$ 261.251 mil, seguido do PGA de R\$ 15.095 mil e do FIPECqPREV em R\$ 75 mil. As aplicações em Instituições Financeiras, nas espécies CDB, DPGE e LF, totalizando R\$231.436 mil, correspondendo a 24,56% dos investimentos da fundação.

A composição da carteira por emitente é assim demonstrada:

CRÉDITO PRIVADOS E DEPÓSITOS	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV				PGA				CONSOLIDADO			
	2013	(%)	2012	(%)	2013	(%)	2012	(%)	2013	(%)	2012	(%)	2013	(%)	2012	(%)
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>216.509</b>	<b>82,87</b>	<b>287.718</b>	<b>82,30</b>	-	-	<b>4.306</b>	<b>93,33</b>	<b>14.927</b>	<b>98,89</b>	<b>15.001</b>	<b>95,26</b>	<b>231.436</b>	<b>83,73</b>	<b>307.025</b>	<b>82,99</b>
CDB - Certificado de Dep.Bancário	19.368	7,41	34.196	9,78	-	-	2.152	46,65	-	-	1.089	6,91	19.368	7,01	37.437	10,12
ITAÚ UNIBANCO S/A	19.368	7,41	17.869	5,11	-	-	-	-	-	-	-	-	19.368	7,01	17.869	4,83
PARANA BANCO S/A	-	-	16.328	4,67	-	-	2.152	46,65	-	-	1.089	6,91	19.368	7,01	19.568	5,29
<b>DPGE/FGC-Depósito Prazo c/ Garantia</b>	<b>164.442</b>	<b>62,94</b>	<b>220.442</b>	<b>63,06</b>	-	-	<b>2.153</b>	<b>46,68</b>	<b>14.927</b>	<b>98,89</b>	<b>13.912</b>	<b>88,36</b>	<b>179.369</b>	<b>64,89</b>	<b>236.508</b>	<b>63,93</b>
BANCO BBM S/A	-	-	17.083	4,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.083	4,62
BANCO SCHAHIN S/A	-	-	16.903	4,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.903	4,57
BANCO MODAL S/A	9.374	3,59	8.707	2,49	-	-	-	-	-	-	-	-	9.374	3,39	8.707	2,35
BANCO INDUSVAL S/A	9.162	3,51	8.512	2,43	-	-	-	-	7.409	49,08	6.875	43,66	16.571	5,99	15.387	4,16
BANCO PINE S/A	17.701	6,78	16.587	4,74	-	-	-	-	-	-	-	-	17.701	6,40	16.587	4,48
BANCO BMG S/A	17.992	6,89	16.836	4,82	-	-	-	-	-	-	-	-	17.992	6,51	16.836	4,55
BANCO BONSUCESSO S/A	17.488	6,69	16.417	4,70	-	-	-	-	-	-	-	-	17.488	6,33	16.417	4,44
OMNI S/A CFI	19.694	7,54	18.601	5,32	-	-	-	-	-	-	-	-	19.694	7,12	18.601	5,03
BANCO MAXIMA S/A	14.646	5,61	14.585	4,17	-	-	-	-	-	-	-	-	14.646	5,30	14.585	3,94
BANCO BICBANCO S/A	14.771	5,65	14.516	4,15	-	-	-	-	-	-	-	-	14.771	5,34	14.516	3,92
BANCO SEMEAR S/A	14.712	5,63	14.379	4,11	-	-	-	-	-	-	-	-	14.712	5,32	14.379	3,89
BANCO FIBRA S/A	12.562	4,81	12.459	3,56	-	-	-	-	-	-	-	-	12.562	4,54	12.459	3,37
BANCO BANIF S/A	8.130	3,11	8.185	2,34	-	-	-	-	-	-	-	-	8.130	2,94	8.185	2,21
BANCO BMB S/A	8.212	3,14	8.266	2,36	-	-	-	-	-	-	-	-	8.212	2,97	8.266	2,23
BANCO SOFISA S/A	-	-	0,00	0,00	-	-	-	-	7.518	49,81	7.037	44,70	20.080	7,26	7.037	1,90
BANCO RURAL S/A	-	-	16.306	4,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	16.306	4,41
BANCO FICSA S/A	-	-	12.099	3,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	12.099	3,27
BES-INVEST. DO BRASIL S/A	-	-	-	-	-	-	2.153	46,68	-	-	-	-	-	0,00	2.153	0,58
<b>LF - Letra Financeira</b>	<b>32.698</b>	<b>12,52</b>	<b>33.080</b>	<b>9,46</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>32.698</b>	<b>11,83</b>	<b>33.080</b>	<b>8,94</b>
BANCO BMG S/A	11.721	4,49	10.761	3,08	-	-	-	-	-	-	-	-	11.721	4,24	10.761	2,91
BANCO BRB S/A	11.126	4,26	11.196	3,20	-	-	-	-	-	-	-	-	11.126	4,03	11.196	3,03
ITAÚ UNIBANCO S/A	9.851	3,77	11.123	3,18	-	-	-	-	-	-	-	-	9.851	3,56	11.123	3,01
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>	<b>29.519</b>	<b>11,30</b>	<b>44.585</b>	<b>12,75</b>	<b>75</b>	<b>100,00</b>	<b>308</b>	<b>6,67</b>	<b>168</b>	<b>1,12</b>	<b>746</b>	<b>4,74</b>	<b>29.762</b>	<b>10,77</b>	<b>45.638</b>	<b>12,34</b>
DNC - Debênture Não Conversível	13.976	5,35	26.819	7,67	75	100,00	308	6,67	168	1,12	746	4,74	14.219	5,14	27.873	7,53
CEMIG S/A	3.499	1,34	3.559	1,02	75	100,00	76	1,65	168	1,12	172	1,09	3.743	1,35	3.807	1,03
CTBC TELECOM S/A	10.477	4,01	10.793	3,09	-	-	-	-	-	-	-	-	3.574	1,29	10.793	2,92
CIA. VALE DO RIO DOCE S/A	-	-	12.467	3,57	-	-	232	5,02	-	-	574	3,64	10.477	3,79	13.273	3,59
<b>CCB - Cedula de Credito Bancário</b>	<b>15.543</b>	<b>5,95</b>	<b>17.766</b>	<b>5,08</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>15.543</b>	<b>5,62</b>	<b>17.766</b>	<b>4,80</b>
CASAN S/A	15.543	5,95	17.766	5,08	-	-	-	-	-	-	-	-	15.543	5,62	17.766	4,80
<b>COMPANHIAS FECHADAS</b>	<b>1.378</b>	<b>0,53</b>	<b>2.619</b>	<b>0,75</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>1.378</b>	<b>0,50</b>	<b>2.619</b>	<b>0,71</b>
CCB - Cedula de Credito Bancário	1.378	0,53	2.619	0,75	-	-	-	-	-	-	-	-	1.378	0,50	2.619	0,71
CAGEPA S/A	-	-	1.352	0,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.352	0,37
CANGURU S/A	1.378	0,53	1.267	0,36	-	-	-	-	-	-	-	-	1.378	0,50	1.267	0,34
<b>OUTROS EMISSORES</b>	<b>13.845</b>	<b>5,30</b>	<b>14.681</b>	<b>4,20</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>13.845</b>	<b>5,01</b>	<b>14.681</b>	<b>3,97</b>
CCI - Cedula de Credito Imob.	13.845	5,30	14.681	4,20	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01	14.681	3,97
RSEB - REAL.SOC.ESPANHOLA	13.845	5,30	14.681	4,20	-	-	-	-	-	-	-	-	13.845	5,01	14.681	3,97
<b>TOTAL</b>	<b>261.251</b>	<b>100</b>	<b>349.603</b>	<b>100</b>	<b>75</b>	<b>100</b>	<b>4.613</b>	<b>100</b>	<b>15.095</b>	<b>100</b>	<b>15.747</b>	<b>100</b>	<b>276.421</b>	<b>100</b>	<b>369.963</b>	<b>100</b>



# NOTAS EXPLICATIVAS

As alocações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE's, títulos indexados ao IPCA/IBGE, emitidos por Instituições Financeiras, atingiram R\$ 179.369 mil, representando 64,89% da carteira de créditos e depósitos.

Os demais ativos somaram R\$ 97.052 mil e encontravam alocados em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, Letras Financeiras - LF e Debêntures Não Conversíveis - DNC, Cédulas de Crédito Bancário - CCB e Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, emitidos pelas Companhias Abertas e Fechadas e Outros Emissores. As aplicações são indexadas ao IPCA/IBGE (R\$ 62.490 mil), ao CDI/CETIP (R\$ 31.089 mil) e IGPM/FGV (R\$ 3.473 mil).

## c) Carteira Própria

Estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria distribuídos por faixa de vencimento, em anos:

Vencimentos	31/12/2013 - R\$ mil				
	0-1 ano	1-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
<b>1.1-Títulos Públicos - marcados à mercado</b>	-	<b>23.896</b>	<b>50.293</b>	<b>184.767</b>	<b>258.956</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	23.896	50.293	184.767	258.956
<b>1.2-Títulos Públicos - marcados na curva</b>	-	<b>21.183</b>	<b>50.353</b>	<b>213.888</b>	<b>285.424</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	21.183	50.353	213.888	285.424
<b>2.1-Créditos Privados e Depósitos - marcados à mercado</b>	<b>109.753</b>	<b>135.214</b>	<b>31.454</b>	-	<b>276.421</b>
Certificados de Depósitos Bancários	19.369	-	-	-	19.369
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	86.642	92.727	-	-	179.369
Letras Financeiras	-	11.721	20.977	-	32.698
Debêntures Não Conversíveis	3.742	-	10.477	-	14.219
Cedula de Crédito Bancário	-	16.921	-	-	16.921
Cedula de Crédito Imobiliário	-	13.845	-	-	13.845
<b>2.2-Créditos Privados e Depósitos - marcados na curva</b>	<b>108.424</b>	<b>135.288</b>	<b>34.495</b>	-	<b>278.207</b>
Certificados de Depósitos Bancários	19.350	-	-	-	19.350
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	85.392	92.737	-	-	178.129
Letras Financeiras	-	11.785	23.489	-	35.274
Debêntures Não Conversíveis	3.682	-	11.006	-	14.688
Cedula de Crédito Bancário	-	16.921	-	-	16.921
Cedula de Crédito Imobiliário	-	13.845	-	-	13.845
<b>Valor dos títulos marcados a mercado ( 1.1 + 2.1)</b>	<b>109.753</b>	<b>159.110</b>	<b>81.747</b>	<b>184.767</b>	<b>535.377</b>
<b>Valor dos títulos marcados na curva ( 1.2 + 2.2 )</b>	<b>(108.424)</b>	<b>(156.471)</b>	<b>(84.848)</b>	<b>(213.888)</b>	<b>(563.631)</b>
<b>Ajuste (Valor de Mercado - Valor na Curva)</b>	<b>1.329</b>	<b>2.639</b>	<b>(3.101)</b>	<b>(29.121)</b>	<b>(28.254)</b>

Na avaliação dos ativos componentes da carteira de títulos públicos e créditos privados e depósitos, existem dois métodos básicos: a marcação na curva e a marcação a mercado.

Os ativos estão classificados em 02 (duas) categorias, em títulos para negociação (marcados a mercado) e títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva) segundo a Resolução CGPC Nº. 04, de 30 de janeiro de 2002.

# NOTAS EXPLICATIVAS

O ajuste apurado entre a marcação a mercado e a marcação na curva dos títulos, negativo em R\$28.255 mil, foi registrado entre as contas de títulos públicos, variação negativa de R\$26.468 mil, e créditos privados e depósitos, variação negativa R\$ 1.787 mil. Em 2012, o ajuste foi de R\$ 23.406 mil, apurado positivamente em títulos públicos por R\$ 3.142 mil e em créditos privados e depósitos por R\$ 20.264 mil.

## d) Ações

Em 31/12/2013 a carteira de ações alcançou R\$120.413 mil e está constituída pelos investimentos no Mercado de Ações - à Vista (R\$ 111.021 mil) e pelas vendas de ações, Dividendos e Juros de Capitais a receber (R\$ 9.392 mil). A carteira do plano PPC atingiu R\$ 112.694 mil, do FIPECqPREV R\$ 2.181 mil e do PGA R\$ 5.538 mil, a seguir:

Descrição	PLANO PPC						PLANO FIPECqPREV						PLANO PGA						CONSOLIDADO							
	2013			2012			2013			2012			2013			2012			2013			2012				
	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)	Qtde.	Valor	(%)		
<b>1.1 - Mercado à Vista</b>																										
AES TIETE / PN	42.246	806	0,78	42.246	997	0,92	792	15	0,74	792	19	0,94	1.962	37	0,71	1.962	46	0,90	45.000	858	0,77	45.000	1.062	0,92		
BANCO DO BRASIL / ON	178.372	4.352	4,20	178.372	4.566	4,22	3.344	82	4,03	3.344	86	4,32	8.284	202	3,85	8.284	212	4,13	190.000	4.636	4,18	190.000	4.864	4,22		
BMFBOVESPA / ON	311.787	3.448	3,32	311.787	4.365	4,04	5.844	65	3,20	5.844	82	4,12	14.481	160	3,05	14.481	203	3,96	332.112	3.673	3,31	332.112	4.650	4,04		
BRADESCO / PN	478.899	13.931	13,43	308.090	10.836	10,02	8.955	261	12,84	5.414	190	9,60	22.388	651	12,40	13.989	492	9,60	510.242	14.843	13,37	327.493	11.518	10,00		
BRF BRASIL FOODS / ON	214.264	10.553	10,17	214.264	9.040	8,36	5.174	255	12,54	5.174	218	11,00	10.562	520	9,91	10.562	446	8,69	230.000	11.328	10,20	230.000	9.704	8,42		
CCR/ON	223.500	3.972	3,83	148.600	2.890	2,67	15.500	275	13,53	3.500	68	3,43	36.000	640	12,20	9.000	175	3,41	275.000	4.887	4,40	161.100	3.133	2,72		
CEMIG / PN	-	-	-	767	17	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	767	17	0,01		
CRUZEIRO DO SUL / PN	469.400	1.169	1,13	-	-	-	8.800	22	1,08	-	-	-	21.800	54	1,03	-	-	-	500.000	1.245	1,12	-	-	-		
ELETRORBRAS / ON	131.432	772	0,74	131.432	832	0,77	2.464	14	0,69	2.464	16	0,79	6.104	36	0,69	6.104	39	0,75	140.000	822	0,74	140.000	886	0,77		
GAFISA / ON	469.400	1.657	1,60	469.400	2.211	2,04	8.800	31	1,52	8.800	41	2,09	21.800	77	1,47	21.800	103	2,00	500.000	1.765	1,59	500.000	2.355	2,04		
IOCHP-MAXION / ON	110.700	2.895	2,79	-	-	-	1.000	26	1,28	-	-	-	3.000	78	1,49	-	-	-	114.700	2.999	2,70	-	-	-		
ITAUBANCO / PN	521.082	16.336	15,75	613.711	20.492	18,95	9.754	306	15,05	11.867	396	19,97	24.004	753	14,35	28.822	962	18,77	554.840	17.395	15,67	654.400	21.851	18,96		
JOÃO FORTES / PN	683.910	4.069	3,92	-	-	-	12.823	76	3,74	-	-	-	31.767	189	3,60	-	-	-	728.500	4.334	3,90	-	-	-		
KARSTEN / PN	38.772	31	0,03	-	-	-	727	1	0,05	-	-	-	1.801	2	0,04	-	-	-	41.300	34	0,03	-	-	-		
LIGTH/ON	111.200	2.460	2,37	111.200	2.482	2,30	3.000	66	3,25	3.000	67	3,38	5.800	128	2,44	5.800	129	2,53	120.000	2.654	2,39	120.000	2.679	2,32		
LOG-IN / ON	191.515	1.570	1,51	191.515	1.638	1,52	3.590	29	1,43	3.590	31	1,55	8.895	73	1,39	8.895	76	1,48	204.000	1.672	1,51	204.000	1.744	1,51		
LOJAS MARISA / ON	68.100	1.267	1,22	-	-	-	1.000	19	0,93	-	-	-	2.300	43	0,82	-	-	-	71.400	1.329	1,20	-	-	-		
LOJAS RENNEN / ON	28.465	1.736	1,67	51.165	4.080	3,77	659	40	1,97	959	76	3,85	1.376	84	1,60	2.376	189	3,70	30.500	1.860	1,68	54.500	4.346	3,77		
P. AÇUCAR - CBD / PN	27.019	2.835	2,73	27.019	2.445	2,26	507	53	2,61	507	46	2,31	1.255	132	2,52	1.255	114	2,22	28.781	3.020	2,72	28.781	2.605	2,26		
PETROBRAS / ON	-	-	-	54.584	1.067	0,99	-	-	-	1.023	20	1,01	-	-	-	-	-	-	2.535	49	0,97	-	-	58.142	1.137	0,99
PETROBRAS / PN	639.744	10.927	10,53	639.744	12.488	11,55	5.573	95	4,67	5.573	109	5,48	30.976	529	10,08	30.976	605	11,80	676.293	11.551	10,40	676.293	13.201	11,46		
SID NACIONAL / ON	-	-	-	200	2	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	2	0,00	-	-	
USIMINAS / PNA	-	-	-	79.837	1.022	0,95	-	-	-	1.513	19	0,98	-	-	-	3.750	48	0,94	-	-	-	85.100	1.089	0,95		
VALE / PNA	579.090	18.954	18,27	652.090	26.651	24,65	9.225	302	14,85	12.225	500	25,18	26.285	860	16,39	30.285	1.238	24,15	614.600	20.116	18,12	694.600	28.388	24,64		
<b>Subtotal</b>		<b>103.740</b>	<b>100</b>		<b>108.121</b>	<b>100</b>		<b>2.033</b>	<b>100</b>		<b>1.984</b>	<b>100</b>		<b>5.248</b>	<b>100</b>		<b>5.126</b>	<b>100</b>		<b>111.021</b>	<b>100</b>		<b>115.231</b>	<b>100</b>		
A receber (-) Provisão		8.954		467			148			9			290			22			9.392			498				
<b>TOTAL</b>		<b>112.694</b>		<b>108.588</b>			<b>2.181</b>			<b>1.993</b>			<b>5.538</b>			<b>5.148</b>			<b>120.413</b>			<b>115.729</b>				

O Mercado de Ações à Vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro e participação na carteira: Cia. Vale do Rio Doce R\$ 20.116 mil (18%), Itau Unibanco R\$ 17.395 mil (16%), Petrobrás R\$ 11.551 mil (10%), Bradesco R\$ 14.843 mil (13%), BRF Brasil Foods R\$ 11.328 mil (10%), CCR R\$ 4.887 mil (4%).

O acréscimo no saldo da carteira em 2013 foi devido às compras de ações que foram maiores que as vendas em R\$ 5.275 mil. As compras foram de R\$ 54.139 mil, sendo que o maior volume financeiro foi destinado à aquisição de ações da Vale/PNA (R\$ 29.325 mil), seguido das ações da Petrobras/PN (R\$ 6.984 mil) e do Bradesco/PN (R\$ 4.837 mil). As vendas de ações alcançaram R\$ 48.864 mil, e os papéis mais negociados foram Vale/PNA (R\$ 31.049 mil) e Petrobras/PN (R\$ 7.343 mil), conforme demonstrado ao lado:

# NOTAS EXPLICATIVAS

AÇÕES/TIPO	COMPRAS		VENDAS	
	Quantid	R\$ mil	Quantida	R\$ mil
BRDESCO (PN)	150.000	4.837	-	-
CCR S/A (ON)	113.900	1.988	-	-
CEMIG (PN)	-	-	865	20
IOCHP-MAXION (ON)	114.700	2.804	-	-
ITAUUNIBANCO (PN)	-	-	150.000	4.889
JOÃO FORTES (ON)	728.600	4.335	100	1
LOJAS MARISA (ON)	71.400	2.179	-	-
LOJAS RENNER(ON)	-	-	24.000	1.936
MANGELS (PN)	61.200	171	61.200	33
PETROBRAS (ON)	-	-	58.142	1.117
PETROBRAS (PN)	400.000	6.984	400.000	7.343
PLASCAR (ON)	326.400	144	326.400	153
SIDERURGICA NAC.(ON)	200.000	1.372	200.200	1.567
USIMINAS (PNA)	-	-	85.100	756
VALE/PNA	800.000	29.325	880.000	31.049
<b>TOTAL</b>		<b>54.139</b>		<b>48.864</b>

Permanece registrado em provisão para perdas o montante de R\$ 1.314 mil, correspondente ao valor contábil das ações do Banco Cruzeiro do Sul de R\$ 1.245 mil e da empresa Gazeta Mercantil S.A de R\$ 69 mil.

## e) Fundos de Investimento

As aplicações em Fundos de Investimentos (R\$ 255.485 mil) representam 27,10% dos investimentos administrados pela fundação.

As aplicações se encontram distribuídas nas seguintes espécies de fundos: referenciados, renda fixa, ações, multimercado, direitos creditórios, participações e imobiliário, conforme demonstrado acima nesta Nota Explicativa. Uma composição do saldo por Fundo de investimento pode ser assim demonstrada:

# NOTAS EXPLICATIVAS

FUNDOS	CLASSIFICAÇÃO	R\$mil	
		31/12/2013	31/12/2012
BNP PARIBAS OPTIMUN DI FI	Referenciado	63.276	6.298
BTG PACTUAL IPCA FI RF	Referenciado	-	10.672
		<b>63.276</b>	<b>16.970</b>
INFINITY IMA TIGER FI RF	Renda fixa	-	1.103
BRB FI EM RENDA FIXA IMA - B	Renda fixa	5.885	18.576
BRB FI EM RF SOLIDEZ	Renda fixa	-	18.665
BRB FI RF PÚBLICO	Renda fixa	5.742	-
BNP PARIBAS RF FI RENDA FIXA	Renda fixa	4.884	38.291
SULAMERICA INFLATIE FI RF LP	Renda fixa	-	38.605
BNP PARIBAS INFLACAO FI RF	Renda fixa	-	57.535
PLURAL CAPITAL HIGH FI RF	Renda fixa	5.024	-
		<b>21.535</b>	<b>172.775</b>
RB FUNDAMENTAL FIA	Ações	11.063	11.421
BNY MELLON INCOME FIA	Ações	-	20.648
GAP AÇÕES FIA	Ações	-	26.954
GUEPARDO INST. MASTER FIA	Ações	60.348	59.890
YUKON FIA	Ações	-	6.945
BNP PARIBAS SMALL CAPS FIA	Ações	11.650	10.487
BOZANO GESTÃO FIA	Ações	21.639	23.312
FIA SULAMERICA GOVERNANÇA I	Ações	4.139	4.020
		<b>108.839</b>	<b>163.677</b>
PROFIX INST FIM CP	Multimercado	140	104
BNP PARIBAS TROPPO XIII FIM CP	Multimercado	-	7.959
ITAÚ INSTIC. ACTIVE FIX IB - RF FI	Multimercado	7.162	2.506
BNP TRACK FIM		4.699	-
		<b>12.001</b>	<b>10.569</b>
FIDC SANEAGO INFRAEST. II	Direitos creditórios	2.678	2.535
FIDC MULTSET. BVA MAST II	Direitos creditórios	42	3.662
FIDC FICSA PREM VEICULOS I	Direitos creditórios	16.107	21.224
	Direitos creditórios	-	-
		<b>18.827</b>	<b>27.421</b>
PATRIARCA PRIV. EQUIT. FI	Participações	177	170
BR EDUCACIONAL FIP	Participações	6.358	6.223
FI EM PARTICIPAÇÕES BIOTEC	Participações	8.964	7.567
TRISCORP ATIVOS FLOR. FIP	Participações	7.805	7.968
FI EM PARTICIPAÇÕES TAG	Participações	3.710	15.430
		<b>27.014</b>	<b>37.358</b>
FII MEMORIAL OFFICE	Imobiliário	<b>3.993</b>	<b>5.477</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>255.485</b>	<b>434.247</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS

## f) Imóveis

O imóvel localizado no Centro Empresarial Varig-Brasília/DF, representado por 01(uma) sala e 15 (quinze) vagas de garagens, foi adquirido em novembro de 2013 por meio de leilão público judicial, realizado no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 8.901 mil. Corresponde a 0,94% dos recursos do Plano PPC e encontra-se classificado para aluguel e renda.

## g) Empréstimos

O saldo da carteira de Empréstimos do Plano PPC, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$21.975 mil (R\$ 22.572 mil – 31/12/2012), com a participação de 2,33 % dos investimentos. A redução do saldo dos empréstimos em 2013 foi devida às amortizações mensais e vencimentos de empréstimos dos ex-participantes do Plano de Previdência Especial – PPE (encerrado em janeiro/2011).

A fundação mantém constituído um fundo (nota explicativa 10c) destinado a cobrir a inadimplência temporária em decorrência do não recebimento das parcelas dos empréstimos, bem como a quitação do saldo devedor no caso de morte do mutuário.

## i) Provisões para perdas dos investimentos

ESPÉCIE	EMITENTE	Data da Constituição	Valor Original	Valor Atualizado (*)	
				2013	2012
CDB	Banco Santos S/A	17/06/05	8.166	25.374	24.815
Debêntures N/C	ENCOL S/A - Industria e Construção	29/01/02	1.823	9.463	8.514
Debêntures N/C	Crefisul Leasing S/A - Arrend.Mercantil	06/01/03	636	2.734	2.453
Debêntures N/C	PROCID Participações e Negocios S/A	10/01/05	4.161	13.700	12.214
CCB	FLASHBEL Comercial Cosméticos Ltda	29/11/10	4.262	7.059	6.098
CCB	SAMCIL Pró Saúde	31/05/11	8.152	12.254	10.532
CCB	DIPLOMATA S/A Industrial e Comercial	29/02/12	2.627	3.106	2.627
CCI	M.Brasil Empreend. Marketing e Neg.	01/06/11	7.592	11.348	9.754
<b>Total</b>			<b>37.419</b>	<b>85.038</b>	<b>77.007</b>

\* Atualizado pelo índice (correção e juros) do TJDF.

Os valores foram provisionados conforme a Instrução Normativa 34/2009 da PREVIC. A fundação tomou as medidas judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos relativos aos ativos acima mencionados.

## 6. Exigível Operacional

Neste grupo estão registrados os compromissos a pagar com saldo, em 31/12/2013, de R\$ 1.551 mil (R\$ 1.552 mil em 2012), como segue:

### a) Gestão Previdencial

	2013				2012			
	PPC	FIPECqPREV	PBS	TOTAL	PPC	FIPECqPREV	PBS	TOTAL
Aposentadoria e Pensões	4	-	-	4	9	-	-	9
Abono Anual	12	-	8	20	13	-	8	21
Pecúlio a Pagar	342	12	-	354	333	12	-	345
Auxílio Doença	44	-	-	44	8	-	-	8
Retenções a Recolher	187	50	-	237	170	12	-	182
Outras Exigibilidades		48	-	48		13	-	13
	<b>589</b>	<b>110</b>	<b>8</b>	<b>707</b>	<b>533</b>	<b>37</b>	<b>8</b>	<b>578</b>

### b) Gestão Administrativa

Os compromissos aqui relacionados correspondem aos gastos e provisões com pessoal e encargos sociais, além de outras exigibilidades:

	R\$ (mil)	
	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal e Encargos – Provisão de Férias	517	659
Credores Diversos	150	137
Encargos e Retenções a Recolher	162	165
	<b>829</b>	<b>961</b>

## 7. Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões contingenciais decorrentes de ações judiciais ou administrativas passivas mantidas contra a Fundação. Com base em manifestações dos assessores jurídicos, interno e externos, a FIPECq entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

O registro da provisão é efetivado no passivo dos planos em contrapartida da despesa que lhe deu origem e os depósitos judiciais ou recursais estão registrados no ativo “Realizável”, de acordo com a origem de cada ação.

### a) Gestão Previdencial

A provisão de R\$ 6.149 mil (R\$ 7.112 mil – 31/12/2012) refere-se, substancialmente, a processos judiciais envolvendo expurgos inflacionários, movidos por ex-Participantes do Plano de Previdência Complementar - PPC que requerem diferenças de correção monetária dos

Planos Collor e Verão, por entenderem que esta deve incidir sobre as reservas de poupança resgatadas pelos mesmos, quando do desligamento da Fundação. Os valores estimados das demandas estão atualizados pelo INPC até a data da citação (30/10/2002), a partir desta data até 31/01/2007 pela meta atuarial (INPC mais 6% de juros ao ano) e daí em diante pela SELIC como determina o Código Civil de 2003.

Ademais, a partir de dezembro de 2006, esta provisão passou a contemplar todos os ex-Participantes dos Planos que resgataram suas reservas de poupança. No que se refere à questão da prescrição quinquenal, ou seja, em que não poderiam ser reclamados expurgos sobre resgates depois de decorridos 5 (cinco) anos do seu pagamento, a Fundação deverá considerar que a apreciação desse tema se encontra já plenamente pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, com a edição da Súmula nº 291, o que justifica considerar que todos os processos referentes aos expurgos possam ser considerados de perda remota, embora a Fundação entenda ser prudente manter a provisão atual.

## **b) Gestão Administrativa**

O saldo é composto da seguinte forma:

- a) PIS e COFINS: No valor de R\$ 7.985 mil, que se refere ao contencioso judicial contra a União por interpretação diversa no “modus operandi” da base de cálculo de PIS e COFINS que resulta em valores a recolher prejudiciais à Fundação.
- b) IRRF: No valor de R\$ 210 mil, refere-se à contingência fiscal relativa à DCTF/IRRF, sendo que a matéria discutida tem origem nos anos de 1994/1995.
- c) Outros: No valor de R\$ 21 mil, referente a valores relativos às reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores.

## **c) Passivo Contingente**

A Fundação é parte em ações judiciais, cujo desfecho desfavorável, na avaliação dos assessores jurídicos, é considerado como possível e para os quais não há provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09. Tais ações referem-se, substancialmente, a ações de indenização e revisão de aposentadoria, não envolvendo valores relevantes.

## **d) Contingências ativas**

A Fundação é autora de ações judiciais que poderão gerar, no futuro, a entrada de benefícios econômicos. As principais ações referem-se à recuperação de investimentos, tais como empréstimos a participantes, investimentos demonstrados na Nota Explicativa 5 i) e recebimento de aluguéis, em decorrência da garantia de renda mínima, do Fundo de Investimento Imobiliário Memorial Office de aproximadamente R\$ 665 mil. Em dezembro de

# NOTAS EXPLICATIVAS

2012, a Petrobrás S/A efetuou o depósito de R\$ 1.077 mil, em efeito da Ação Ordinária - 25ª Vara Cível do RJ, processo nº. 1996.001.033455-0, ajuizada pela FIPECq para recebimento de dividendos sobre a reserva de capital social da empresa, sendo assim, não configurando como ativo contingente neste ano.

## 8. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais e representam os compromissos da fundação no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder de cada Plano.

As Provisões matemáticas são segregadas por plano de benefícios previdenciais e compostas como segue:

	R\$ (mil)	
	2013	2012
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>		
<b>Benefícios do Plano</b>	<b>207.161</b>	<b>195.474</b>
Plano de Previdência Complementar - PPC	200.889	189.128
Plano Instituído FIPECqPREV	6.272	6.346
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>487.709</b>	<b>437.090</b>
<b>Benefícios do Plano com a Geração Atual</b>	<b>487.709</b>	<b>437.090</b>
Contribuição Definida	9.857	8.810
Plano Instituído FIPECqPREV	9.857	8.810
Benefícios Definidos	477.852	428.280
Plano de Previdência Complementar - PPC	477.852	428.280
	<b>694.870</b>	<b>632.564</b>

As Reservas de Benefícios Concedidos referem-se à cobertura dos compromissos da fundação com as suplementações de benefícios previdenciais já concedidos aos assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

As Reservas de Benefícios a conceder referem-se aos compromissos futuros da fundação com os participantes ativos que ainda não adquiriram o direito à percepção de tais benefícios e com aqueles que já adquiriram esse direito, mas não o exerceram.

Os Planos Previdenciais foram avaliados por Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A avaliação atuarial foi efetuada com base no cadastro dos participantes do mês de novembro de 2013. Um detalhamento das principais premissas e hipóteses atuariais está demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

A seguir, é apresentada a composição das provisões matemáticas por Plano e patrocinadora:



# NOTAS EXPLICATIVAS

Patrocinadora	R\$ (mil)					
	Benefícios concedidos		Benefícios a conceder		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>PPC</b>	<b>200.889</b>	<b>189.128</b>	<b>477.852</b>	<b>428.280</b>	<b>678.741</b>	<b>617.408</b>
FINEP	165.369	156.043	437.814	385.015	603.183	541.058
IPEA	9.499	9.649	-	-	9.499	9.649
CNPq	12.436	11.999	5.637	5.523	18.073	17.522
INPE	2.937	2.872	4.202	6.231	7.139	9.103
INPA	638	634	-	-	638	634
FIPECq	10.010	7.931	17.919	16.741	27.929	24.672
AUTOFINANCIADOS	-	-	12.280	14.770	12.280	14.770
<b>FIPECqPREV (a)</b>	<b>6.272</b>	<b>6.346</b>	<b>9.857</b>	<b>8.810</b>	<b>16.129</b>	<b>15.156</b>
<b>TOTAL DAS RESERVAS</b>	<b>207.161</b>	<b>195.474</b>	<b>487.709</b>	<b>437.090</b>	<b>694.870</b>	<b>632.564</b>

(a) O saldo de Benefícios concedidos referem-se a de participantes do Plano PPE, incorporado pelo FIPECq PREV em 2011

## 9. Equilíbrio Técnico

O resultado contábil do exercício de 2013 foi deficitário em R\$ 85.730 mil (superavitário em 2012 de R\$ 41.988 mil) ocasionando o Déficit Técnico acumulado em 2013 de R\$ 74.865 mil.

## 10. Fundos

### a) Fundos Previdenciais

O saldo de Fundos Previdenciais é assim composto:

	R\$ (mil)	
	31/12/2013	31/12/2012
Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC	245.040	274.410
Fundo do Plano de Benefício Saldado - PBS	29.894	-
Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados – FIPECqPREV	2.076	2.293
	<b>277.010</b>	<b>276.703</b>

### i) Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC

Constituído atuarialmente e registrado no exercício de 1993, em decorrência do advento do Regime Jurídico Único - RJU ter impactado os valores das Provisões Matemáticas do conjunto formado pelas Patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA e a própria FIPECq), em um regime de solidariedade contributiva, em que, no que se refere aos benefícios já concedidos, a situação não sofreu qualquer alteração, mas com relação aos benefícios a conceder as Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA tiveram reversão bastante significativa nas Provisões Matemáticas que vinham sendo mantidas no PPC da FIPECq.

# NOTAS EXPLICATIVAS

Tem como fonte de custeio as coberturas de direitos dos que, sendo participantes celetistas tiveram seu regime de trabalho transformado, por força da Lei, do Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU) e respectivas rentabilidades obtidas ao longo dos anos. Sua criação visa dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do PPC, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e retorno dos investimentos, e, em decorrência das autoridades não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força da Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU). No final do ano de 2010, a FIPECq ajuizou Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare, por sentença, a destinação dos recursos referentes ao Fundo Previdencial que integram o patrimônio atual da Fundação, não havendo até o momento decisão de primeira instância, cujo desfecho ainda se encontra pendente. A declaração requerida na Inicial diz respeito se a titularidade destes valores é da Fundação, se deve ser dos Participantes ativos à época ou das Patrocinadoras.

Até o ano de 2012, a atualização deste Fundo era realizada pela meta atuarial, sendo alterada pela Taxa Referencial – TR a partir de 2013.

Em julho de 2013, atendendo ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, foi transferida a importância de R\$ 29.837 mil para constituição do Fundo PBS.

A movimentação deste Fundo Previdencial para os anos de 2012 e 2013 pode ser assim demonstrada:

	R\$ (mil)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>246.090</b>
Atualização	28.320
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>274.410</b>
Reserção para constituição do Fundo PBS	(29.837)
Atualização	467
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>245.040</b>

## ii) Fundo PBS

Conforme Ofício 1.816, datado de 13 de maio de 2011, a PREVIC determinou o encerramento do Plano de Benefícios Saldados – PBS, com a cessação do pagamento dos benefícios. A fundação encaminhou resposta à PREVIC, em 31 de maio de 2012, contendo farto e robusto levantamento das informações das contribuições aportadas pelos participantes do PBS, demonstrando também que somente tais contribuições seriam suficientes para pagar as reservas de poupança e as reservas matemáticas dos participantes ativos e assistidos. Por

# NOTAS EXPLICATIVAS

fim, com vistas ao encerramento do PBS, a PREVIC, por intermédio do Ofício nº 4.484/CGAT/DITEC/PREVIC, encaminhou o Parecer nº 191/2012/CGAT/DITEC/PREV1C de 06 de dezembro de 2012, determinando à FIPECq a adoção das seguintes providências em um prazo de 120 dias:

- a) Evidenciação e apuração dos valores aportados pela União a favor dos participantes que foram abrangidos pelo RJU desde o início das contribuições, e não somente após o advento do RJU, com segregação entre as contribuições destinadas ao custeio previdenciário e ao custeio administrativo;
- b) Devem ser consideradas não somente as contribuições normais, como as extraordinárias, inclusive às relativas ao serviço passado;
- c) Esses valores devem ser devidamente corrigidos;
- d) O levantamento deve ser certificado por meio de parecer de atuário independente que, inclusive, deve atestar/aprovar todos os critérios/métodos utilizados nesse levantamento, dos valores a serem devolvidos à União, inclusive os critérios para correção dos valores;
- e) Tal levantamento deverá ser aprovado pelas devidas instâncias dos órgãos de governança da EFPC;
- f) A fundação deve apresentar e justificar os critérios/métodos utilizados no levantamento, sua memória de cálculo, além do parecer do atuário independente, devidamente acompanhado pelas aprovações dos órgãos estatutários;
- g) O valor apurado deve ser contabilizado em Fundo Previdencial específico, a ser devolvido aos patrocinadores;
- h) Eventuais ações judiciais envolvendo as contribuições normais e/ou extraordinárias das patrocinadoras no período em comento não devem alterar os critérios do levantamento que está sendo solicitado, sendo que as possíveis contestações devem ser apresentadas à parte, com o entendimento da Fundação sobre os efeitos das decisões judiciais, para análise da Procuradoria Federal junto à PREVIC.

Do ponto de vista do andamento das providências determinadas pela PREVIC, a FIPECq já concluiu a parte que lhe cabe com a constituição do Fundo Previdencial específico, que foi constituído atuarialmente e registrado contabilmente em julho de 2013 no valor de R\$ 29.894 mil, atendendo ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, com recursos advindos do Fundo Previdencial – PPC mencionado no tópico anterior, a partir de levantamento realizado pela FIPECq e certificado por atuário independente. O Fundo tem a finalidade de provisionar as contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, de Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único (RJU), para a eventualidade de ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## iii) Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados – FIPECqPREV

Constituído no ano de 2011 por valores contributivos recebidos pelo Plano de Previdência Especial - PPE pelo processo de incorporação deste plano ao FIPECqPREV, devidamente atualizados pela rentabilidade líquida obtida pelos investimentos, não passíveis de resgates e de alocações nas subcontas do referido PPE (individual). É destinado a dar cobertura a todo tipo de riscos envolvidos no processo de incorporação, inclusive de gastos advocatícios a ele inerentes e preservar o Plano FIPECqPREV dos riscos inerentes à manutenção de alguns benefícios, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE com natureza de Benefício Definido.

## b) Fundo Administrativo

Constituído consoante autorização da então Secretaria de Previdência Complementar, Ofício GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. Incrementado mensalmente pelo resultado líquido do custeio previdencial mais o resultado líquido entre as receitas e as despesas administrativas, acrescido dos recursos líquidos aplicados por meio do Programa de Investimentos, conforme demonstrado abaixo.

O Fundo Administrativo vem sendo utilizado parcialmente para cobertura de despesas administrativas em complementação à Taxa de Administração aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Descrição	R\$ (mil)	
	2013	2012
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>38.569</b>	<b>37.814</b>
(+) Receitas administrativas	46	57
(+) Custeio administrativo	7.915	5.700
(+) Rentabilidade dos investimentos	978	4.997
(+) Reversão de Contingências	1.531	-
<b>Subtotal</b>	<b>49.039</b>	<b>48.568</b>
(-) Despesas administrativas	(10.159)	(9.276)
(-) Constituições de Contingências	(513)	(723)
<b>Subtotal</b>	<b>(10.672)</b>	<b>(9.999)</b>
<b>Saldo do balanço em 31 de dezembro</b>	<b>38.367</b>	<b>38.569</b>

Em 30 de abril de 2003, a fundação encerrou, com recursos do Plano administrativo, o Plano Assistencial existente até àquela data, cujo déficit era de R\$ 4.068 mil. No decorrer dos exercícios de 2004 a 2013, ocorreu a recuperação de parte deste déficit, no valor de R\$ 658 mil, permanecendo, ainda, um saldo de R\$ 3.410 mil a recuperar para o Fundo.

## c) Fundo dos Investimentos

Denominado de “Fundo de Seguro de Empréstimos/Financiamentos”, foi constituído para garantir a inadimplência temporária dos contratos de empréstimos concedidos aos Participantes. O saldo do fundo corresponde ao prêmio (taxa) incidente sobre o principal do mútuo, mais a recuperação da inadimplência e a rentabilidade dos investimentos, deduzidos dos valores dos empréstimos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário. O saldo em 31/12/2013 é de R\$ 2.894 mil (R\$ 2.458 mil em 2012).

## II. Custeio Administrativo

Em observância ao disposto na Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, o custeio das despesas da Gestão Administrativa tem como fonte de recursos:

- a) 15% fixados atuarialmente, que incidem sobre os valores das contribuições do Plano de Previdência Complementar – PPC (até 31/01/2013). No Plano FIPECqPREV, este percentual varia de 2% a 4% sobre o valor da contribuição, respeitado o limite de 15% sobre o Valor de Referência do Plano – VRP (R\$ 143,28 em 31/12/2013);
- b) Taxa de Administração cobrada sobre os investimentos na modalidade de Empréstimos e Financiamentos;
- c) Resultados dos Investimentos; e
- d) Recursos do Fundo Administrativo.

No Programa de Investimentos, o limite em 2013 do custeio administrativo corresponde a 0,88% (0,62% em 2012) dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios deduzidos os valores transferidos pelos Planos de Benefício e da Taxa de Administração dos Empréstimos. As despesas comuns da administração são rateadas na proporção de 50% entre a Gestão Previdencial e dos Investimentos.

## 12. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em cumprimento à Instrução SPC nº 34/09, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por Planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada mediante a anulação dos valores a pagar e a receber entre os Planos, a participação do Fundo administrativo nos Planos previdenciais, o Superávit e o Déficit técnico, dentre outros.

A seguir, é apresentado detalhamento dos ajustes e eliminações para a consolidação das Demonstrações Contábeis. Tais ajustes são efetuados em documentos auxiliares e se referem à participação do PPC e do FIPECqPREV no PGA, de acordo com o quadro a seguir:

# NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil		
	2013	2012	D/C
<b>ATIVO</b>	<b>38.618</b>	<b>38.905</b>	<b>D</b>
<b>Realizável</b>	-	<b>18</b>	<b>D</b>
<b>Gestão Previdencial</b>	-	<b>18</b>	<b>D</b>
Recursos a Receber dos Planos	-	18	D
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>38.618</b>	<b>38.887</b>	<b>D</b>
Recursos a Receber dos Planos	251	318	D
Participação dos Plano na Gestão Administrativa	38.367	38.569	D
<b>PASSIVO</b>	<b>38.618</b>	<b>38.905</b>	<b>C</b>
<b>Exigível Operacional</b>	<b>251</b>	<b>336</b>	<b>C</b>
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>251</b>	<b>318</b>	<b>C</b>
Recursos a Pagar ao PGA	251	318	C
<b>Gestão Administrativa</b>	-	<b>18</b>	<b>C</b>
Recursos a Pagar ao FIPECqPREV	-	18	C
<b>Patrimônio Social</b>	<b>38.367</b>	<b>38.569</b>	<b>C</b>
Participação no Fundo PGA	38.367	38.569	C

## 13. Hipóteses Atuariais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais são anualmente calculados no encerramento de cada exercício por um atuário contratado pela fundação. As principais premissas e a composição do equilíbrio técnico podem ser assim demonstradas:

### a) Plano de Previdência Complementar - PPC

#### PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC

Hipóteses	31/12/2013	31/12/2012
<u>Taxa de mortalidade geral</u>	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (feminina) e AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
<u>Tábua de mortalidade dos inválidos</u>	AT-83 (masculina) suavizada em 10%	AT-83 (feminina) e AT-83 (masculina) suavizada em 10%
<u>Tábua de entrada em invalidez</u>	Light (fraca)	Light (fraca)
<u>Rotatividade</u>	Nula	Nula
<u>Taxa real de juros/desconto</u>	5%	5%
<u>Projeção de crescimento de salários</u>	2,20% ao ano	2,01% ao ano
<u>Composição familiar</u>	Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009.	Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009.
<u>Indexador do plano</u>	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

# NOTAS EXPLICATIVAS

Podemos compor o resultado técnico acumulado do Plano PPC em função das hipóteses atuariais realizadas para 31/12/2013, como segue:

Descrição do assunto	R\$ (mil)
Superávit Técnico Acumulado existente em 31/12/2012	10.865
Perda Financeira estimada ocorrida no Patrimônio de Cobertura do Plano em decorrência da meta atuarial de rentabilidade não ter sido alcançada em 2013	(82.224)
Adoção de uma projeção de crescimento real de salários anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	(7.751)
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	4.245
<b>Déficit Acumulado em 31/12/2013</b>	<b>(74.865)</b>

## b) FIPECqPREV

Pelo fato de existir uma massa de participantes com características de Benefício Definido no plano FIPECqPREV, há também para teste plano descrição das hipóteses atuariais, como segue:

Hipóteses	PLANO FIPECqPREV	
	31/12/2013	31/12/2012
<u>Taxa de mortalidade geral</u>	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (feminina) e AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
<u>Tábua de mortalidade dos inválidos</u>	AT 83 (masculina) Suavizada em 10%	AT 83 (masculina) Suavizada em 10%
<u>Rotatividade</u>	Nula	Nula
<u>Taxa real de juros/desconto</u>	5% a.a	5% a.a
<u>Composição familiar</u>	família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.	família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.
<u>Indexador do plano</u>	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Podemos compor o resultado técnico acumulado do Plano FIPECqPREV em função das hipóteses atuariais realizadas para 31/12/2013, como segue:

Descrição	R\$ (mil)
Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2013 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2013 (partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2012)	(665)
Alteração de estimativa de benefício por invalidez de um beneficiário	303
Ganho atuarial decorrente de a Provisão Matemática de Desvios de Sinistralidade / Risco não ter rentabilizado a meta atuarial de 11,01%	138
Reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados.	192
Outros fatores pulverizados e de origens diversas (ganhos / perdas atuariais)	32
<b>Equilíbrio Técnico de 31/12/2013</b>	<b>-</b>

## 14. Informações Complementares

### Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND’s.

Em 23 de junho de 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº. 2.288, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual, aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do FND, com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a ABRAPP, em nome de suas associadas, por meio de Ação Coletiva, ajuizou ação contra a União Federal, BNDES e FND. Reivindicou a diferença de correção monetária paga a menor ocasionada pela substituição do indexador IPC por BTN, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, para atualização monetária das OFND’s. O Tribunal Regional Federal - TRF considerou que o índice correto seria o IPC porque vários títulos públicos haviam sido atualizados pelo índice de preço.

Ante a decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para Ação Rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a Ação de Execução. Algumas associadas solicitaram a ABRAPP contratação de perito contábil para emissão de laudo técnico mensurando os valores atualizados das OFND’s, segregados por Entidades, para fins de execução de sentença.

A PREVIC, em 2011, emitiu o Ofício nº. 4663/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, determinando as EFPC que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União, relativo à Ação Judicial, não deve ser efetuado o registro contábil deste ativo contingente, mas tal fato deverá constar das notas explicativas às Demonstrações contábeis do exercício. Os administradores acataram o estabelecido e decidiram não reconhecer o montante nos balanços de 2011, 2012 bem como no balanço deste exercício.

## 15. Evento Subsequente

Conforme mencionado na Nota Explicativa 5a), os títulos e valores imobiliários integrantes da carteira própria do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela FIPECq, foram classificados no encerramento do exercício de 2013 nas seguintes categorias: Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.



# NOTAS EXPLICATIVAS

Na categoria títulos para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam classificados como de baixo risco de crédito.

Em dezembro de 2013, do total de R\$ 257.493 mil aplicado em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), vencimentos em 2017, 2022 e 2050, R\$168.309 mil estão classificados na categoria títulos para negociação e R\$ 89.184 mil classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos e os direcionamentos do Estudo de Asset Liability Management – ALM, a Diretoria Executiva decidiu que em 2014 as NTN-B com vencimento em 2050, que estão na categoria títulos para negociação, serão reclassificadas para a categoria de títulos mantidos até o vencimento.

A FIPECq declara ter capacidade financeira e a intenção de manter em carteira os títulos públicos (NTN-B) classificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), estando assim em conformidade com o estabelecido na Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

Em observância ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº. 4, evidenciamos que o Plano de Previdência Complementar (PPC) possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, do perfil do exigível atuarial e das obrigações da Entidade, não sendo necessário liquidar os investimentos em NTN-B, classificados na categoria mantidos até o vencimento.

# PARECER ATUARIAL

## Plano de Previdência Complementar - PPC

### V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 14,28% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 6,10%, incluída a sobrecarga administrativa, dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

Tipo de Benefício	Custo (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	6,85%	7,59%
INVALIDEZ / AUXÍLIO-DOENÇA	3,03%	2,50%
PENSÃO POR MORTE / PECÚLIO	2,21%	2,05%
SUB-TOTAL (1)	12,09%	12,14%
SUPLEMENTAR	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,13%	2,14%
SUB-TOTAL (2)	2,13%	2,14%
TOTAL (1)+(2)	14,22%	14,28%

\*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

\*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos participantes ativos é de 48 anos.

2) O custo total reavaliado de 14,28% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2014, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,96%	7,14%
Contribuição Normal da Patrocinadora	6,96%	7,14%
Sub-Total	13,92%	14,28%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	13,92%	14,28%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos (*)	5,83%	6,10%
Pensionistas Assistidos	-	-

(\*): Inclui Sobrecarga Administrativa.

# PARECER ATUARIAL

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,28% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2013, de 14,28% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2013.

## V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, é a seguinte:

Referência	31/12/2012	31/12/2013	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	189.127.802,00	200.889.090,00	6,22%
Provisão de Benefícios a Conceder	428.280.211,00	477.851.934,00	11,57%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	617.408.013,00	678.741.024,00	9,93%

## V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (74.865.356,74), equivalente a 12,40% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 603.875.667,26, considerando que não se está destinando qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2013, de R\$ 245.039.705,90 para dar cobertura total ou parcial ao referido Déficit.

2) No encerramento do exercício de 2013, o reflexo da adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 7.751.535,00.

3) Tomando por base a Resolução CNPC Nº 13, de 04/11/2013, que altera a Resolução CGPC Nº 26/2008 de 29/09/2008, como o Déficit Técnico Acumulado de R\$ 74.865.356,74, apurado em seu primeiro exercício, independente da natureza (conjuntural ou estrutural), corresponde a 11,03% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 678.741.024,00, em 31/12/2013, ou seja, por esse ser o primeiro exercício de apuração de Déficit Técnico Acumulado e este ser superior a 10% das Provisões Matemáticas, seria necessário, em princípio, estabelecer,

# PARECER ATUARIAL

ao longo de 2014, um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2013, para que o mesmo deixasse de exceder a 10% do valor total das Provisões Matemáticas, ou seja, em princípio, seria necessário equacionar ao menos R\$ 6.991.032,55 = 1,03% de R\$ 678.741.024,00, do referido Déficit de R\$ (74.865.356,74), de 31/12/2013, não se considerando que se decida pela destinação de qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2013, de R\$ 245.039.705,90 para dar cobertura total ou parcial ao mencionado Déficit. No entanto, em conformidade com a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% será de 15% e, neste contexto, não será imperativo, ao longo de 2014, elaborar um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% não foi ultrapassado.

4) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina) suavizada em 10%.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-FRACA.
- iv) Rotatividade: Mantida Nula.
- v) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 5% ao ano.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 2,20% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade)
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
- viii) Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para avaliar as Provisões de Benefícios Concedidos de Aposentadoria e de Pensão por Morte e se está adotando a Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009, para avaliar atuarialmente os benefícios de pensão por morte dos Participantes Não Assistidos.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

5) Para o exercício de 2014, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, quais sejam:

- i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:
  - a% = 1,40% do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);
  - b% = 1,90% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social; e
  - c% = 7,00% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.

# PARECER ATUARIAL

## ii) Contribuição Normal da Patrocinadora:

- A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

NOTA: 15% das Contribuições Normais aqui apresentadas se destinam a participar do custeio administrativo, sendo que, como a FIPECq estabeleceu o limite das despesas administrativas é fixado num percentual do Ativo Líquido, a diferença, entre esse limite (que, para o ano de 2014, em princípio, é de 0,75%) e o correspondente a 15% das Contribuições Normais, também tem previsão para ser utilizada para participar do custeio administrativo.

6) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2013, foi de menos 2,19% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,84% o que, em termos reais, representou obter menos 7,34%, não alcançando a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2013, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de menos 7,12%.

7) Os títulos e valores imobiliários integrantes da carteira própria do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela FIPECq, de Benefício Definido (BD), foram classificados no exercício de 2013 nas seguintes categorias: Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam classificados como de baixo risco de crédito.

Em dezembro de 2013, do total de R\$ 257.493 mil aplicado em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), vencimentos em 2017, 2022 e 2050, R\$168.309 mil estão classificados na categoria títulos para negociação e R\$ 89.184 mil classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, que foram adquiridas neste exercício. Os demais títulos e valores imobiliários que compõem a carteira de investimentos estão classificados em títulos para negociação, por

# PARECER ATUARIAL

consequência, marcados a preço de mercado.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos e os direcionamentos do Estudo de Asset Liability Management – ALM, a Diretoria Executiva decidiu que, em 2014, as NTN-B, com vencimento em 2050, que estão na categoria títulos para negociação serão reclassificadas para a de títulos mantidos até o vencimento.

A FIPECq declara ter capacidade financeira e a intenção de manter em carteira os títulos públicos (NTN-B) classificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), estando assim em conformidade com o estabelecido na Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

Em observância ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº. 4, evidenciamos que o Plano de Previdência Complementar (PPC) possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, do perfil do exigível atuarial e das obrigações da Entidade, não sendo necessário liquidar os investimentos em NTN-B, classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Deve-se destacar que tais reclassificações são pertinentes e evitam a ocorrência de acentuadas volatilidades, como as que ocorreram para maior nos preços de mercado dos títulos em 2012 e para menor em 2013.

8) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluído o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2013: “Fundo Previdencial” constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 245.039.705,90 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não destinada, até o momento, para dar cobertura às Provisões Matemáticas, se existir Déficit, à Reserva de Contingência / Reserva Especial para Revisão de Plano, se existir Superávit, ao Fundo Administrativo e ao Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação “sub-júdice”. Neste contexto, em atendimento ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, foi constituído o Fundo Previdencial-PBS, com recursos advindos do referido Fundo Previdencial já existente, para entre outras essa finalidade, a partir do levantamento, realizado pela FIPECq, das contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados

# PARECER ATUARIAL

pelo Regime Jurídico Único – RJU, de R\$ 29.837.085,92, em 01/07/2013, e em 31/12/2013, o saldo desse Fundo Previdencial-PBS é de R\$ 29.894.081,64.

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2013, do saldo de R\$ 2.894.288,33 no Fundo de Seguro-Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento).

NOTA 2: Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do “Fundo Previdencial”, apresentado neste numeral 8, encontra-se constituída, em 31/12/2013, a Provisão de R\$ 5.833.923,37 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

FATO RELEVANTE: A existência de Fundo Previdencial de R\$ 245.039.705,90, em 31/12/2013, que subsidiariamente objetiva a dar cobertura a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, sinaliza que seja feita cobertura parcial ou total de Déficit Técnico Acumulado, quando houver necessidade de se apresentar um Plano de Equacionamento, não pela introdução de contribuições adicionais, mas sim por destinação através do referido Fundo.

## V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 4 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

## V.5. - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Superávit Técnico Acumulado existente em 31/12/2012	R\$ 10.865.472,69
Perda Financeira Estimada ocorrida no Patrimônio de Cobertura do Plano em decorrência da meta atuarial de rentabilidade não ter sido alcançada em 2013	R\$ (80.887.106,26) (*1)
Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	R\$ (7.751.535,00)
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ 2.907.811,83 (*2)
<b>Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013</b>	<b>R\$ (74.865.356,74)</b>

(\*1): Valor estimado a partir da Perda Financeira Total de R\$ 117.713.557,21, com base na proporcionalidade entre o Valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2013, conforme o seguinte demonstrativo:

(\*2): Equivalente a 0,43% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 678.741.024,00, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013.

# PARECER ATUARIAL

$$\frac{[\text{Patrim\~{o}nio de Cobertura do Plano}]}{[\text{Patrim\~{o}nio de Cobertura do Plano} + \text{Fundo Previdencial (incluindo o Fundo PBS)]} \times \text{R\$ } 117.713.557,21 =$$
$$\frac{[\text{R\$ } 603.875.667,26]}{[\text{R\$ } 603.875.667,26 + \text{R\$ } 245.039.705,90 + \text{R\$ } 29.894.081,64]} \times \text{R\$ } 117.713.557,21 =$$
$$0,687152 \times \text{R\$ } 117.713.557,21 = \text{R\$ } 80.887.106,26$$

## V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ 74.865.356,74 é de natureza conjuntural, tendo em vista ter se registrado ao longo de 2013 uma perda de R\$ 117.713.557,21 decorrente de não ter sido alcançada a meta atuarial de rentabilidade, a qual tem perspectiva de reversão ao longo de 2014 através da recuperação nos níveis de rentabilidade do Plano. Cabe destacar que, conforme destacado no numeral 3 do item V.3., como o referido Déficit corresponde a 11,03% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 678.741.024,00, em 31/12/2013, sendo esse o primeiro exercício com apuração de Déficit Técnico Acumulado, ou seja, por ser o primeiro exercício de apuração de Déficit Técnico Acumulado e este ser superior a 10% das Provisões Matemáticas, seria necessário, estabelecer, ao longo de 2014, um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2013, para que o mesmo deixasse de exceder a 10% do valor total das Provisões Matemáticas, ou seja, em princípio, seria necessário equacionar ao menos R\$ 6.991.032,55 = 1,03% de R\$ 678.741.024,00, do referido Déficit de R\$ (74.865.356,74), de 31/12/2013, não se considerando que se decida pela destinação de qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2013, de R\$ 245.039.705,90 para dar cobertura total ou parcial ao mencionado Déficit. No entanto, em conformidade com a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% será de 15% e, neste contexto, não será imperativo, ao longo de 2014, elaborar um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% não foi ultrapassado.

## V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.



## Plano FIPECqPREV

### V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano FIPECqPREV, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, bem como por tratar-se de um Plano Instituidor, não são apresentados percentuais de Custos para o referido Plano, merecendo destaque, o fato de haver participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), em que apenas os participantes assistidos contribuem com, no mínimo, 1% de seus Salários de Participação (\*1) (compatível com o estabelecido no artigo 72 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq), com a finalidade de custear os Benefícios de Pecúlio por Morte de Participante Assistido (e com uma sobrecarga administrativa, no momento, de 15%).

(\*1) Com exceção de 1 (um) participante assistido, que por ter se inscrito a partir de 01/01/1991 no extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, contribua com 1,5% do Salário de Participação, todos os demais participantes assistidos contribuem com 1% do Salário de Participação.

NOTA: Na avaliação atuarial de 2013, a idade média dos participantes ativos do FIPECqPREV é de 55 anos.

2) A Contribuição Normal do FIPECqPREV, observado o numeral 1 anterior, que só é cobrada dos participantes ativos, depende da escolha individual de cada um, não podendo ser inferior a 25% do valor de uma V.R.P. (Valor de Referência do Plano), ou seja, R\$ 33,64, sendo o custeio administrativo realizado por uma taxa administrativa de 2% da Contribuição Normal se o participante se relaciona com o Plano por e-mail ou de 4% se o participante se relaciona com o Plano por correspondência, não podendo o valor da taxa administrativa exceder a 15% de uma V.R.P. (Valor da Referência do Plano), ou seja, a R\$ 20,18.

NOTA: O Valor de Referência do Plano (V.R.P.) é atualizado anualmente, no mês de maio.

### V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, é a seguinte:

# PARECER ATUARIAL

Referência	31/12/2012	31/12/2013	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	6.346.321,35	6.271.976,12 (*1)	-1,17%
Provisão de Benefícios a Conceder	8.809.995,47	9.857.161,36 (*2)	11,89%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	15.156.316,82	16.129.137,48	6,42%

(\*1) Sendo R\$ 6.271.976,12 correspondente aos Benefícios Concedidos oriundos do extinto PPE (que são na modalidade de Benefício Definido).

(\*2) A totalidade desses R\$ 9.857.161,36 correspondem a Benefício na modalidade de Contribuição Definida Pura.

### V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano FIPECqPREV vigente na FIPECq, que tem como Instituidor, o FIPECqVIDA, por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro), não apresentou em 31/12/2013, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido e, conseqüentemente, de um Resultado Técnico Acumulado, que, em 31/12/2013, seria Deficitário em R\$ 192.143,23, caso, esse Déficit não tivesse sido coberto através de reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do referido PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2013, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

2) No que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, na avaliação atuarial de 31/12/2013, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% nos Benefícios por Sobrevivência e qx da AT-83 (masculina), com o custo agravado em 25%, para os Benefícios por Morte.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina) suavizada em 10% nos Benefícios por Sobrevivência.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: -

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

# PARECER ATUARIAL

- v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: -
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: -
- viii) Em relação à composição familiar, vem sendo adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2013, foi de 0,313% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,84% o que, em termos reais, representou obter menos 4,97%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, aplicável tão-somente aos participantes assistidos e pensionistas assistidos oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV). Para todos os demais benefícios da FIPECqPREV, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida Pura, a rentabilidade corresponde exatamente à variação do valor das Cotas, conforme estabelecido no artigo 34 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq, ou seja, corresponde à própria meta atuarial de rentabilidade.

#### **V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:**

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 2 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

#### **V.5. - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:**

Tão somente em relação ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, a evolução do Resultado Técnico Acumulado, de

# PARECER ATUARIAL

31/12/2012 para 31/12/2013, tem a seguinte abertura:

Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2013 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2013 (partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2012)	R\$ (664.564,95) (*1)
Ganho atuarial decorrente do benefício do aposentado por invalidez do INPE cuja matrícula é 1364610 ter sido estimado a maior, ao final do ano de 2012	R\$ 303.236,86 (*2)
Ganho atuarial decorrente de a Provisão Matemática de Desvios de Sinistralidade / Risco não ter rentabilizado a meta atuarial de 11,01% (por ter sido avaliada por recorrência desde a abertura do exercício de 2013, partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2012)	R\$ 137.725,89 (*3)
Reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2013, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado	R\$ 192.143,23
Outros fatores pulverizados e de origens diversas (ganhos / perdas atuariais)	R\$ 31.458,97 (*4)
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013	R\$ 0,00

(\*1) R\$ 15.936.994,25 - R\$ 16.601.559,20 = R\$ (664.564,95), onde R\$ 15.936.994,25 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2013 e onde R\$ 16.601.559,20 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de janeiro de 2013).

(\*2) Cabe destacar que, o benefício do aposentado por invalidez do INPE cuja matrícula é 1364610 estava em processo de revisão no final do ano de 2012, tendo em vista a reconsideração do benefício pela Emenda Constitucional 70, ficando o benefício apurado com base na remuneração do cargo efetivo tal como ocorre com os demais aposentados por invalidez oriundos do PPE. Como ainda não se tinha o valor revisado, em 31/12/2012, ele foi estimado pela FIPECq, e acabou sendo estimado a maior, então, por esse motivo, na Avaliação Atuarial de 31/12/2013, está ocorrendo um ganho atuarial de R\$ 303.236,86.

(\*3) Conforme Nota Técnica do Plano, a Provisão Matemática de Desvios de Sinistralidade / Risco deve ser rentabilizada pelos resultados obtidos pelos investimentos, mas ao longo de 2013 foi avaliada por recorrência desde a abertura do exercício de 2013, partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2012, sendo que a rentabilidade pelos resultados obtidos pelos investimentos foi de 0,2538%, e não a meta atuarial de 11,01%, no ano de 2013, o que ocasionou em um ganho atuarial de R\$ 137.725,89.

(\*4) Equivalente a 0,50% do valor total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de R\$ 6.271.976,12, na modalidade de Benefício Definido, do pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq ao Plano FIPECqPREV, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013.

## **V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:**

Por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não se registrou, em 31/12/2013, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado, exceto no que se refere ao pequeno grupo de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, que se encontram em gozo de benefício, na modalidade de Benefício Definido, onde se observou a existência, em 31/12/2013, de uma insuficiência Atuarial, a qual foi coberta pela reversão realizada no Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2013, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

## **V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:**

Considerando que o Plano FIPECqPREV da FIPECq é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida, logo, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, exceto no que diz respeito ao pequeno número de participantes assistidos e pensionistas assistidos, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE, que estão sendo financiados, adequadamente, da mesma forma que eram financiados no referido PPE, pelo regime financeiro de Capitalização na versão Agregado.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014

JOSÉ ROBERTO MONTELLO  
ATUÁRIO MIBA 426

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Membros da Diretoria da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA.

## **Introdução**

Examinamos as demonstrações contábeis da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA (“FIPECq”), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela FIPECq, aqui denominados de “Planos consolidados”, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas Demonstrações consolidadas da Mutações do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem as Demonstrações do Ativo líquido e da Mutações do ativo líquido e das Provisões técnicas todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis**

A Administração da FIPECq é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações contábeis da FIPECq. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis da FIPECq para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos da FIPECq. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

## **Base para Opinião com ressalva**

A Fundação possui investimentos em Títulos públicos e Créditos privados e depósitos que estão classificados na categoria “mercados a mercado” e que, baseado na Resolução CGPC 04/2002, tais ativos deveriam ser classificados como “mantidos até o vencimento” (“na curva”). Isto porque estes ativos não possuem perfil de realização imediata e também por conta da FIPECq possuir intenção e capacidade financeira de levá-los até o vencimento. Como consequência desta prática, o déficit técnico do exercício de 2013 está a maior em R\$ 50.801 mil e o Equilíbrio Técnico e os investimentos estão a menor por R\$ 28.539 mil em 31 de dezembro de 2013 referente aos efeitos do Plano PPC. Adicionalmente, a reversão do Fundo administrativo está demonstrada na DPGA a maior em R\$ 1.015 mil. Ao considerar estes mesmos efeitos sobre as Demonstrações contábeis de 2012, em conjunto com outros ajustes que seriam requeridos, o impacto líquido dos mesmos foi considerado irrelevante naquele exercício, diferentemente do exercício de 2013.

## **Opinião**

Em nossa Opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para Opinião com ressalva”, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por Plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## **Ênfases**

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião e conforme requerido na

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC 1233/2009 (NBC-TA 706), os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das Demonstrações contábeis:

**1)** Conforme mencionado na Nota Explicativa 10 a) sub-tópico “i”, a Fundação mantém contabilizado no Plano PPC em 31 de dezembro de 2013 um Fundo Previdencial de R\$ 245.040 mil (R\$ 274.410 mil em 31 de dezembro de 2012), formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA ao Plano de benefícios previdenciários, no período anterior a 1º de janeiro de 1991, referentes aos Participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único - RJU e, por consequência, tiveram a relação de patrocínio com as referidas Patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho. Os valores correspondentes à contribuição dos Participantes já foram a eles devolvidos e, conseqüentemente, não fazem parte do valor acima mencionado.

Em virtude de inexistir uma manifestação das autoridades governamentais a respeito da destinação deste Fundo – se da Patrocinadora, ou do Participante, ou da própria FIPECq –, em dezembro de 2010 a FIPECq ajuizou uma Ação Declaratória com o objetivo de obter do Poder Judiciário uma Declaração, por sentença, sobre a destinação dos recursos referentes a este Fundo Previdencial e que integram o seu patrimônio atual. No momento, esta ação judicial ainda não foi apreciada em Primeira Instância.

A Administração da Fundação optou por realizar a atualização deste saldo conforme a meta atuarial até dezembro de 2012, todavia, não havia nenhuma determinação judicial, atuarial ou regulamentar que defina sobre o critério a ser adotado. Em Junho de 2013 o Conselho Deliberativo da FIPECq decidiu sobre a atualização deste Fundo pela Taxa Referencial - TR, com aplicação retroativa a partir de janeiro de 2013.

Por fim, foi utilizado R\$ 29.837 mil deste Fundo em 31 de Julho de 2013 para a constituição de outro Fundo Previdencial referente a Plano PBS mencionado no parágrafo 2 a seguir, todavia, este procedimento não foi submetido à aprovação da PREVIC e também não há decisão judicial suporte para tal.

É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

**2)** Conforme mencionado na Nota Explicativa 10 a) sub-tópico “ii”, em resposta ao Ofício PREVIC 4484, de 06/12/2012, que determinou o encerramento do Plano de Benefício Saldado – PBS, a FIPECq realizou levantamento de contribuições aportadas pelas Patrocinadoras em nome dos participantes no referido Plano, com a revisão por Atuário independente sobre os cálculos e premissas utilizados. Conseqüentemente, foi constituído um Fundo Previdencial



no valor de R\$ 29.837 mil (valor em abril de 2013) que, em 31 de dezembro de 2013, totaliza R\$ 29.894 mil para fazer frente à eventual ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições, tendo utilizado recursos do Fundo Previdencial mencionado acima para a constituição desse Fundo.

Até o momento, este assunto encontra-se sob análise pelo Órgão regulador e é incerto o seu desfecho e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

**3)** A FIPECq administrou até 2003 um Plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido Programa assistencial, de R\$ 4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A FIPECq solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada. Tal posicionamento, todavia, encontra-se pendente de manifestação por aquele Órgão normativo.

Por outro lado, a PREVIC, através do Ofício 1453 de 29 de abril de 2011, requereu à FIPECq prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado para devolução ao citado Fundo Administrativo. A FIPECq, por sua vez, acredita que ocorreu prescrição, e requereu à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Além disso, a FIPECq requereu à Receita Federal o ressarcimento dos valores dos tributos recolhidos que, a seu ver, indevidamente. Pelos controles da FIPECq, em 31 de dezembro de 2013 este déficit totaliza R\$ 3.410 mil, tendo em vista que, do valor original do déficit (R\$4.068 mil), parte está sendo recuperado através de recebimentos de contribuições em atraso e, conseqüentemente, naquela data, o Fundo administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a correção do período.

Adicionalmente, a PREVIC informou à FIPECq (i) sobre os aportes por esta feitos ao Fundo administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 totalizava R\$ 32.112 mil, e (ii) solicitou que sejam tomadas providências no sentido de efetuar a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos à PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo recebeu tal aporte em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei 8.112/90 que, ao transformar em Regime Jurídico Único o regime celetista dos então empregados do setor público, ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a FIPECq, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado.

No momento, é incerto o desfecho destes assuntos e os reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq e individuais do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

**4)** Encontra-se em fase de julgamento no Supremo Tribunal Federal diferenças de correções monetárias dos Planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). Caso a decisão seja desfavorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, ocorrerá impacto no Equilíbrio Técnico por valor não conhecido nesta data.

## **Outro assunto**

Anteriormente, auditamos o Balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2012 as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem a Demonstração do ativo líquido, da Mutação do ativo líquido e das Obrigações atuariais do plano (substituída pela DPT em 2013) para o exercício findo naquela data, cujo relatório, datado de 1º de março de 2013, foi emitido com Opinião sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos mencionados do tópico “Ênfases” acima, com exceção do parágrafo 2.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2014.

TEIXEIRA & ASSOCIADOS  
Auditores Independentes  
CRC-MG 5.194

# PARECER DO CONSELHO FISCAL





Fundação de Previdência Complementar  
dos Empregados ou Servidores da FINEP,  
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da **Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq**, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Exercício de 2013, contendo: Balanço Patrimonial, comparado com exercício anterior; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada); Demonstrac o de Mutação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstrac o de Mutação do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstrac o do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstrac o do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada); Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV; Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários - Plano de Previdência Complementar - PPC e Plano FIPECqPREV e Parecer dos Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, pela aprovação das Demonstrações Contábeis Consolidadas da **FIPECq**, levantadas em 31 de dezembro de 2013, acompanhando a ressalva da Auditoria Independente no que se refere a forma de registro dos investimentos em Títulos públicos e Créditos privados e depósitos, destacando que tais investimentos devem considerar a intenc o da Fundac o no ato do investimento para a adoção da metodologia "mercado a mercado" ou "mantidos até o vencimento" (na curva).

Brasília/DF, 20 de març o de 2014.

  
Rosilene Matos Domingues  
PRESIDENTE  
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES  
E ASSISTIDOS

  
Acioli Antonio de Olivo  
MEMBRO  
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES  
E ASSISTIDOS

  
Carlos Eduardo Gutierrez Freire  
MEMBRO  
REPRESENTANTE DA FINEP

  
Raimundo Ot o de Picanço Filho  
MEMBRO  
REPRESENTANTE DO INPA  
INDICADO PELO CNPq

# RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



## RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

DOCUMENTO Nº <b>RCD 001/2014</b>	APROVAÇÃO: <b>24/03/2014</b>	REVOGAR:	REVOGADA POR:
ASSUNTO: <b>Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2013</b>			ÚLTIMA REVISÃO:

O Conselho Deliberativo da **FIPECq**, no uso de suas atribuições conforme preceitua o Art. 23, XVII do Estatuto da FIPECq e, após apreciação do Parecer do Conselho Fiscal, voto do Conselheiro Relator Ruben Silveira Mello Filho e discussão constante na Ata da 244ª Reunião do CD, por unanimidade,

### RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2013, com a ressalva registrada pelo Conselho Fiscal em seu parecer, anexo à presente Resolução;
2. Os documentos a seguir fazem parte das Demonstrações Contábeis do exercício 2013:
  - a. Balanço Patrimonial;
  - b. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
  - c. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
  - d. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV;
  - e. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
  - f. Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV;
  - g. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada);
  - h. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Previdência Complementar - PPC;
  - i. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV;
  - j. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
  - k. Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários:
    - Plano de Previdência Complementar – PPC
    - Plano FIPECqPREV
  - l. Parecer dos Auditores Independentes;
  - m. Relatório de Atividades.

Brasília – DF, 24 de março de 2014.

  
Ruben Silveira Mello Filho  
PRESIDENTE

# DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA FIPECq

CNPJ Nº: 00.529.958.0001-74

MÊS: DEZEMBRO / 2013

(R\$)

PLANOS	PLANO DE PREVID. COMPLEMENTAR - PPC CNPB Nº.1979001618	PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV CNPB Nº.2006002929	PLANO DE GESTÃO ADMINIST. - PGA	CONSOLIDADO
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>886.151.332,02</b>	<b>18.545.280,81</b>	<b>38.074.997,98</b>	<b>942.771.610,81</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>279.275,74</b>	<b>51.749,34</b>	<b>307.038,66</b>	<b>638.063,74</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>257.493.123,14</b>	<b>420.566,14</b>	<b>1.041.857,03</b>	<b>258.955.546,31</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>257.493.123,14</b>	<b>420.566,14</b>	<b>1.041.857,03</b>	<b>258.955.546,31</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	257.493.123,14	420.566,14	1.041.857,03	258.955.546,31
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>261.250.563,31</b>	<b>74.850,20</b>	<b>15.095.525,18</b>	<b>276.420.938,69</b>
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>216.508.591,48</b>	-	<b>14.927.112,22</b>	<b>231.435.703,70</b>
<b>CDB - Certificado de Dep. Bancário</b>	<b>19.368.371,17</b>	-	-	<b>19.368.371,17</b>
ITAÚ UNIBANCO S/A	19.368.371,17	-	-	19.368.371,17
<b>DPGE/FGC - Depósito a Prazo Garantia Esp.</b>	<b>164.442.000,79</b>	-	<b>14.927.112,22</b>	<b>179.369.113,01</b>
BANCO MODAL S/A	9.374.040,04	-	-	9.374.040,04
BANCO INDUSVAL S/A	9.161.563,40	-	7.408.985,89	16.570.549,29
BANCO PINE S/A	17.700.546,29	-	-	17.700.546,29
BANCO BMG S/A	17.991.504,94	-	-	17.991.504,94
BANCO BONSUCESSO S/A	17.487.568,03	-	-	17.487.568,03
OMNI S/A CFI	19.694.123,48	-	-	19.694.123,48
BANCO MAXIMA S/A	14.645.812,92	-	-	14.645.812,92
BANCO BICBANCO S/A	14.770.649,72	-	-	14.770.649,72
BANCO SEMEAR S/A	14.712.200,20	-	-	14.712.200,20
BANCO FIBRA S/A	12.562.231,71	-	-	12.562.231,71
BANCO BANIF S.A	8.129.804,40	-	-	8.129.804,40
BANCO BMB S/A	8.211.955,66	-	-	8.211.955,66
BANCO SOFISA S/A	-	-	7.518.126,33	7.518.126,33
<b>LF - Letras Financeiras</b>	<b>32.698.219,52</b>	-	-	<b>32.698.219,52</b>
BANCO BMG S/A	11.720.688,22	-	-	11.720.688,22
BANCO BRB S.A	11.126.256,39	-	-	11.126.256,39
ITAÚ UNIBANCO S/A	9.851.274,91	-	-	9.851.274,91
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>	<b>29.518.968,83</b>	<b>74.850,20</b>	<b>168.412,96</b>	<b>29.762.231,99</b>
<b>DNC - Debênture Não Conversível</b>	<b>13.976.042,44</b>	<b>74.850,20</b>	<b>168.412,96</b>	<b>14.219.305,60</b>
CEMIG S.A.	3.499.247,07	74.850,20	168.412,96	3.742.510,23
CTBC TELECOM S/A	10.476.795,37	-	-	10.476.795,37
<b>CCB - Cedula de Credito Bancário</b>	<b>15.542.926,39</b>	-	-	<b>15.542.926,39</b>
CASAN S/A	15.542.926,39	-	-	15.542.926,39
<b>COMPANHIAS FECHADAS</b>	<b>1.377.620,40</b>	-	-	<b>1.377.620,40</b>
<b>CCB - Cedula de Credito Bancário</b>	<b>1.377.620,40</b>	-	-	<b>1.377.620,40</b>
CANGURU S/A	1.377.620,40	-	-	1.377.620,40
<b>OUTROS EMISSORES</b>	<b>13.845.382,60</b>	-	-	<b>13.845.382,60</b>
<b>CCI - Cedula de Credito Imob.</b>	<b>13.845.382,60</b>	-	-	<b>13.845.382,60</b>
RSEB - Real Soc.Espanhola Beneficencia	13.845.382,60	-	-	13.845.382,60
<b>AÇÕES</b>	<b>112.694.138,11</b>	<b>2.180.889,54</b>	<b>5.538.059,43</b>	<b>120.413.087,08</b>
<b>MERCADO À VISTA</b>	<b>112.694.138,11</b>	<b>2.180.889,54</b>	<b>5.538.059,43</b>	<b>120.413.087,08</b>
<b>Instituições Financeiras</b>	<b>34.913.120,76</b>	<b>653.377,59</b>	<b>1.619.576,65</b>	<b>37.186.075,00</b>
BANCO DO BRASIL / ON	4.352.276,80	81.593,60	202.129,60	4.636.000,00
BRADESCO / PN	13.931.171,91	260.500,95	651.266,92	14.842.939,78
CRUZEIRO DO SUL / PN	1.168.806,00	21.912,00	54.282,00	1.245.000,00
ITAÚUNIBANCO / PN	16.335.920,70	305.787,90	752.525,40	17.394.234,00
VALORES A RECEBER	293.751,35	5.495,14	13.654,73	312.901,22
(-) PROVISÃO	(1.168.806,00)	(21.912,00)	(54.282,00)	(1.245.000,00)
<b>Companhias Abertas</b>	<b>77.781.017,35</b>	<b>1.527.511,95</b>	<b>3.918.482,78</b>	<b>83.227.012,08</b>
AES TIETE / PN	806.476,14	15.119,28	37.454,58	859.050,00
BMFBOVESPA / ON	3.448.364,22	64.634,64	160.159,86	3.673.158,72
BRF BRASIL FOODS/ ON	10.552.502,00	254.819,50	520.178,50	11.327.500,00
CCR S/A / ON	3.971.595,00	275.435,00	639.720,00	4.886.750,00
ELETRONBRAS / ON	771.505,84	14.463,68	35.830,48	821.800,00
GAFISA / ON	1.656.982,00	31.064,00	76.954,00	1.765.000,00
IOCHP-MAXION / ON	2.894.805,00	26.150,00	78.450,00	2.999.405,00
JOÃO FORTES / ON	4.069.264,50	76.296,85	189.013,65	4.334.575,00
KARSTEN / PN	31.405,32	588,87	1.458,81	33.453,00
LIGHT / ON	2.459.744,00	66.360,00	128.296,00	2.654.400,00
LOG-IN / ON	1.570.423,00	29.438,00	72.939,00	1.672.800,00
LOJAS MARISA / ON	1.266.660,00	18.600,00	42.780,00	1.328.040,00
LOJAS RENNEN / ON	1.736.365,00	40.199,00	83.936,00	1.860.500,00
P. AÇUCAR - CBD / PN	2.834.563,29	53.189,37	131.662,05	3.019.414,71
PETROBRAS / PN	10.926.827,52	95.186,84	529.070,08	11.551.084,44
VALE / PNA	18.953.615,70	301.934,25	860.308,05	20.115.858,00
VALORES A RECEBER	9.898.575,33	164.032,67	330.271,72	10.392.879,72
(-) PROVISÃO	(68.656,51)	-	-	(68.656,51)

# DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA FIPECq

CNPJ Nº: 00.529.958.0001-74

MÊS: DEZEMBRO /2013

(R\$)

PLANOS	PLANO DE PREVID. COMPLEMENTAR - PPC CNPB Nº.1979001618	PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV CNPB Nº.2006002929	PLANO DE GESTÃO ADMINIST. - PGA	CONSOLIDADO
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>223.575.052,75</b>	<b>15.817.339,77</b>	<b>16.092.769,32</b>	<b>255.485.161,84</b>
<b>Fundos de Investimentos Referenciado - FIR</b>	<b>46.199.918,64</b>	<b>11.580.210,88</b>	<b>5.496.198,11</b>	<b>63.276.327,63</b>
BNP PARIBAS OPTIMUN DI FIR	46.199.918,64	11.580.210,88	5.496.198,11	63.276.327,63
<b>Fundos de Investimentos Renda Fixa - FRF</b>	<b>13.709.794,89</b>	<b>2.451.566,91</b>	<b>5.373.595,57</b>	<b>21.534.957,37</b>
BNP RF FI RENDA FIXA	-	1.251.130,25	3.632.962,40	4.884.092,65
BRB FI RF PÚBLICO	2.801.018,90	1.200.436,66	1.740.633,17	5.742.088,73
BRB F.I EM RENDA FIXA IMA-B	5.884.755,92	-	-	5.884.755,92
PLURAL CAPITAL HIGH	5.024.020,07	-	-	5.024.020,07
<b>Fundos de Investimentos em Ações - FIA</b>	<b>103.590.944,76</b>	<b>1.692.480,46</b>	<b>3.555.800,82</b>	<b>108.839.226,04</b>
BNP PARIBAS SMALL CAPS FIA	11.444.007,03	78.622,44	126.980,52	11.649.609,99
RIO BRAVO FUNDAMENTAL FIA	10.386.046,03	194.710,70	482.351,52	11.063.108,25
BOZANO GESTÃO FIA	20.647.074,99	243.681,96	748.676,72	21.639.433,67
FIA SULAMÉRICA TARPON GOVERNANÇA I	3.886.092,58	72.853,88	180.478,95	4.139.425,41
GUEPARDO INSTITUCIONAL MASTER FIA	57.227.724,13	1.102.611,48	2.017.313,11	60.347.648,72
<b>Fundos de Investimentos Multimercado -FIM</b>	<b>11.852.081,88</b>	<b>93.081,52</b>	<b>56.479,80</b>	<b>12.001.643,20</b>
BNP TRACK FIM	4.557.415,60	90.600,47	50.333,59	4.698.349,66
ITAÚ INST. ACTIVE FIX IB MULTIMERCADO	7.162.325,33	-	-	7.162.325,33
PROFIX INST FIM CREDITO PRIVADO	132.340,95	2.481,05	6.146,21	140.968,21
<b>Fundos de Invest. em Direito Creditório - FIDC</b>	<b>17.215.703,97</b>	<b>-</b>	<b>1.610.695,02</b>	<b>18.826.398,99</b>
FIDC FICSA PREMIUM VEÍCULOS I	14.496.255,20	-	1.610.695,02	16.106.950,22
FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER II	41.078,96	-	-	41.078,96
FIDC DA SANEAGO INFRA II	2.678.369,81	-	-	2.678.369,81
<b>Fundos de Invest. em Participações - FIP</b>	<b>27.013.808,56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.013.808,56</b>
BR EDUCACIONAL FIP	6.357.659,07	-	-	6.357.659,07
FIP BIOTEC	8.964.016,57	-	-	8.964.016,57
FIP TAG	3.710.230,19	-	-	3.710.230,19
PATRIARCA PRIVATE EQUITY FIP	176.780,02	-	-	176.780,02
TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FIP	7.805.122,71	-	-	7.805.122,71
<b>Fundo de Investimento Imobiliário - FII</b>	<b>3.992.800,05</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.992.800,05</b>
FI IMOBILIÁRIO MEMORIAL OFFICE	3.992.800,05	-	-	3.992.800,05
<b>IMÓVEIS</b>	<b>8.901.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.901.000,00</b>
ALUGUEIS E RENDA - USO PRÓPRIO	8.901.000,00	-	-	8.901.000,00
SCN-Bloco B,Centro Empresarial Varig,Sala 404-BRASÍLIA/DF	8.901.000,00	-	-	8.901.000,00
<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>21.966.175,16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.966.175,16</b>
Empréstimos a Participantes	20.718.108,26	-	-	20.718.108,26
Valores a Receber	1.257.096,31	-	-	1.257.096,31
Valores a Pagar	(9.029,41)	-	-	-9.029,41
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>251.517,62</b>	<b>11.878,09</b>	<b>-</b>	<b>263.395,71</b>
Depósitos Judiciais/Recursois	251.517,62	11.878,09	-	263.395,71
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>4.004,04</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.004,04</b>
Bloqueio Judicial	4.004,04	-	-	4.004,04
<b>OUTRAS EXIGIBILIDADES</b>	<b>(5.748,64)</b>	<b>(114,18)</b>	<b>(251,64)</b>	<b>(6.114,46)</b>
Outras Exigibilidades	(5.748,64)	(114,18)	(251,64)	-6.114,46
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>(257.769,21)</b>	<b>(11.878,09)</b>	<b>-</b>	<b>(269.647,30)</b>
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(257.769,21)	(11.878,09)	-	(269.647,30)
<b>GESTÃO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>886.151.332,02</b>	<b>18.545.280,81</b>	<b>38.074.997,98</b>	<b>942.771.610,81</b>
Carteira Própria	662.576.279,27	2.727.941,04	21.982.228,66	687.286.448,97
Fundos de Investimentos	223.575.052,75	15.817.339,77	16.092.769,32	255.485.161,84

# DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

<b>CUSTOS INCORRIDOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS EXERCÍCIO DE 2013</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.613.142,28</b>
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>5.233.706,34</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>3.767.903,96</b>
Administração	1.841.525,01
Rateio da Adm . Geral	1.926.378,95
<b>Treinamentos/Congressos</b>	<b>31.083,18</b>
Administração	8.065,99
Rateio da Adm . Geral	23.017,19
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>123.013,90</b>
Administração	38.103,03
Rateio da Adm . Geral	84.910,87
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>325.902,77</b>
<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>231.910,35</b>
Consultoria dos Investimentos	93.548,41
Consultoria Jurídica	95.084,20
Auditorias	41.661,81
Outros	1.615,93
<b>Rateio da Adm . Geral</b>	<b>93.992,42</b>
<b>Despesas Gerais</b>	<b>759.855,55</b>
Locação de Bens Imóveis	195.645,14
Locação de Softwares	211.110,66
Outras	66.161,30
Rateio da Adm . Geral	286.938,45
<b>Outras Despesas</b>	<b>69.933,39</b>
<b>Depreciação/Amortização</b>	<b>73.263,04</b>
<b>Custódia</b>	<b>82.750,55</b>
<b>CORRETAGENS E TAXAS PAGAS</b>	<b>379.434,94</b>

## **AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado**

Roberto Teixeira de Carvalho

CPF: 347.166.297-91

Diretor - Presidente e de Investimentos

E-mail:roberto@fipecq.org.br

# CONCLUSÃO

Em 2014 a FIPECq completa 35 anos de serviços prestados com credibilidade e solidez na administração de Planos de Previdência Complementar e esse resultado não seria possível sem o empenho de todos os envolvidos e a confiança dos participantes. Por isso, a Diretoria Executiva da FIPECq agradece também a todos os empregados a dedicação e o empenho dispensados e aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal pelo acompanhamento e presteza de seus atos, essenciais para a solidez da fundação.

Economicamente, 2014 é um ano a ser enfrentado com bastante prudência. E, neste cenário mundial de incertezas, a FIPECq segue a sua estratégia de longo prazo em busca da melhor rentabilidade e equilíbrio na missão de gerir com excelência os seus Planos de Previdência Complementar.





## **Conselho Deliberativo**

Ruben Silveira Mello Filho - Finep  
Alvaro Albuquerque Junior - Finep  
Eduardo Lopes de Oliveira e Silva - Finep  
José Iram Mota Barbosa - INPE  
José Valente Chaves - IPEA  
Kátia Lanuzia Nogueira de Araújo - CNPq

## **Conselho Fiscal**

Rosilene Matos Domingues – Finep  
Acioli Antônio de Olivo - INPE  
Carlos Eduardo Gutierrez Freire - Finep  
Raimundo Otaíde Picanço Filho - INPA

## **Diretor Presidente e de Investimentos**

Roberto Teixeira de Carvalho

## **Diretor de Previdência**

Persio Marco Antonio Davison

## **Diretor de Gestão**

Julio Cezar Socha

## **Relatório Anual de Atividades 2013**

Comunicação - FIPECq  
Supervisão: Secretaria-Geral e dos Órgãos Colegiados  
Projeto Gráfico e Diagramação: Tathiane Mesquita  
comunicacao@fipeqc.org.br  
www.fipeqc.org.br  
0800 9407050

CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA  
RESPONSABILIDADE COMPROMISSO RESPEITO ATIVIDADES  
CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA

**[WWW.FIPECQ.ORG.BR](http://WWW.FIPECQ.ORG.BR)**



**0800 9407050**

TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA  
RESPONSABILIDADE COMPROMISSO RESPEITO ATIVIDADES  
CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO  
PREVIDÊNCIA SOLIDEZ FAMÍLIA TRANSPARÊNCIA ÉTICA  
RESPONSABILIDADE COMPROMISSO RESPEITO ATIVIDADES  
CONFIANÇA CREDIBILIDADE SEGURANÇA INVESTIMENTO  
TRANQUILIDADE BENEFÍCIOS CUIDADO FUTURO TRADIÇÃO